

## **ANEXO 5**

Minuta de Edital

Indicativa de itens a serem incluídos

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO,  
ESTADO DE SÃO PAULO.

MINUTA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº ###/14 – SES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2013-[.]

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS  
PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) PARA MODERNIZAÇÃO, OTIMIZAÇÃO,  
EXPANSÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE  
ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

## SUMÁRIO

1. PREÂMBULO
2. DEFINIÇÕES
3. DO OBJETO DA CONCESSÃO
4. DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO
5. DA VIGÊNCIA E PRAZO
6. DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSÃO
7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
8. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO CERTAME
9. PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS DO EDITAL
10. IMPUGNAÇÕES DO EDITAL
11. DO PROCEDIMENTO GERAL
12. DA FORMADE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO/METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.
13. GARANTIA DA PROPOSTA
14. PROPOSTAS TECNICA E COMERCIAL
15. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
16. DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO
17. DO RECURSO ADMINISTRATIVO
18. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
19. DA CONTRATAÇÃO
20. DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE
21. DA CONCESSIONÁRIA
22. DAS PENALIDADES

23. DO APORTE DE RECURSOS

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25. DO FORO

Minuta do Edital – CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) PARA MODERNIZAÇÃO, OTIMIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

**1. PREÂMBULO**

1.1. **A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, do tipo técnica e preço, para a outorga da concessão administrativa para prestação dos serviços parceria público-privada (PPP) para a modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do município de São Paulo, a ser processada e julgada em conformidade com as Leis Federais nº 8.987/95, nº 9.074/95, nº 11.079/04, bem como pela Lei Municipal nº [...], regulamentada pelo Decreto Municipal nº [...], e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Municipal nº 13.278/02 e alterações, Decreto Municipal nº 44.279/03, Lei Complementar nº 123/06, Decretos Municipais nºs 49.511/08 e 50.537/09 e demais normas legais aplicáveis à espécie.

1.2. A presente licitação será processada e julgada pela Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria nº [.] /2014 – SMSM.GAB, publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, de [.] de [.] de 2014.

1.3. A Licitação foi precedida de Audiência Pública, nos termos do artigo 39, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, devidamente divulgada no Diário Oficial do Município de São Paulo, e realizada no dia [.] e de Consulta Pública, nos termos do Decreto Municipal nº 48.042/06, devidamente divulgada no Diário Oficial do Município de São Paulo, e realizada entre os dias [.] e [.] de [.] de 2014, ambas conforme divulgado no endereço eletrônico [http://e-\[.\].prefeitura.sp.gov.br](http://e-[.].prefeitura.sp.gov.br).

1.4. As definições contidas no Anexo II - Definições da Concessão, serão grafadas sempre em maiúsculo e terão o significado explicitado nesse Anexo.

1.5. O extrato do instrumento convocatório encontra-se afixado em local visível no saguão de entrada da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, e o EDITAL de licitação e os seus Anexos encontram-se disponíveis, para download dos interessados, na página [http://e-\[.\].prefeitura.sp.gov.br](http://e-[.].prefeitura.sp.gov.br), da Internet, sendo que poderão ser obtidos em formato eletrônico na Rua [.] nº [.] – nº andar, Centro, mediante a entrega, no mesmo ato, de mídia eletrônica, no horário de 10hs às 17hs, até a data anterior à abertura da licitação.

## 2. DEFINIÇÕES

Para os fins do presente Edital; e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as seguintes definições aplicam-se às respectivas expressões:

**AGENTE DE PAGAMENTO:** significa a Instituição Financeira encarregada de fazer o repasse da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA à Concessionária, atuando em nome e por ordem do PODER CONCEDENTE, nos termos do Contrato de Mandato de Administração de Contas, cuja atribuição será a administração de conta bancária

na qual serão depositadas as CONTRAPRESTAÇÕES MENSAS EFETIVAS pelo PODER CONCEDENTE.

**ANEXO DA MINUTA DO CONTRATO:** significa cada um dos documentos anexos à Minuta do Contrato.

**ANEXO:** significa cada um dos documentos anexos ao Edital.

**ANEEL:** Agência Nacional de Energia Elétrica, Autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, criada pela Lei nº 9.427 de 26 de Dezembro de 1996, cuja atribuição é regular e fiscalizar a geração, a transmissão, a distribuição, a comercialização e a exportação e importação de energia elétrica.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA:** Etapa inicial do processo licitatório referente à CONCORRENCIA, nos termos do art. 39 da lei 8.666/93, cuja realização se deu em [...]2014., para tornar público o modelo da PPP, da CONCESSÃO.

**ÁREA DE CONCESSÃO:** significa o território do Município de São Paulo, definido por lei municipal específica.

**BENS DA CONCESSÃO:** cada um dos ativos das redes de alimentação (fiação, transformadores, disjuntores, fusíveis etc.) e operação e uso (luminárias públicas e internas, luzes etc) de energia elétrica constantes da rede de iluminação pública, decorativa, bem como, eventualmente, postes e redes de energia dos prédios públicos municipais considerados ou introduzidos na CONCESSÃO.

**BENS REVERSÍVEIS:** são todos os bens listados no Anexo 9 deste Contrato, e todos os demais indispensáveis à prestação de serviço ora concedida, os quais serão utilizados durante a CONCESSÃO e, uma vez finda a CONCESSÃO, retornarão ao PODER CONCEDENTE.

**CARGA INSTALADA:** soma das potências nominais dos equipamentos elétricos constantes como BENS DE CONCESSÃO, em condições de entrar em funcionamento, expressa em quilowatts (kW), bem como eventuais perdas elétricas em conformidade com as regras emitidas pela ANEEL.

**CCO:** Centro de Controle Operacional – Local para onde convergem todos os dados e informações operacionais e de onde emanam todas as ordens e comandos operacionais.

**CENTRAL DE ATENDIMENTO:** Local para onde convergem gratuitamente todas as comunicações da População, por todos os meios, incluindo reclamações, solicitações, sugestões, elogios etc.

**CICLO DE FATURAMENTO:** período correspondente a 01 (um) mês do calendário oficial.

**CLASSE ILUMINAÇÃO PÚBLICA:** de responsabilidade de pessoa jurídica de direito público interno ou por esta delegada mediante concessão ou autorização, caracteriza-se pelo fornecimento para iluminação de ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, logradouros de uso comum e livre acesso, inclusive a iluminação de monumentos, fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas e definidas por meio de legislação específica e pela Resolução 414/2010 da ANEEL, exceto o fornecimento de energia elétrica que tenha por objetivo qualquer forma de propaganda ou publicidade, ou para realização de atividades que visem a interesses econômicos.

**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO:** comissão instituída pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**, que será responsável por receber, examinar e julgar todos os documentos e conduzir os procedimentos relativos à Concorrência.

**COMITÊ GESTOR DA PPP MUNICIPAL:** comitê responsável pelo acompanhamento, aplicação e análise dos estudos técnicos necessários para a verificação da viabilidade técnica e econômico-financeira e fiscalização da presente **CONCESSÃO**, bem como suas alterações, também será responsável pela auditoria e acompanhamento dos contratos da municipalidade com a **CONCESSIONÁRIA**.

**CONCESSÃO:** concessão administrativa para prestação dos serviços parceria público-privada (PPP) para modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do município de São

Paulo, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas na respectiva Minuta do Contrato e seus Anexos.

**CONCESSIONÁRIA:** SPE, conforme definido abaixo, a ser constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com a finalidade específica de prestar os serviços públicos objeto da presente CONCESSÃO.

**CONSÓRCIADO(S):** Sociedade, fundo ou integrante do CONSÓRCIO.

**CONSÓRCIO:** Associação de sociedades, fundos ou entidades com o objetivo de participar desta licitação e, em sendo vencedora do certame, com a obrigação de constituir-se em Sociedade de propósito Específico, segundo as leis brasileiras.

**CONCORRÊNCIA:** modalidade de licitação prevista no caput do artigo 10, da Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e pelo artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA:** valor máximo que será pago anualmente à Concessionária pelo PODER CONCEDENTE, incluindo repasse dos valores da COSIP e excluindo as RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, caso esta logre atingir os valores máximos exigidos nas Metas Quantitativas e Indicadores de Desempenho, na forma do Contrato.

**CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA:** valor efetivo que será pago mensalmente à Concessionária, após as apurações mensais do cumprimento das METAS QUANTITATIVAS e dos INDICADORES DE DESEMPENHO, na forma do Contrato.

**CONTRATO:** contrato de prestação do serviço público objeto da CONCESSÃO.

**CONTROLADA:** qualquer pessoa ou fundo de investimento cujo Controle é exercido por outra pessoa ou fundo de investimento e/ou em cujo Conselho de Administração, Diretoria ou Comando possuam pessoas que também tenham, cargo de direção ou comando em outras empresas.



**CONTROLADORA:** qualquer pessoa ou fundo de investimento que exerça Controle sobre outra pessoa ou fundo de investimento.

**CONTROLE:** o poder, detido por pessoa ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, de, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente: 1) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e/ou 2) efetivamente dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar.

**COSIP:** Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

**DATA DA ASSUNÇÃO:** dia em que os Bens da Concessão forem transferidos à Concessionária mediante a assinatura de termo de arrolamento e transferência de bens entre a Concessionária e a **PREFEITURA MUNICIPAL**, na forma estabelecida na Minuta do Contrato.

**DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO:** conjunto de documentos arrolados no Edital, a ser obrigatoriamente apresentado pelas Proponentes, destinado a comprovar sua qualificação jurídica, regularidade fiscal, capacidade técnica e qualificação econômico-financeira.

**EDITAL:** é o presente Edital de Concessão nº \_\_/2014, seus ANEXOS, o CONTRATO e os ANEXOS DO CONTRATO.

**EFICIÊNCIA ENERGÉTICA:** é uma atividade que procura otimizar o uso das fontes de energia. A utilização racional de energia chamada simplesmente de Eficiência Energética, consiste em usar menos energia para fornecer a mesma quantidade de trabalho.

**ENERGIA ELÉTRICA ATIVA:** aquela que pode ser convertida em outra forma de energia, expressa em quilowatts-hora (kWh).

**ENERGIA ELÉTRICA REATIVA:** aquela que circula entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampère-reactivo-hora (kvarh).

**EFICIÊNCIA LUMINOSA:** é a relação entre o fluxo luminoso emitido por uma lâmpada e a potência elétrica desta lâmpada.

**FATOR DE CARGA:** razão entre a demanda média e a demanda máxima da unidade consumidora ocorridas no mesmo intervalo de tempo especificado.

**FATOR DE DEMANDA:** razão entre a demanda máxima num intervalo de tempo especificado e a carga instalada na unidade consumidora.

**FATOR DE POTÊNCIA:** razão entre a energia elétrica ativa e a raiz quadrada da soma dos quadrados das energias elétricas ativa e reativa, consumidas num mesmo período especificado.

**FATURAMENTO DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA:** para fins de faturamento da energia elétrica destinada à iluminação pública, o tempo a ser considerado para consumo diário deve ser o disposto em regulamentação da ANEEL. Hoje sendo de 11 (onze) horas e 52 (cinquenta e dois) minutos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 414/00 da ANEEL. A tarifa aplicável ao fornecimento de energia elétrica para iluminação pública é a Tarifa B4a.

**FLUXO LUMINOSO (LM):** O fluxo luminoso é a quantidade de luz emitida por uma fonte medida em lúmens, na tensão nominal de funcionamento.

**FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS:** as operações de crédito e contribuições diversas de capital à SPE.

**FUNDO GARANTIDOR DA PPP:** tem o objetivo de fornecer garantias de pagamentos de obrigações do parceiro público.

**GARANTIA DA PROPOSTA:** a garantia de cumprimento da proposta a ser apresentada pelas Proponentes, nos termos deste Edital.

**GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:** a garantia do fiel cumprimento das obrigações do Contrato, a ser mantida pela Concessionária em favor da PREFEITURA MUNICIPAL, nos montantes e nos termos definidos na Minuta do Contrato.

**ILUMINAÇÃO PÚBLICA:** serviço público que tem por objetivo exclusivo prover de claridade os logradouros públicos, de forma periódica, contínua ou eventual.

**ILUMINÂNCIA OU ILUMINAMENTO (E):** é a relação entre o fluxo luminoso incidente numa superfície e a superfície sobre a qual este incide; ou seja é a densidade de fluxo luminoso na superfície sobre a qual este incide. A unidade é o LUX, definido como o iluminamento de uma superfície de 1 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) recebendo de uma fonte puntiforme a 1m (um metro) de distância, na direção normal, um fluxo luminoso de 1 (um) lúmen, uniformemente distribuído.

**INDICADORES DE DESEMPENHO:** conjunto de parâmetros, medidores da qualidade e disponibilidade dos serviços prestados, que determinam o aferimento do desempenho dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, condicionantes da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA devida à Concessionária.

**INSTALAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA:** conjunto de equipamentos utilizados exclusivamente na prestação do serviço de iluminação pública.

**LED:** O diodo emissor de luz também é conhecido pela sigla em inglês LED (Light Emitting Diode).

**LICITANTE ou PROPONENTE:** qualquer pessoa jurídica, fundo de investimento ou consórcio participante da Concorrência.

**MANUTENÇÃO CORRETIVA:** é a restauração ou correção do funcionamento de equipamento.

**MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** é a manutenção realizada de forma antecipada, com intervalos de tempo definidos, com a intenção de reduzir ou evitar a quebra ou a queda no desempenho do equipamento.

**MANUTENÇÃO PREDITIVA:** a manutenção preditiva, também chamada de manutenção planejada é aquela que visa realizar ajustes no equipamento apenas quando eles precisarem, porém, sem deixá-los falhar. Com um acompanhamento direto e constante é possível prever falhas, saber quando será necessário fazer uma intervenção e; realizar manutenções preditivas, por exemplo, controlando a quantidade de horas de uso de determinado equipamento.

**METAS QUANTITATIVAS:** conjunto de indicadores numéricos do volume de ações efetuadas pela CONCESSIONÁRIA considerando ações de operação (fornecimento da energia necessária para perfeita utilização dos equipamentos das redes), Manutenção (podendo ser considerada Corretiva, Preventiva e Preditiva, relacionadas aos níveis de serviço objetivados pelo Poder Concedente), melhorias (atualização tecnológica projetada), eliminação à demanda reprimida, atendimento ao crescimento vegetativo das bases instaladas, valores que contribuirão para determinar o valor da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA devida à Concessionária, conforme disposta no Anexo 3, Apêndice 2 (do Contrato) anexo a este Edital.

**MIGRAÇÃO:** considera-se migração da rede de iluminação pública a simples substituição de luminárias alterando-se apenas a tecnologia utilizada, mesmo sem que tenham sido modificados os parâmetros atualmente utilizados, como espaçamento de postes, altura de instalação das luminárias e aumento ou redução da quantidade de luminárias instaladas.

**MINUTA DO CONTRATO:** é a minuta do Contrato, consignada no Anexo 1 deste Edital.

**PERÍCIA TÉCNICA:** atividade desenvolvida pelo órgão metrológico ou entidade por ele delegada ou terceiro legalmente habilitado com vistas a examinar e certificar as condições físicas em que se encontra um determinado sistema ou equipamento de medição.

**PERÍODO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:** das 09h00min até as 09h30min do dia [.] de [.] de 2014, período no qual as Proponentes deverão entregar todos os documentos necessários à sua participação no procedimento licitatório.

**PLANO DE NEGÓCIOS:** Conjunto de informações, projeções e análises econômico-financeiras, a ser elaborado pela LICITANTE, cobrindo todo o prazo da Concessão Administrativa e todos os elementos financeiros relativos à execução do Contrato de Concessão.

**PODER CONCEDENTE:** é o Município de São Paulo, Capital do estado de São Paulo, representado pela **PREFEITURA MUNICIPAL**.

**PONTO DE ENTREGA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA:** quando tratar-se de ativos de iluminação pública, pertencentes ao poder público municipal, o ponto de entrega se situará na conexão da rede elétrica da distribuidora com as instalações elétricas de iluminação pública.

**PRAZO DA CONCESSÃO:** considera-se o prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da DATA DA ASSUNÇÃO.

**PREFEITURA MUNICIPAL:** Significa a Prefeitura do Município de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, ou Poder Concedente.

**PROJEÇÕES FINANCEIRAS:** Conjunto de informações econômico-financeiras incluídas no Plano de Negócios.

**PROPONENTE ou LICITANTE:** qualquer pessoa jurídica, fundo de investimento ou consórcio participante da Concorrência.

**PROPOSTA COMERCIAL:** o conjunto de documentos, que consubstanciam os elementos econômicos que baseiam os valores da CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA requeridos pela Proponente, bem como sua oferta de percentual de participação da PREFEITURA MUNICIPAL nas RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS.

**PROPOSTA TÉCNICA:** Significa a proposta por meio da qual as LICITANTES propõem os aspectos técnicos admitidos no Edital – e documentos correlatos, para fins de pontuação na fase de julgamento das propostas técnicas;

**RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS:** quaisquer receitas complementares, acessórias ou alternativas à CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA, auferidas pela

CONCESSIONÁRIA, decorrentes da exploração comercial de serviços e projetos associados, assim considerados todos aqueles que para serem explorados se utilizem de qualquer parte da infraestrutura do serviço público objeto da CONCESSÃO.

**REFORMATAÇÃO:** considera-se reformatação de rede de iluminação pública a alteração dos parâmetros atualmente utilizados, como espaçamento de postes, altura de instalação das luminárias e aumento ou redução da quantidade de luminárias instaladas.

**REPRESENTANTES CREDENCIADOS:** pessoas autorizadas a representar as Proponentes em todos os documentos relacionados à Concorrência.

**ROL DE ETAPAS DA CONCORRÊNCIA:** rol elaborado pela **PREFEITURA MUNICIPAL**, no qual constam todas as etapas relativas à realização da CONCORRÊNCIA, de observância obrigatória pelas PROPONENTES.

**SERVIÇO ADEQUADO:** É o serviço que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, medidos pelos INDICADORES DE DESEMPENHO, bem como a cortesia na sua prestação, tudo nos termos do art. 6º, § 1º, da Lei Federal nº 8.987/95.

**SERVIÇOS ESSENCIAIS:** são considerados serviços ou atividades essenciais aqueles cuja interrupção coloque em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

**SMS:** serviço de mensagens curtas (em inglês: *Short Message Service*, SMS) é um serviço disponível em telefones celulares digitais que permite o envio de mensagens curtas entre estes equipamentos e entre outros dispositivos de mão (*handhelds*), conhecidas popularmente como mensagens de texto.

**SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE):** Sociedade anônima, constituída em conformidade com a lei brasileira, com a finalidade específica de prestar os serviços públicos objeto da presente CONCESSÃO.

**STEP IN RIGHTS:** É a assunção do controle da SPE pelos financiadores do projeto, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade dos serviços.

**VALOR DO INVESTIMENTO:** Valor correspondente aos efetivos desembolsos voltados ao objeto da presente CONCESSÃO, designados no Plano de Negócios da Concessionária, seja como capital próprio ou de terceiros.

**VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO:** corresponde à somatória das 12 (doze) CONTRAPRESTAÇÕES ANUAIS MÁXIMAS relativas aos 30 (trinta) anos do CONTRATO.

Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação:

- as definições do EDITAL serão igualmente aplicadas nas formas singular e plural;
- os títulos dos capítulos e das cláusulas do CONTRATO e dos Anexos não devem ser usados na sua aplicação ou interpretação;
- no caso de divergência entre o CONTRATO e os Anexos, prevalecerá o disposto no CONTRATO;
- no caso de divergência entre os Anexos, prevalecerão aqueles emitidos pelo PODER CONCEDENTE; e
- no caso de divergência entre os Anexos emitidos pelo PODER CONCEDENTE, prevalecerá aquele de data mais recente.

### **3. DO OBJETO DA CONCESSÃO**

3.1. Constitui objeto deste Edital a concessão administrativa para prestação dos serviços parceria público-privada (PPP) para modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública na ÁREA DE CONCESSÃO, observado o disposto na minuta do CONTRATO e todos os demais ANEXOS do EDITAL e do CONTRATO.

3.2. A CONCESSÃO se desenvolverá em 2 (duas) fases progressivas, envolvendo as seguintes funções:

FASE I – Operação e Manutenção das INSTALAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA e da CENTRAL DE ATENDIMENTO atualmente existentes na ÁREA DE CONCESSÃO;

FASE II - Implantação do CCO e do plano de MIGRAÇÃO e Expansão dos serviços objetos da CONCESSÃO;

3.2.1 As características dos serviços e sua implantação, descritas nos Anexo 1 deste Edital, compreendendo a operação e manutenção das INSTALAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA e da CENTRAL DE ATENDIMENTO atualmente existentes na ÁREA DE CONCESSÃO, a implantação do CCO e do plano de MIGRAÇÃO e Expansão dos serviços objetos da CONCESSÃO, incluindo se necessário a execução de obras civis, a implantação de sistemas, o fornecimento de material, equipamentos, montagens e demais intervenções constituem-se em diretrizes e condições mínimas estimadas pelo PODER CONCEDENTE para nortear a prestação dos serviços, devendo a LICITANTE realizar seus próprios levantamentos, investigações, avaliações e estimativas, com o objetivo de aferir tais condições e, se for o caso, adotar características técnicas, quantidades, e qualidade superiores àquelas especificadas, a permitir a adequada prestação dos serviços concedidos.

3.2.1.1 São melhorias mínimas que devem ser atingidas pela CONCESSIONÁRIA, sendo que em sua proposta técnica a LICITANTE poderá antecipar as metas ou aumentar os valores a serem atingidos:

- Índice de Modernização anual mínimo nos termos estipulados no instrumento contratual.
- Contraprestação pecuniária atualizável a cada 3 anos.
- Estabelecimento de cronograma de migração da rede pública de iluminação considerando prioritariamente a maior vida útil média dos equipamentos, proximidades de locais de uso de menores, idosos e portadores de



necessidades especiais (escolas, hospitais e postos de saúde), entradas e saídas do município, postos policiais e delegacias e elenco de prioridades específicas da Administração Municipal;

- Implantação em até 12 (doze) meses, contados da DATA DA ASSUNÇÃO de programa de inspeção de qualidade nos equipamentos a serem instalados nas redes de iluminação do município;
- Implementação em conjunto com o PODER CONCEDENTE, de programas de treinamento e reciclagem para Eficiência Energética junto ao funcionalismo municipal e alunos das redes municipais do Município de São Paulo.
- Implantação de plano de manejo e destinação dos resíduos e equipamentos em desuso prevendo descarte eco-sustentável que elimine a possibilidade de derramamento de substâncias nocivas ao meio ambiente. A implementação deverá ser efetivamente identificada em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da DATA DA ASSUNÇÃO.

3.2.2 A diretriz mínima de MIGRAÇÃO, bem como o prazo de antecipação proposto pela LICITANTE e a proposta de participação do PODER CONCEDENTE nas RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS fazem parte da proposta da LICITANTE, sendo o cerne da eleição da proposta vencedora, não se admitindo, portanto, alterações nesses valores.

#### **4. DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO**

4.1 O VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO é de R\$ [.] ([.]), nele não se computando, ou dele deduzido, o valor eventualmente recebido pelo PODER CONCEDENTE, em decorrência de sua eventual participação nas RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS.

#### **5. DA VIGÊNCIA E PRAZO**

5.1 O prazo de vigência da CONCESSÃO será de 30 (trinta) anos, conforme definido e detalhado na Cláusula Quarta da Minuta do CONTRATO, contemplando as FASES I e II:

5.1.1 FASE I – Operação e Manutenção das INSTALAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA e da CENTRAL DE ATENDIMENTO atualmente existentes na ÁREA DE CONCESSÃO deverá ser dar de forma concomitante à DATA DA ASSUNÇÃO.

5.1.2 FASE II – Implantação do CCO e do plano de MIGRAÇÃO e Expansão dos serviços objetos da CONCESSÃO será efetuada em conformidade com o disposto no mínimo pelo Anexo 2 do CONTRATO, com as alterações e complementações decorrentes da Proposta Vencedora.

## **6. DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSÃO**

6.1 A CONCESSÃO será remunerada mediante o repasse integral dos valores recebidos pelo Poder Concedente referente à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, menos o valor necessário ao pagamento à Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica, dos valores relativos ao consumo de energia elétrica para Iluminação Pública. Em outras palavras, a responsabilidade pelo pagamento do Consumo de Energia Elétrica referente à Iluminação Pública continuará a cargo do Poder Concedente. O valor da COSIP previsto para 2014 é de R\$ [..].

6.1.1 Em adição ao valor acima determinado, serão utilizados para o fim da CONCESSÃO os percentuais dos valores propostos pela LICITANTE, para o PODER CONCEDENTE, em sua proposta vencedora, relativos às RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS.

6.1.2 Caso o somatório dos valores anteriores não sejam suficientes para alcançar as METAS QUANTITATIVAS planejadas e autorizadas pelo COMITÊ GESTOR DA PPP MUNICIPAL, sem que haja culpa por parte da CONCESSIONÁRIA, a CONCESSIONÁRIA e o COMITÊ GESTOR DA PPP MUNICIPAL irão ou rever as

METAS QUANTITATIVAS ou o PODER CONCEDENTE deverá determinar verba para suprir os valores faltantes e reequilibrar econômica e financeiramente o CONTRATO.

6.1.3 É de exclusiva responsabilidade do PODER CONCEDENTE, o risco pela cobrança e pelo repasse para a CONCESSIONÁRIA do valor referente à COSIP.

## **7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

7.1. Poderão participar da licitação sociedades e entidades brasileiras ou estrangeiras, reunidas em Consórcio ou isoladamente, que satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste edital, desde que não apresentem as seguintes restrições:

7.1.1 das quais participe, seja a que título for, direta ou indiretamente, pessoa que seja ou que tenha sido nos últimos 6 (seis) meses, dirigente, gerente, servidor, empregado, ocupante de cargo em comissão, sócio ou componente do seu quadro técnico, do PODER CONCEDENTE ou de suas empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou autarquias;

7.1.1.1 tenham em seus quadros de direção, a que título for, direta ou indiretamente, pessoa que pertença a mais de uma PROPONENTE simultaneamente.

7.1.1.1.1 considera-se participação indireta, para fins do disposto no subitem anterior, a existência de quaisquer documentos que atribuam à pessoa nele mencionada, a existência de quaisquer vínculos de natureza jurídica, técnica, comercial ou empresarial com a Licitante ou qualquer empresa do(s) grupo(s) econômico(s) da Licitante;

7.1.2 que se encontre em cumprimento de pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do

Estado de São Paulo, nos termos do disposto nos artigos 87, inciso III e 88 da Lei Federal 8.666/93;

7.1.3 que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer das pessoas da União, dos Estados e dos Municípios, nos termos dos artigos 87, inciso IV e 88 da Lei Federal 8.666/93;

7.1.4 que tenha sido condenada, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no art. 10 da Lei nº 9.605, de 12.02.1998;

7.1.5 que esteja em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, ou cuja falência haja sido decretada.

7.2 As sociedades ou entidades estrangeiras que não funcionam no Brasil, tanto quanto possível, atenderão às exigências de habilitação, mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado e deverão ter, na data de apresentação dos envelopes, representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

7.3 Serão admitidas na presente licitação as entidades fechadas ou abertas de previdência complementar, as instituições financeiras, fundos de investimentos e as empresas com atividade de investidoras financeiras, desde que reunidas em Consórcio com outras sociedades empresárias que atendam às condições de habilitação, permitindo desempenhar as atividades previstas neste edital.

7.4 A participação na Concorrência implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos, disposições e condições do edital e de seus anexos, bem como das normas aplicáveis.

7.5 As LICITANTES são responsáveis pela análise das condições do respectivo objeto da licitação e de todos os dados e informações sobre a CONCESSÃO, bem como

pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis à Concorrência e à CONCESSÃO, devendo arcar com seus respectivos custos e despesas.

7.6 Não será permitida a participação de sociedade e/ou entidade em mais de um Consórcio, ou isoladamente e como integrante de Consórcio.

7.6.1 A restrição prevista no item 7.6 se aplica também a sociedades coligadas, controladas ou controladoras das LICITANTES.

7.6.2. Caso a LICITANTE participe por meio de CONSÓRCIO, as seguintes regras deverão ser observadas, sem prejuízo de outras existentes no restante do EDITAL:

7.6.1. Cada CONSORCIADO deverá atender individualmente às exigências relativas à regularidade jurídica e fiscal contidas no EDITAL;

7.6.2. As exigências para a qualificação econômico-financeira, incluindo a referente à Garantia da Proposta, poderão ser atendidas conjuntamente pelo CONSÓRCIO ou por seus participantes individualmente;

7.6.3. As exigências de qualificação técnica deverão ser totalmente atendidas pelo CONSÓRCIO, por intermédio de qualquer dos CONSORCIADOS isoladamente ou pela soma das qualificações técnicas apresentadas pelos seus CONSORCIADOS;

7.6.4. A desclassificação de qualquer CONSORCIADO acarretará a automática desclassificação do CONSÓRCIO;

7.6.5. Cada CONSÓRCIO poderá contar com, no máximo, 5 (cinco) integrantes;

7.6.6. Nenhuma LICITANTE poderá participar de mais de um CONSÓRCIO, ainda que por intermédio de suas afiliadas;

7.6.7. Caso uma LICITANTE participe de um CONSÓRCIO, ficará ela impedida de participar isoladamente da CONCORRÊNCIA;

7.6.8. Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão de CONSORCIADOS até a assinatura do CONTRATO;

7.6.9. Os CONSORCIADOS são responsáveis solidariamente pelos atos praticados pelo CONSÓRCIO em virtude da CONCORRÊNCIA.

7.6.10. Para fins da exigência do item 7.6.11abaixo, o patrimônio líquido exigido do CONSÓRCIO será composto pela soma dos patrimônios líquidos de cada consorciado, considerados de acordo com a sua respectiva participação na constituição do CONSÓRCIO, consoante a fórmula abaixo:

$$PL_{Cons.} = PLC \times Part.C$$

Onde:

$PL_{Cons.}$  = Patrimônio líquido do consorciado, considerado na soma do patrimônio líquido do consórcio;

$PLC$  = Patrimônio líquido do consorciado;

$Part.C$  = Participação do consorciado no consórcio

7.6.11 Comprovação de capacidade financeira, com a demonstração em folha separada dos índices de liquidez geral e de endividamento geral, segundo os seguintes critérios:

7.6.11.1 Índice de “Liquidez Geral” (LG) não inferior a 0,75 (zero vírgula setenta e cinco), obtido através da seguinte fórmula, devendo, em sua aplicação, ser mantidas duas casas decimais, desprezando-se as demais, sem qualquer tipo de arredondamento:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

7.6.11.2 Índice de “Endividamento Geral” (EG) não superior a 0,65 (zero vírgula sessenta e cinco), obtido através da seguinte fórmula, devendo, em sua aplicação, ser mantidas duas casas decimais, desprezando-se as demais, sem qualquer tipo de arredondamento:

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

EG = -----

Ativo Total

7.6.11.3 No caso de consórcios, os índices previstos neste dispositivo deverão ser atendidos, individualmente, por todos os seus integrantes.

## 8. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO CERTAME

8.1. O EDITAL, suas planilhas e formulários, as informações, estudos e projetos poderão ser obtidos, exclusivamente, por meio de mídia eletrônica, no site [1].

8.1.1. A documentação fornecida pelo PODER CONCEDENTE às PROPONENTES não poderá ser reproduzida, divulgada e utilizada, de forma total ou parcial, para quaisquer outros fins que não os expressos no EDITAL.

8.2. A obtenção de quaisquer documentos de maneira diversa daquela indicada no item 8.1 acima não gera qualquer responsabilidade para o PODER CONCEDENTE.

8.3. A obtenção do EDITAL não é requisito para participação no certame, sendo certo que a participação das PROPONENTES pressupõe sua aceitação a todos os termos e condições do EDITAL.

## 9. PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS DO EDITAL

9.1. Caso qualquer interessado necessite de esclarecimentos complementares sobre o EDITAL, deverá solicitá-los ao **PODER CONCEDENTE** até às 16:30h de [.] de [.] de 2014, da seguinte forma:

- Por meio de correspondência protocolada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, na Rua [.] nº [.] – nº andar, Centro, no horário de 10hs às 17hs, até a data anterior à abertura da licitação.
- Por meio de e-mail dirigido à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, no endereço [.]@[.], a qual terá o seu recebimento comprovado mediante o recebimento de e-mail de resposta automática acusando o recebimento da mensagem enviada.

9.2. O PODER CONCEDENTE não responderá questões que tenham sido formuladas em desconformidade com o disposto no item 9.1 acima, bem como não serão considerados pedidos de esclarecimentos recebidos via fac-símile.

9.3. As respostas do PODER CONCEDENTE aos referidos esclarecimentos complementares serão divulgadas no sítio eletrônico <http://l.sp.gov.br>, com a pergunta, mas sem identificação da fonte do questionamento.

9.4. As PROPONENTES poderão, também, retirar cópia da ata de esclarecimentos sobre o EDITAL na sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DO



MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, na Rua [..], nº [..] – nº andar, Centro, no horário de 10hs às 17hs, até [..] de [..] de 2014.

9.5. Todas as correspondências referentes ao EDITAL enviadas ao PODER CONCEDENTE serão consideradas como entregues na data de seu recebimento pelo destinatário, exceto as recebidas após às 17hs de [..] de [..] de 2014 (horário de Brasília), inclusive no caso de correspondências dirigidas a endereço eletrônico, que serão consideradas como recebidas no dia útil imediatamente posterior.

9.6. Todas as respostas do PODER CONCEDENTE aos pedidos de esclarecimentos realizados nos termos deste item constarão de ata, que será parte integrante deste EDITAL.

## **10. IMPUGNAÇÕES DO EDITAL**

10.1. Sob pena de decadência deste direito, eventual impugnação do EDITAL deverá ser protocolada na sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por qualquer pessoa, em até 5 (cinco) dias úteis antes do último dia do PERÍODO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES e, por aqueles que irão participar da concorrência, até o segundo dia útil antes do último dia do PERÍODO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES.

10.2. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e entregues na sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, nos prazos mencionados acima e observadas às condições legais.

10.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá a participação do interessado na concorrência até a decisão da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

10.4. O parecer da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO favorável à impugnação somente alterará o PERÍODO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES quando a alteração promovida no EDITAL afetar as condições de elaboração da PROPOSTA

COMERCIAL, da PROPOSTA TÉCNICA ou da apresentação dos Documentos de Qualificação exigidos, hipótese na qual o Edital será republicado, reiniciando os prazos nele previstos.

## **11. DO PROCEDIMENTO GERAL**

11.1. A licitação será processada e julgada analisando-se inicialmente a Garantia de Proposta, a Habilitação, julgando-se depois as PROPOSTAS TÉCNICA e COMERCIAL.

11.2. A Concorrência será processada e julgada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, designada por ato da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

11.3. A Garantia da Proposta será analisada anteriormente à PROPOSTA COMERCIAL e o não atendimento das exigências deste EDITAL, relativas à apresentação desta Garantia, ensejará a desclassificação da Licitante.

11.4. A fase de habilitação consistirá na análise dos Documentos de Habilitação, para verificação do atendimento das condições fixadas no EDITAL.

11.5. A fase de análise das PROPOSTAS TÉCNICA e COMERCIAL serão classificatórias observando-se os critérios objetivos determinados nos Anexos 11 e 12 do CONTRATO.

11.6. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá, em qualquer fase da LICITAÇÃO, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, podendo ainda:

11.6.1. Solicitar às LICITANTES, a qualquer momento, esclarecimentos sobre as PROPOSTAS TECNICA E COMERCIAL e Documentos de Habilitação apresentados, admitindo-se o saneamento de falhas, de complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal, desde que os elementos faltantes possam ser apresentados no prazo máximo de 3 (três) dias, sob pena de desclassificação ou inabilitação da LICITANTE.

11.6.1.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação, no prazo referido neste subitem, são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação das PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL.

11.6.2. Prorrogar os prazos de que trata o EDITAL, com anuência prévia do PODER CONCEDENTE, em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior, sem que caiba às LICITANTES direito a indenização ou reembolso de custos e despesas a qualquer título.

## **12. DA FORMADE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

12.1. Caberá a cada Licitante realizar, por sua própria conta e risco, levantamentos e estudos, bem como desenvolver projetos para a apresentação das PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL.

12.2. A Garantia da Proposta, os Documentos de Habilitação e as PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL exigidos nesta CONCORRÊNCIA deverão ser apresentados em 03 (três) envelopes fechados, distintos e identificados da seguinte forma:

CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_\_

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO

ENVELOPE 1 – GARANTIA DA PROPOSTA

CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_\_

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO

ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_\_

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO

ENVELOPE 3 – PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL

12.3. Somente serão aceitos envelopes entregues direta e pessoalmente, não sendo admitido envelopes remetidos pelo correio ou por qualquer outra forma de entrega.

12.4. O ato de recebimento e de abertura dos envelopes poderá ser presenciado por qualquer pessoa. Entretanto, dos procedimentos da sessão pública, somente poderão participar os representantes das LICITANTES, credenciados na forma do subitem 16.3 deste EDITAL.

12.5. Os conteúdos dos 3 (três) envelopes deverão ser apresentados em 2 (duas) vias, encadernadas separadamente, com todas as folhas numeradas sequencialmente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, independentemente de mais de um caderno, da primeira à última folha, de forma que a numeração da última folha do último caderno reflita a quantidade de folhas de cada volume.

12.6. Para efeito de apresentação, a primeira via de cada volume da Garantia da Proposta, dos Documentos de Habilitação e das PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL deverá conter os documentos em sua forma original ou sob qualquer forma de cópia, desde que devidamente autenticada e perfeitamente legível. A segunda via dos documentos poderão ser cópias simples, dispensando-se para estas novas autenticações. Deverá acompanhar ainda os documentos da primeira via, sua cópia fiel em meio magnético, em arquivos padrão PDF (Adobe Acrobat). As planilhas do Plano de Negócios, além de PDF, deverão ser gravadas em softwares que as originaram, obrigatoriamente em Excel (Windows), versão 97/2003 ou 2010, contendo as fórmulas e cálculos que resultaram no fluxo de caixa das

PROJEÇÕES FINANCEIRAS, para conferir a consistência dos dados apresentados em relação às condições e diretrizes exigidas neste Edital.

12.7. No caso de divergência entre os documentos impressos e os gravados em meio magnético, prevalecerão os textos impressos. Os documentos gravados em PDF prevalecerão sobre a mídia editável.

12.8. Os documentos das Licitantes estrangeiras serão apresentados da seguinte forma:

a) a Proposta Comercial, o Plano de Negócios, integrante da Metodologia de Execução e eventuais anexos, assim como todas as correspondências, informações e comunicações relativas aos procedimentos da licitação deverão estar redigidos em Língua Portuguesa (Brasil), idioma oficial desta licitação, devendo toda a documentação ser compreendida e interpretada de acordo com o referido idioma.

b) os Documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas deverão ser certificados pelo notário público do País de origem, autenticados pelo Consulado Geral do Brasil do País de origem e acompanhados da respectiva tradução juramentada para a Língua Portuguesa realizada por tradutor juramentado matriculado em qualquer uma das Juntas Comerciais do Brasil, salvo quando se tratar de catálogos, publicações, manuais, informes técnicos e similares.

12.8.1. Documentos de Habilitação de origem estrangeira apresentados em outras línguas não acompanhados da respectiva tradução juramentada para a Língua Portuguesa (Brasil), ainda que autenticados pelos respectivos consulados, não serão considerados para efeito de avaliação e julgamento.

12.9. No caso de divergência entre documento no idioma original e a tradução, prevalecerá o texto traduzido.

12.10. É recomendável a utilização dos modelos constantes deste edital, para efeito de padronização.

12.11. As PROPOSTAS TECNICA E COMERCIAL e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

12.12. Somente será considerada as PROPOSTAS TECNICA E COMERCIAL que abrangem a totalidade do objeto desta CONCORRÊNCIA.

12.13. As PROPOSTAS TECNICA E COMERCIAL apresentadas deverão ter validade de 90(noventa) dias, contados da data de recebimento da mesma e, nesse período, todas as condições deverão ser mantidas.

12.14. Todas as folhas de cada uma das vias da Proposta Comercial e Documentos de Habilitação deverão conter a rubrica do seu representante credenciado.

### **13. GARANTIA DA PROPOSTA**

13.1. Em garantia ao cumprimento da obrigação de firmar o futuro instrumento contratual, a Licitante (individual ou Consórcio) deverá prestar Garantia de Proposta no valor de R\$ [.] ([.]), equivalente a 1% (um por cento) do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, com prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados da data marcada para a sessão de recebimento dos Envelopes.

13.1.1. A Garantia de Proposta poderá, por opção da LICITANTE, ser feita por meio das seguintes modalidades:

I. Caução em dinheiro;

II. Títulos da Dívida Pública;

III. Fiança bancária;

IV. Seguro-garantia.

13.1.2. Em caso de Consórcio, a Garantia de Proposta poderá ser prestada por uma única sociedade que o compõe ou dividida pelas diferentes sociedades, mantida a modalidade.

#### 13.1.3. A Garantia de Proposta:

- a. quando em dinheiro, deverá ser em moeda nacional (Real) depositada em conta a ser indicada pelo PODER CONCEDENTE, apresentando-se o comprovante de depósito, ou em cheque administrativo de instituição financeira nacional.
- b. quando representada por títulos da dívida pública do Estado, estes deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, acompanhados de comprovante de sua validade atual quanto à liquidez e valor.
- c. quando em seguro-garantia, deverá ser emitida por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil e as apólices deverão estar acompanhadas da comprovação de contratação de resseguro, nos termos da legislação vigente à época de sua apresentação, com vigência mínima de 6 (seis) meses.
- d. quando na modalidade de fiança bancária, deverá ter sido emitida por instituição bancária incluída no último Relatório dos 50 maiores Bancos – Critério de Ativo Total menos Intermediação, emitido trimestralmente pelo Banco Central, respeitando o Anexo XI – Volume I deste edital, modelo de Carta de Fiança Bancária, devendo ser acompanhada da comprovação dos poderes de representação do responsável pela assinatura do documento.

13.1.4. A Garantia de Proposta da LICITANTE vencedora será devolvida após a apresentação da garantia de fiel cumprimento das obrigações contratuais – Garantia de Execução do Contrato.

13.1.4.1. A Garantia de Proposta das demais Licitantes será devolvida após a Homologação da licitação.

13.1.5. Caso se verifique que o prazo de validade da Garantia da Proposta irá expirar antes da apresentação da Garantia de Execução do Contrato, a Licitante vencedora deverá providenciar sua renovação.

13.1.6 A Garantia de Proposta será executada se a Licitante:

a) solicitar a retirada de sua Proposta Comercial durante o período de validade da mesma;

b) sendo vencedora, deixar de assinar o CONTRATO DE CONCESSÃO, seja por falta de atendimento às disposições pré-contratuais ou por desistência.

13.1.7. A Garantia da Proposta também assegurará o pagamento correspondente às multas, penalidades e indenizações devidas pela Licitante ao PODER CONCEDENTE, em virtude da LICITAÇÃO.

13.1.8. A Garantia de Proposta não poderá conter Cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pelo tomador da garantia relativamente à participação na Concorrência.

13.1.9 A Licitante que deixar de apresentar ou não tiver a Garantia da Proposta aceita pela Comissão Especial de Licitação será desclassificada do certame e sua proposta comercial não será aberta.

#### 14. CRITÉRIO PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1 Como critério para escolha da melhor proposta a combinação do critério do menor valor da Contraprestação Pecuniária anual a ser paga pelo Ilume com o de maior percentual de índice de Modernização anual, como os pesos de 70 e 30, respectivamente.

14.2 O ganhador da licitação será o Proponente que receber a maior pontuação, obtida através do cálculo:

$$\text{Pontuação} = [(\text{CP Max} / \text{CP Proponente}) * 70] + [(\text{IM proponente} / \text{IM Mín}) * 30]$$

Onde:

CP Max – contraprestação anual máxima aceitável estabelecida em R\$ xx,xx (...reais)

CP Proponente – contraprestação anual ofertada pelo Proponente (em reais)

IM Proponente – Índice de Modernização anual ofertado pelo Proponente (em %)

IM Mínimo – Índice de Modernização mínimo estabelecido em xx,xx% (... por cento)

Deverá encontrar-se associado ao Índice de Modernização anual pelo Proponente:

- o valor anual de investimento total inicial.



- o valor correspondente de investimento para um ponto de iluminação. Deverá se encontrar associado uma cesta de materiais e serviços, média e típica.

14.3 Caso a COSIP ou qualquer outra fonte de renda da CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA prevista para ser cedida à CONCESSIONÁRIA, não se realize, por qualquer motivo que seja, o PODER CONCEDENTE assume o risco integral de comparecer com o valor faltante, eximindo a CONCESSIONÁRIA e se responsabilizando integralmente por qualquer risco em relação ao não cumprimento do PLANO DE NEGÓCIOS e das METAS QUANTITATIVAS eventualmente prejudicadas pela falta do recurso advindo da COSIP ou de qualquer outra fonte de renda que lhe faça às vezes.

14.4 A declaração da LICITANTE de ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos, e de ter levado em consideração na formulação de sua proposta os riscos previstos na Cláusula 17 da minuta do CONTRATO.

14.5. A Proposta Comercial deverá ser incondicional, irretratável e irrevogável.

## **15. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

### **INSTRUÇÕES GERAIS:**

15.1 Os documentos de habilitação de origem estrangeira equivalentes aos solicitados neste edital, nos termos deste item, deverão ser certificados pelo notário público do País de origem, autenticados pelo respectivo consulado do Brasil do País de origem e acompanhados de tradução juramentada para a língua portuguesa (Brasil).

15.1.1 Os documentos de habilitação equivalentes aos solicitados neste Edital, devem ser apresentados de forma a possibilitar a clara identificação da sua validade, exigibilidade e eficácia, devendo a Licitante indicar a que item do Edital o documento corresponde.

15.1.2 Na hipótese da inexistência de documentos equivalentes aos solicitados neste Edital, deverá ser apresentada, por parte da Licitante, declaração informando tal fato,

conforme Anexo 13 - modelo de Declaração de Inexistência de Documento Equivalente.

15.1.3 As sociedades consorciadas deverão apresentar compromisso público ou particular de constituição de Consórcio, subscrito por todas as consorciadas, contemplando:

- a) denominação do Consórcio;
- b) objetivos do Consórcio, a saber, participação das empresas consorciadas na presente licitação e, em sendo vencedor, constituir-se em Sociedade de Propósito Específico - SPE, segundo as leis brasileiras, na forma de sociedade anônima, com sede e administração no Brasil, no Município de São Paulo;
- c) composição do Consórcio, com a indicação do percentual da participação de cada uma das consorciadas na licitação;
- d) indicação da empresa líder do Consórcio;
- e) compromisso de que as consorciadas responderão isolada e solidariamente por todas as exigências do instrumento convocatório e pelos atos praticados pelo Consórcio, na fase da licitação, cobrindo integralmente todas as obrigações assumidas na Proposta Comercial e no Plano de Negócios;
- f) procuração outorgando à empresa líder poderes expressos, irretratáveis e irrevogáveis para concordar com condições, transigir, recorrer e desistir de recurso, comprometer-se a assinar, em nome do Consórcio, quaisquer papéis e documentos relacionados com o objeto da Concorrência, na fase da licitação.

15.1.3.1 No caso de Consórcio, as declarações exigidas no EDITAL poderão ser assinadas pela empresa líder, em nome do consórcio, observado o disposto na alínea “f” do item anterior.

15.1.3.2 Em se tratando de Consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa brasileira, nos termos do artigo 33, §1º, da Lei nº 8.666/93;

15.1.4. A Licitante que participar do certame isoladamente deverá apresentar compromisso de que, em vencendo o certame, constituirá, antes da formalização do CONTRATO DE CONCESSÃO, Sociedade de Propósito Específico – SPE segundo as leis brasileiras, na forma de sociedade anônima, com sede e administração no Município de São Paulo, nos termos previstos neste EDITAL, bem como apresentar a Minuta da SPE, nos termos do item 20 abaixo.

## **15.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pela Licitante individual ou cada empresa participante de Consórcio:

15.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de documento de nomeação dos administradores em exercício, devidamente registrados na Junta Comercial ou cartório de registro competente.

15.2.2 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Para Fundos de Investimento

15.2.3 Comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários.

15.2.4 Ato constitutivo com última alteração arquivada perante órgão competente.

15.2.5 Regulamento e alterações, se houver, devidamente registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

15.2.6 Comprovante de registro do administrador na Comissão de Valores Mobiliários e, se houver, do gestor.

15.2.7 Comprovação de que o fundo de investimento se encontra devidamente autorizado pelos seus cotistas a participar desta licitação.

Para Entidade Aberta ou Fechada de Previdência Complementar

15.2.8 Comprovante de autorização expressa e específica de constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pela entidade reguladora do setor.

Para Instituição Financeira

15.2.9 Comprovante de autorização expressa e específica de constituição e funcionamento da instituição financeira, concedida pela entidade reguladora do setor.

### **15.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pela Licitante individual ou cada empresa participante de Consórcio:

15.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

15.3.2 Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, que esteja dentro do prazo de validade nele atestado.

15.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Seguridade Social (INSS), consistente na Certidão Negativa de Débito (CND) ou Positiva com Efeito de Negativa, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

15.3.4 Certidão conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativa aos tributos administrados pela SRF e à Dívida Ativa da União, administrada pela PGFN.

15.3.5 Prova da regularidade para com a Fazenda Estadual comprovada mediante a apresentação de Certidão expedida pelo órgão competente do Estado, no qual está localizada a sede da Licitante, dando conta da regularidade de débitos fiscais relativos ao ICMS.

15.3.6 Prova da regularidade para com a Fazenda Municipal comprovada mediante a apresentação da Certidão expedida pelo órgão competente da Prefeitura do Município

onde está localizada a sede da Licitante, dando conta da regularidade de tributos mobiliários.

15.3.7 Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, relativa à prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.

15.3.8 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, somente serão aceitas aquelas emitidas até 180 (cento e oitenta) dias antes da data de sua apresentação.

#### **15.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pela Licitante individual ou cada empresa participante de Consórcio:

##### **15.4.1 Sociedade Empresária:**

Certidão Negativa de Pedido de Falência, Concordata e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais expedida pelo Distribuidor Judicial da Comarca (Varas Cíveis) da cidade onde a sociedade for sediada, com data de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de sua entrega.

##### **15.4.2 Sociedade Simples:**

Certidão expedida pelo Distribuidor Judicial das Varas Cíveis da Comarca onde a sociedade está sediada, relativa à Execução Patrimonial, datada de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de sua entrega.

15.4.2.1 Em havendo qualquer ação judicial distribuída, a Licitante deverá apresentar a certidão atualizada que aponte a situação do processo.

15.4.3 Prova, por meio do balanço patrimonial de que na data estabelecida para a entrega dos envelopes 1 e 2, possui a LICITANTE patrimônio líquido de, no mínimo, R\$ 850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de reais).

15.4.3.1 Em se tratando de consórcio o valor mínimo a que se refere o item 15.4.3 será de R\$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), devendo ser comprovado pela soma dos patrimônios líquidos das empresas que o compõem na proporção de suas respectivas participações.

15.4.3.2 Balanço Patrimonial e demonstrativo contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, para comprovação do patrimônio líquido.

15.4.3.2.1 Os demonstrativos contábeis deverão estar assinados pelos administradores e por contabilista legalmente habilitado.

15.4.3.2.2 Para empresas estrangeiras, balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei do país de origem, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, acompanhado de certificado de Auditores Independentes. As empresas devem submeter seus demonstrativos contábeis (balanço e demonstrativo de resultados) certificados por um contador registrado na entidade profissional competente, se a auditoria não for obrigatória pelas leis de seus países de origem.

15.4.3.3 Em se tratando de entidade aberta ou fechada de previdência complementar, a comprovação do patrimônio, considerando as normas legais vigentes, corresponderá ao somatório das contas do Passivo do Exigível Atuarial e das Reservas e dos Fundos.

15.4.3.4 Quando a Licitante for uma entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar Certidão de que os planos e benefícios por ela administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção da entidade reguladora.

15.4.3.5 Quando a Licitante for um fundo de investimento, deverá apresentar Certidão negativa de falência da administradora e gestora do fundo, expedida pelo cartório(s) de distribuição da sede da mesma, com data de emissão de até 180 (cento e oitenta) dias corridos anteriores ao recebimento da Proposta Comercial.

15.5 Os valores expressos em moeda estrangeira serão convertidos, para os fins de comprovação do patrimônio líquido, em reais (R\$), mediante a aplicação da taxa de câmbio comercial para venda divulgada pelo Banco Central do Brasil, referente à data de encerramento do exercício social indicada no balanço patrimonial.

## **15.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pela Licitante individual ou pelo Consórcio:

15.6.1 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome da Licitante, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, quando for o caso, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou por órgão de regulação e/ou de fiscalização.

15.6.1.1 O(s) atestados(s) deverá(ão) indicar a execução de atividades nas características, quantidades e prazos referidos a seguir:

a) Instalação, operação e a manutenção de sistema de Iluminação Pública por no mínimo 6 (seis) meses consecutivos, em no mínimo 5.000 (cinco mil) pontos de iluminação e esses quantitativos admitindo-se a soma das quantidades constantes de até 2(dois) atestados.

b) Participação em empreendimento em que tenha sido realizado investimento de pelo menos R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

15.6.1.2 Para comprovação do valor exigido na alínea “b” do subitem 15.6.1.1 será admitido o somatório de até 5 (cinco) atestados, um deles referindo-se a um único empreendimento em que o valor total de investimento tenha sido de, no mínimo, R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) e os demais, em outros

empreendimentos de no mínimo R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) cada um;

a. Somente serão aceitos atestados em que a LICITANTE individual ou membro de Consórcio figure em uma das seguintes formas de participação no empreendimento constante do atestado:

a.1. Como responsável direto pela execução do empreendimento com participação mínima no Consórcio de 30% (trinta por cento).

a.2. Como investidor no empreendimento com participação mínima no Consórcio de 15% (quinze por cento).

15.6.1.2.1 Ainda para atendimento do item 15.6.1.1 “b” serão admitidos documentos tais como contratos, cartas ou declarações de instituição financeira, agências reguladoras ou poderes concedentes, conforme o caso, bem como demonstrações financeiras auditadas dos empreendimentos realizados ou outro documento que demonstre a experiência requerida.

15.6.2 Os valores indicados nos atestados apresentados pela LICITANTE, para efeito de avaliação dos montantes relativos ao aporte de recursos em empreendimentos realizados, quando apresentados em moeda estrangeira serão convertidos para o real pela taxa de câmbio para venda publicada pelo Banco Central do Brasil, na data de realização do empreendimento e/ou serviços atestados e de lá para cá, atualizados monetariamente.

15.6.2.1 Para efeito de análise do atestado a LICITANTE deverá atualizar os valores constantes do mesmo, para o mesmo mês de recebimento das propostas, por meio da aplicação do IPC - Índice de Preços ao Consumidor da FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

15.6.3 A experiência exigida no item 15.6.1 também poderá ser comprovada por meio de atestados emitidos em nome de empresa controlada, controladora e/ou coligada, nos termos definidos na Lei Federal 6.404/76 e de empresa matriz estrangeira de filial brasileira, bem como de empresas sob controle comum, direta ou



indiretamente, desde que a situação (de sociedade controlada, controladora e/ou coligada) seja devidamente comprovada e vigore desde data anterior à da publicação do presente Edital.

15.6.4 No caso de alterações societárias e de fusão, incorporação ou cisão de empresas, os atestados somente serão considerados se acompanhados de prova documental e inequívoca da transferência definitiva de acervo técnico.

15.6.4.1 Não serão considerados válidos quaisquer outros atestados que não sejam decorrentes dos eventos societários acima destacados.

15.6.5 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, sem a elas se limitar, as seguintes informações:

- Objeto;
- Características das atividades e serviços desenvolvidos;
- Valor total do empreendimento;
- Percentual de participação da Licitante no empreendimento;
- Datas de início e de término da realização das atividades e serviços;
- Datas de início e término da participação da empresa no Consórcio, quando o atestado tiver sido emitido em nome de Consórcio;
- Descrição das atividades exercidas no Consórcio, quando o atestado tiver sido emitido em nome de Consórcio;
- Local da realização das atividades e serviços;
- Razão social do emitente;
- Nome e identificação do signatário.

## **15.7 DECLARAÇÕES:**

Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pela LICITANTE individual ou cada empresa participante de Consórcio, em papel timbrado e subscrito pelo respectivo representante legal:

15.7.1 Declaração de regularidade perante o Ministério do Trabalho, em atendimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º Constituição Federal.

15.7.2 Declaração de regularidade em relação ao não impedimento de contratação constante da Lei Estadual nº 10.218/99.

15.7.3 Declaração de regularidade para atendimento aos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo.

15.7.4 Prova de inexistência de registro no CADIN MUNICIPAL, em atendimento ao disposto no artigo 3º, da Lei Municipal nº 14.094/05 e do Decreto Municipal nº 47.096/06.

15.7.5 Declaração de inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação na presente licitação e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

15.7.6 Declaração da LICITANTE do cumprimento do disposto no Decreto Municipal nº 48.184/07 e nº 48.325/07.

15.7.7 As pessoas jurídicas estrangeiras, que participarem isoladamente ou reunidas em CONSÓRCIO e que não funcionem no Brasil, deverão apresentar (i) Declaração expressa de que se submetem à Legislação Brasileira e que renunciam a qualquer reclamação por via diplomática; e (ii) Prova de constituição de representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, consistente na apresentação de Procuração.

## **15.8 METODOLOGIA DE EXECUÇÃO**

A LICITANTE deverá apresentar, no Caderno 2, integrando sua Metodologia de Execução, o que segue:

15.8.1 O Plano de Negócios que deverá ser elaborado com observância das diretrizes constantes do Edital.

15.8.1.1 Plano de Negócios incluindo a CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA e eventual expectativa de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, que deverá ser adequada para o período decorrido entre a sua data base e a data base do primeiro dia do mês de apresentação da proposta.

15.8.2 Declaração de instituição financeira, nacional ou estrangeira, atestando a viabilidade econômico-financeira da implementação do Plano de Negócios, podendo ser observadas as condições indicativas para eventual apoio financeiro.

15.8.2.1 A LICITANTE deverá demonstrar de forma inequívoca, por meio de documento (atestados, declarações e outros) a experiência da instituição financeira, de que trata o subitem acima, na estruturação financeira de empreendimentos e, em especial, na área de infraestrutura, na modalidade de “project finance” ou outras formas de mobilização de recursos de longo prazo, envolvendo ao menos R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) de investimentos;

15.8.2.2 A instituição financeira não poderá ser Licitante, nem poderá ser controladora, controlada ou coligada da LICITANTE, tampouco poderá se encontrar submetida à liquidação, a intervenção ou a Regime de Administração Especial Temporária – RAET.

15.8.3 Declaração de que a Licitante se compromete a efetuar todos os investimentos e demais intervenções necessárias para por em prática o PLANO DE NEGÓCIOS, em obediência às METAS QUANTITATIVAS, bem como que se compromete a arcar com as despesas, ônus, encargos, dispêndios e obrigações pecuniárias, nos termos do detalhamento constante do seu Plano de Negócios.

15.8.4 Descrição de estrutura do capital que a Licitante se propõe a obter/utilizar para a execução dos investimento abrangidos na presente Concessão, ressalvada a faculdade de alteração desta estrutura no curso do CONTRATO.

## **16. DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO**

16.1 Os envelopes 1, 2 e 3 deverão ser entregues devidamente fechados e lacrados, na sessão pública de abertura desta licitação, que será realizada no local, dia e hora dispostos no preâmbulo do Edital, na presença de pelo menos 03 (três) membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO,

16.2 Para a participação na sessão pública serão admitidos até 2 (dois) representantes por Licitante individual ou Consórcio, sendo que cada representante poderá representar uma única licitante, a quem compete acompanhar todos os atos do procedimento do julgamento até o seu encerramento.

16.3 A sessão deverá ter início com o credenciamento dos representantes das Licitantes junto à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, mediante exibição de documento de identificação e a comprovação de sua representação que será feita por meio da apresentação de:

16.3.1 Instrumento de Procuração que comprove poderes para praticar todos os atos referentes ao certame, inclusive interposição e desistência de recurso, acompanhado do(s) documento(s) que comprove(m) os poderes do(s) outorgante(s). No caso de Consórcio, a procuração deverá ser outorgada pela sociedade líder e será acompanhada de procurações das consorciadas à sociedade líder;

16.3.2 Contrato Social de Pessoa Jurídica ou documento equivalente, no caso de participação de proprietário ou sócio da sociedade. Para esta hipótese, em se tratando de Consórcio, a representação será pela sociedade líder, devendo acompanhar o Contrato social ou documento equivalente e as procurações das consorciadas à sociedade líder;

16.3.3 Procuração de representante legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, no caso de empresa estrangeira, acompanhada de documento(s) que comprove(m) os poderes do(s) outorgante(s).

16.3.4 Para empresa estrangeira, declaração expressa de que se submete à Legislação Brasileira.

16.4 Abrindo-se os ENVELOPES 1 será verificada a validade e conformidade da Garantia da Proposta. Em seguida será aberto os ENVELOPES 2 e será verificado os documentos de habilitação. Em caso de não apresentação dos documentos, ou desconformidade da Garantia aos termos do Edital, a Licitante será declarada desclassificada do certame e sua proposta comercial não será aberta. A inabilitação de qualquer membro de um Consórcio ensejará a inabilitação do Consórcio.

16.4.1 Na hipótese de não haver renúncia expressa ao direito de recorrer, a Comissão Especial de Licitação encerrará a sessão pública e designará nova data para dar continuidade aos trabalhos, a ser publicada no DOE, após decorrência do prazo recursal legalmente estabelecido, qual seja, de 5 (cinco) dias úteis contados da ciência do ato, nos termos do artigo 109, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

16.5 Na sessão pública designada serão abertos os ENVELOPES 3, - PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL dos LICITANTES classificados nos termos do item 16.4.

16.5 Em seguida, após análise das PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL dos LICITANTES, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO atribuirá os pontos em ordem crescentes para as LICITANTES que proporem o atingimento de METAS QUANTITATIVAS no menor prazo e com a melhor técnica e que cedam ao PODER CONCEDENTE o maior valor de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, tudo na forma disciplinada nos Anexos 11 e 12 do CONTRATO.

16.5.1 Todos os representantes de todas as LICITANTES poderão ter acesso a leitura e querendo rubricar as propostas após a abertura dos respectivos envelopes.

16.5.2 Havendo empate entre o somatório de duas ou mais PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL, prevalecerá como critério de desempate a melhor nota da PROPOSTA TÉCNICA. Permanecendo o empate, a ordem de classificação far-se-á por sorteio nos termos da legislação em vigor, realizado na mesma sessão.

16.5.3 Após a classificação das PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL e declarada a LICITANTE melhor classificada, se todas as demais LICITANTES desistirem da interposição do recurso em face do resultado, será declarada a vencedora. Caso contrário, as LICITANTES terão novo prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da ciência do ato, para recorrer do resultado da classificação. Em [.]/[.]/2014, será divulgado pela imprensa oficial a LICITANTE vencedora.

16.6 Os ENVELOPES e Invólucros não abertos poderão ser retirados pelos interessados, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO. Se eles não forem retirados neste prazo de 30 (trinta) dias, serão inutilizados independentemente de qualquer aviso ou notificação.

16.7 Serão lavradas atas circunstanciadas de todas as sessões de recebimento e de abertura dos envelopes, a serem devidamente assinadas pelos representantes credenciados das LICITANTES presentes e da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

## **17. DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

17.1 Eventuais recursos administrativos deverão ser interpostos mediante petição fundamentada, dirigida à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, observando-se, para esse efeito, o rito e as disposições estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

17.2 O recurso deverá ser protocolado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, na Rua [.] nº [.] – nº andar.

## **18. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

18.1 Publicado o resultado do certame e transcorrido o prazo legal de recurso, o Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO submeterá o processo

licitatório ao Secretário Municipal de Serviços do Município de São Paulo para sua homologação e adjudicação de seu objeto.

18.1.1 O ato de homologação da licitação, de adjudicação do objeto e de convocação da adjudicatária, para cumprimento das exigências pré-contratuais, será publicado no Diário Oficial do Estado – DOE.

## **19. DA CONTRATAÇÃO**

19.1 A Adjudicatária deverá, até 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação do ato de homologação e adjudicação, apresentar as exigências a seguir indicadas para, no prazo de até 50 (cinquenta) dias, contado da mesma publicação, assinar o CONTRATO.

19.1.1 O Instrumento de Constituição da Sociedade de Propósito Específico-SPE, nos termos da minuta apresentada pela LICITANTE na documentação com a correspondente certidão da JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo) e inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

19.1.2 Comprovação de recolhimento da Garantia de fiel cumprimento das obrigações contratuais, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, observada as modalidades e formalidades disposta nos itens 13.1.1 deste Edital.

19.1.2.1 As garantias ofertadas não poderão conter quaisquer ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade.

19.1.3 Comprovação de integralização na SPE de parcela do capital social subscrito definido no item 15.4.3 deste Edital, em moeda corrente nacional.

19.1.4 Comprovação do ressarcimento ao PODER CONCEDENTE dos dispêndios no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões), correspondente aos custos relativos à presente LICITAÇÃO.

19.1.5 Havendo recusa ou impedimento em assinar o CONTRATO no prazo indicado no subitem 19.1 e condições estabelecidas, é facultado ao PODER CONCEDENTE convocar as LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições propostas pela vencedora da licitação, ou revogar a CONCORRÊNCIA.

19.2 Em atendimento ao artigo 6º e §1º da Lei Estadual nº 12.799/08, a assinatura do Instrumento Contratual fica vinculada à inexistência de inscrição no CADIN ESTADUAL.

19.3 Assinado o instrumento contratual, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, durante toda a sua execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **20. DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE**

20.1 A Licitante deverá se constituir em uma Sociedade de Propósito Específico – SPE.

20.2 As minutas relativas à constituição da sociedade de propósito específico a serem apresentadas pela LICITANTE nos documentos de Habilitação observará, no mínimo, o seguinte:

I. Minuta do Estatuto Social e eventuais acordos de acionistas;

II. Composição dos órgãos da Administração;

III. Estrutura organizacional da CONCESSIONÁRIA até o primeiro escalão hierárquico abaixo da Diretoria, incluindo a função de ouvidor e a função de atendimento ao usuário;

IV. Composição do capital social, identificando a participação de cada empresa consorciada para a licitação;

V. Previsão de delegação de poder decisório da SPE ao interventor indicado pelo PODER CONCEDENTE em caso de intervenção.



## **21. DA CONCESSIONÁRIA**

21.1 A CONCESSIONÁRIA será uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, a ser constituída pela LICITANTE Vencedora da licitação, no prazo de que trata o subitem 19.1 deste Edital, sob a forma de sociedade anônima, na conformidade da legislação brasileira, devendo submeter-se ao regime da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações, e demais dispositivos legais, com a finalidade exclusiva de prestar os serviços objeto da CONCESSÃO, de acordo com o estatuto e a composição acionária apresentados nos Documentos de Habilitação.

21.1.1 A Sociedade de Propósito Específico – SPE deverá assumir, até 3 (três) meses antes do início da DATA DA ASSUNÇÃO, a condição de companhia aberta, autorizada a emitir valores mobiliários em mercados regulamentados, pelo menos na Categoria B, conforme previsto no artigo 2º, inciso II da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários-CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

21.2 A Concessionária deverá estar sediada no Município de São Paulo.

21.3 Caso a adjudicatária seja uma LICITANTE individual, antes da celebração do CONTRATO, para atender ao disposto no subitem 20.1, deverá alterar o seu estatuto ou contrato social ou criar subsidiária integral, mantendo o mesmo controle acionário pré-existente à constituição da empresa.

21.4 Sendo a adjudicatária um Consórcio, antes da celebração do CONTRATO, deverá constituir-se em Sociedade de Propósito Específico – SPE, sob a forma de Sociedade Anônima, na conformidade da lei brasileira, cujo estatuto, composição acionária e administradores deverão ser aqueles previstos na minuta do documento exigido neste edital e apresentado nos termos do subitem 19.1 deste Edital.

21.5 O capital social subscrito da SPE deverá ser de, no mínimo, R\$ [.] ([.]), e sua integralização deverá obedecer as condições estabelecidas no item 19.1.3 deste edital, e o saldo restante até o 72º (septuagésimo segundo) mês contado da DATA DE ASSUNÇÃO.

21.6 O patrimônio líquido da CONCESSIONÁRIA deverá corresponder, em 31 de dezembro de cada ano, a partir do sexto ano da data do início de vigência do CONTRATO até o seu final, ao maior valor dentre os seguintes itens, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis ou decretação da caducidade:

21.6.1 a no mínimo 10% (dez por cento) do somatório do ativo financeiro, do ativo intangível e do ativo imobilizado líquido das amortizações e depreciações;

21.6.2 ao valor mínimo de R\$ [.] ([.]), devendo este valor ser atualizado nas mesmas condições da cláusula de reajuste da minuta de CONTRATO, considerando como data base a da apresentação da Proposta Comercial.

21.7. A CONCESSIONÁRIA estará sempre vinculada ao disposto no CONTRATO, ao instrumento convocatório da licitação, à documentação e proposta apresentadas e aos respectivos documentos contratuais, bem como à legislação e regulamentação, em tudo que disser respeito à prestação do serviço público de iluminação pública objeto da CONCESSÃO.

21.8 A CONCESSIONÁRIA não poderá, durante todo o prazo da CONCESSÃO, transferir o controle da sociedade, sem prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE, seja por meio de modificação da composição acionária e/ou por meio de implementação de acordo de acionistas.

21.9 O Estatuto Social da CONCESSIONÁRIA deverá contemplar Cláusula que:

a. vede alteração do objeto social da CONCESSIONÁRIA;

b. submeta à prévia autorização do PODER CONCEDENTE:

1) quaisquer alterações do controle acionário da SPE, seja por meio de modificação da composição acionária e/ou por meio de implementação de acordo de acionistas;

2) qualquer alteração no capital social que implique sua redução;

3) as propostas de emissão de títulos e valores mobiliários, que contenham dispositivo de conversão em ações que impliquem alteração no controle da sociedade ou que tenham como garantia ações com direito de voto integrantes do grupo controlador;

4) as operações de fusão, cisão ou incorporação;

5) a contratação de empréstimos ou obrigações, cujos prazos de amortização excedam o termo final do CONTRATO. Sendo certo que a CONCESSÃO não se responsabilizará por obrigações assumidas pela SPE detentora da CONCESSÃO após o prazo de CONCESSÃO, mesmo que tais obrigações tenham sido firmadas em proveito da CONCESSÃO;

c. garanta ao interventor nomeado pelo PODER CONCEDENTE o poder de decisão em caso de intervenção;

d. proíba a contratação de obrigações garantidas por direitos emergentes da CONCESSÃO em níveis que comprometam a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço objeto da CONCESSÃO.

21.10 A SPE deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei nº. 6.404/76 e alterações posteriores), em regras e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e das Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Federal nº 11.079/04.

21.11 Sem prejuízo de suas responsabilidades, a CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades extraordinárias à CONCESSÃO, utilizando-se para tal, de forma acessórias ou complementar a infraestrutura da prestação dos serviço público de iluminação pública, desde que não implique qualquer transferência da responsabilidade pela qualidade da implantação, pela prestação do serviço concedido, ou ainda a oneração de seu custo

ou detrimento de sua qualidade, observadas as disposições constantes na minuta de CONTRATO.

21.11.1 Na hipótese de contratação de terceiros para a execução dos serviços relativos às obras de implantação e melhoria da iluminação pública, o terceiro contratado obrigatoriamente deverá comprovar sua capacidade técnica e a inexistência de impedimentos legais para contratação com o Poder Público, nos termos exigidos neste EDITAL para as LICITANTES.

21.12 Incumbe à CONCESSIONÁRIA a execução direta e pessoal da operação do serviço da CONCESSÃO, incluindo a operação do CCO e a supervisão da CENTRAL DE ATENDIMENTO.

21.13 A CONCESSIONÁRIA e/ou seus acionistas poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da CONCESSÃO no intuito de obter financiamentos, desde que estes sejam necessários ao cumprimento das obrigações da CONCESSIONÁRIA assumidas no CONTRATO, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade dos serviços.

21.13.1 Para os fins deste subitem entende-se por:

a) direitos emergentes da CONCESSÃO: todos os direitos adquiridos pela Concessionária em função da assinatura do CONTRATO, incluindo, a CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA e o valor previsto pela CONCESSIONÁRIA em sua proposta como participação de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS;

b) financiamentos: quaisquer operações de crédito ou de emissão de valores mobiliários, seja no Brasil ou no exterior.

21.14 Não estão incluídos no conceito de financiamentos para os fins do item anterior deste edital os empréstimos feitos à CONCESSIONÁRIA pelos acionistas da SPE ou por qualquer empresa que controle ou esteja sob controle comum de quaisquer dos acionistas da SPE.

## **22. DAS PENALIDADES**

22.1 A LICITANTE que ensejar o retardamento do certame, não mantiver as PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL ou fizer declaração falsa ficará, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da execução da GARANTIA DE PROPOSTA.

22.2 A recusa em assinar o CONTRATO DE CONCESSÃO, sem justificativa aceita pelo PODER CONCEDENTE, dentro do prazo estabelecido, acarretará à Adjudicatária empresa individual, ou, no caso de Consórcio, a todas as empresas membro, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, sendo ainda executada a GARANTIA DE PROPOSTA.

22.3 A Licitante que tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o PODER CONCEDENTE em virtude de atos ilícitos praticados, estará sujeita à aplicação das sanções previstas no artigo 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da execução da GARANTIA DE PROPOSTA, com respaldo no artigo 88 da Lei nº 8.666/93, garantido o direito prévio ao contraditório e ampla defesa.

## **23. DO APORTE DE RECURSOS**

23.1 Nos termos da Lei Federal nº 11.079/04 e suas alterações, a CONCESSÃO contempla APORTE DE RECURSOS por parte do PODER CONCEDENTE, no valor máximo da eventual diferença entre a CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA e os valores da COSIP transferidos pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA.

23.2 Para a elaboração do PLANO DE NEGÓCIOS e das METAS QUANTITATIVAS as LICITANTES consideraram o Fluxo de Cessão da COSIP. Assim, caso esse fluxo não se realize, o PODER CONCEDENTE deverá realizar o aporte ou renegociar o equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

24.1 Toda a documentação fornecida pelo PODER CONCEDENTE às LICITANTES somente poderá ser utilizada por estas para apresentação de suas PROPOSTAS TÉCNICAS E COMERCIAIS, sendo vedada a sua reprodução, divulgação e utilização, total ou parcial, para quaisquer outros fins que não os expressos nesta CONCORRÊNCIA, sob pena de responder pelo uso indevido destes documentos.

24.2 O PODER CONCEDENTE poderá a qualquer tempo revogar, adiar ou mesmo anular esta CONCORRÊNCIA nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, sem que caiba direito a indenização ou reembolso de despesa a qualquer título.

24.3 No interesse do PODER CONCEDENTE, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

24.3.1 adiada a sessão pública de recebimento de propostas e de documentação, ou

24.3.2 alterado o Edital, com fixação de novo prazo, nos termos da legislação específica, para a realização da licitação.

24.4 A qualquer tempo, o PODER CONCEDENTE poderá, de acordo com a fase da licitação, desqualificar a LICITANTE, sem que a esta caiba direito a indenização ou reembolso de despesa a qualquer título, na hipótese de vir a tomar conhecimento de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade ou comprometa sua capacidade financeira, técnica, de produção ou administrativa.

24.5 A Licitante se obriga a comunicar ao PODER CONCEDENTE, a qualquer tempo, qualquer fato ou circunstância superveniente que seja impeditivo das condições de habilitação ou qualificação, imediatamente após sua ocorrência.

## **25. DO FORO**

25.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, estado de São Paulo, para dirimir questões relativas ou conexas com a presente Concorrência, não resolvidas na esfera administrativa.

## **ANEXO 6**

Minuta de Contrato de Concessão  
Indicativa de artigos a serem incluídos

## MINUTA DO CONTRATO

### SUMÁRIO

#### CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - Disposições Iniciais.....

#### CAPÍTULO II – DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

2 - Objeto do Contrato.....

3 - Prazo da Concessão.....

4 - Bens da Concessão.....

#### CAPÍTULO III – DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES

5 - Autorizações Governamentais.....

6 - Financiamento.....

7 - Serviços.....

8 - Declarações.....

9 - Prestação de Informações.....

10 - Contratação com Terceiros e Empregados.....

11 - Fiscalização da Concessão.....

12 - Direitos dos Usuários.....

#### CAPÍTULO IV – DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO CONTRATO

13 - Valor do Contrato e Remuneração.....

14 - Contraprestação Pública.....

15 - Receitas Extraordinárias.....

16 - Alocação de Riscos.....

17- Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro.....

#### CAPÍTULO V – DOS SEGUROS E GARANTIAS

18 - Seguros.....

19 - Garantia de Execução do Contrato pela Concessionária.....

20 - Garantia do Pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva.....

#### CAPÍTULO VI – DA ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSIONÁRIA

21 - Transferência de Controle.....



22 - Assunção do Controle pelos Financiadores.....	
CAPÍTULO VII – SANÇÕES	
23 - Penalidades .....	
CAPÍTULO VIII – DA INTERVENÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO	
24 - Intervenção do PODER CONCEDENTE.....	
25 - Casos de Extinção.....	
26 - Advento do Termo Contratual.....	
27 - Encampação.....	
28 - Caducidade.....	
29 - Rescisão.....	
30 - Anulação.....	
31 - Evento Continuado de Força Maior e Caso Fortuito.....	
CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS	
32 - Resolução de Controvérsias.....	
33 - Disposições Gerais.....	
ANEXO 1 – Termo de Arrolamento e Transferência de Bens.....	
ANEXO 2 – Especificações Mínimas dos Equipamentos.....	
ANEXO 3 – Metas, indicativos e Especificações dos Serviços .....	
Apêndice 1: Cronograma e Serviços Mínimos para Início da Operação.....	
Apêndice 2:Metas Quantitativas .....	
Apêndice 3:Indicadores de desempenho.....	
ANEXO 4 – Cálculo da Contraprestação Mensal Efetiva.....	
ANEXO 5 - Modelo de Fiança-Bancária .....	
ANEXO 6 – Modelo de Seguro-Garantia .....	
ANEXO 7 - Composição Societária e Atos Constitutivos da Concessionária .....	
ANEXO 8 - Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas.....	
ANEXO 9 – Rol de Bens Reversíveis .....	
ANEXO 10- Sanções e Penalidades .....	

ANEXO 11- Minuta de Proposta Técnica.....
ANEXO 12- Minuta de Proposta Comercial.....
ANEXO 13- Modelo de Declaração de Inexistência de Documento Equivalente.....

INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATO N.ºXX/14

CONCORRÊNCIA N.XX/14

EDITAL N.º XX/14

PROCESSO N.º XXX-X/2014

Minuta do INSTRUMENTO CONTRATUAL – Contrato n.º. [.] /2014 – Concorrência n.º. [.] /2014 – EDITAL n.º. [.] /2014 – Processo n.º. [.] /2014. Para a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) PARA MODERNIZAÇÃO, OTIMIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

**1. PREÂMBULO**

Aos [•] dias do mês de [•] de 2014, pelo presente instrumento, de um lado, na qualidade de contratante, A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º \_\_\_\_\_, com sede nesta cidade, no Viaduto do Chá, n.º \_\_, Centro, denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º [•] e inscrito no CPF/MF sob n.º [•] (doravante denominado “PODER CONCEDENTE”) e, de outro lado, na qualidade de contratada [DENOMINAÇÃO SOCIAL], sociedade por ações, com sede em [Município], Estado de [•], na [endereço], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda, sob n.º

[•], com seus atos constitutivos arquivados na [•], sob NIRE nº [•], neste ato devidamente representada pelos seus [cargo], Srs. [•], [qualificação] (doravante “CONCESSIONÁRIA”);

PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA doravante denominados em conjunto como “Partes” e, individualmente, como “Parte”.

#### CONSIDERANDO QUE

(i) O PODER CONCEDENTE decidiu atribuir à iniciativa privada a gestão e operação, por meio da modalidade de CONCORRÊNCIA, do tipo técnica e preço, para a outorga da concessão administrativa para prestação dos serviços parceria público-privada (PPP) para modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do município de São Paulo, conforme autorizado pelo Decreto no [•], de [•] de [•] de 201[•];

(ii) Em virtude da decisão mencionada no considerando anterior, o PODER CONCEDENTE, de acordo com suas competências, realizou licitação, em modalidade de concorrência (conforme definido abaixo), cujo objeto foi adjudicado à CONCESSIONÁRIA, em conformidade com ato da Comissão de Outorga, aprovado pelo Decreto nº [•];

Assim, resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Concessão doravante denominado “Contrato”), de acordo com as seguintes cláusulas e condições a seguir dispostas:

## CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS

### 2. DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1. DEFINIÇÕES Para os fins deste Contrato, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as seguintes definições aplicam-se às respectivas expressões:

**AGENTE DE PAGAMENTO:** significa a Instituição Financeira encarregada de fazer o repasse da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA à Concessionária, atuando em nome e por ordem do PODER CONCEDENTE, nos termos do Contrato de Mandato de Administração de Contas, cuja atribuição será a administração de conta bancária na qual serão depositadas as CONTRAPRESTAÇÕES MENSAIS EFETIVAS pelo PODER CONCEDENTE.

**ANEXO DA MINUTA DO CONTRATO:** significa cada um dos documentos anexos à Minuta do Contrato, a saber:

- (i) Anexo 1: Termo de Arrolamento e Transferência de Bens
- (ii) Anexo 2: Especificações Mínimas dos Equipamentos
- (iii) Anexo 3: Metas, Indicativos e Especificações dos Serviços
- Apêndice 1: Cronograma e Serviços Mínimos para Início da Operação
- Apêndice 2: Metas Quantitativas
- Apêndice 3: Indicadores de desempenho
- (iv) Anexo 4: Cálculo da Contraprestação Mensal Efetiva
- (v) Anexo 5: Modelo de Fiança-Bancária
- (vi) Anexo 6: Modelo de Seguro-Garantia
- (vii) Anexo 7: Composição Societária e Atos Constitutivos da CONCESSIONÁRIA
- (viii) Anexo 8: Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas
- (ix) Anexo 9: Rol de Bens Reversíveis
- (x) Anexo 10: Sanções e penalidades
- (xi) Anexo 11: Modelo de Proposta Técnica
- (xii) Anexo 12: Modelo de Proposta Comercial
- (xii) Anexo 13: Modelo de Declaração de Inexistência de Documento Equivalente

**ANEEL:** Agência Nacional de Energia Elétrica, Autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, criada pela Lei nº 9.427 de 26 de Dezembro de 1996, cuja atribuição é regular e fiscalizar a geração, a transmissão, a distribuição, a comercialização e a exportação e importação de energia elétrica.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA:** Etapa inicial do processo licitatório referente à CONCORRENCIA, nos termos do art. 39 da lei 8.666/93, cuja realização se deu em [.] / [.] / 2014, para tornar público o modelo da PPP, da CONCESSÃO.

**ÁREA DE CONCESSÃO:** significa o território do Município de São Paulo, definido por lei municipal específica.

**BENS DA CONCESSÃO:** cada um dos ativos das redes de alimentação (fiação, transformadores, disjuntores, fusíveis etc.) e operação e uso (luminárias públicas e internas, luzes etc) de energia elétrica constantes da rede de iluminação pública, decorativa, bem como, eventualmente, postes e redes de energia dos prédios públicos municipais considerados ou introduzidos na CONCESSÃO.

**BENS REVERSÍVEIS:** são todos os bens listados no Anexo 9 deste CONTRATO, e todos os demais indispensáveis à prestação de serviço ora concedida, os quais serão utilizados durante a CONCESSÃO e, uma vez finda a CONCESSÃO, retornarão ao **PODER CONCEDENTE**.

**CARGA INSTALADA:** soma das potências nominais dos equipamentos elétricos constantes como BENS DE CONCESSÃO, em condições de entrar em funcionamento, expressa em quilowatts (kW), bem como eventuais perdas elétricas em conformidade com as regras emitidas pela ANEEL.

**CCO:** Centro de Controle Operacional – Local para onde convergem todos os dados e informações operacionais e de onde emanam todas as ordens e comandos operacionais.

**CENTRAL DE ATENDIMENTO:** Local para onde convergem gratuitamente todas as comunicações da População, por todos os meios, incluindo reclamações, solicitações, sugestões, elogios etc.

**CICLO DE FATURAMENTO:** período correspondente a 01 (um) mês do calendário oficial.

**CLASSE PODER PÚBLICO:** caracteriza-se pelo fornecimento à unidade consumidora solicitado por pessoa jurídica de direito público interno que assuma as responsabilidades inerentes à condição de consumidor, incluindo a iluminação em rodovias e semáforos, radares e câmeras de monitoramento de trânsito, exceto aqueles classificáveis como serviço público de irrigação rural, escola agrotécnica, iluminação pública e serviço público, considerando-se as seguintes subclasses:

- Poder público federal;
- Poder público estadual ou distrital e
- Poder público municipal.

**CLASSE ILUMINAÇÃO PÚBLICA:** de responsabilidade de pessoa jurídica de direito público interno ou por esta delegada mediante concessão ou autorização, caracteriza-se pelo fornecimento para iluminação de ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, logradouros de uso comum e livre acesso, inclusive a iluminação de monumentos, fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas e definidas por meio de legislação específica e pela Resolução 414/2010 da ANEEL, exceto o fornecimento de energia elétrica que tenha por objetivo qualquer forma de propaganda ou publicidade, ou para realização de atividades que visem a interesses econômicos.

**CLASSE SERVIÇO PÚBLICO:** caracteriza-se pelo fornecimento exclusivo para motores, máquinas e cargas essenciais à operação de serviços públicos de água, esgoto, saneamento e tração elétrica urbana ou ferroviária, explorados diretamente pelo Poder Público ou mediante concessão ou autorização, considerando-se as seguintes subclasses:

- tração elétrica e
- água, esgoto e saneamento.

**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO:** comissão instituída pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**, que será responsável por receber, examinar e julgar todos os documentos e conduzir os procedimentos relativos à CONCORRÊNCIA.

**COMITÊ GESTOR DA PPP MUNICIPAL:** comitê responsável pelo acompanhamento, aplicação e análise dos estudos técnicos necessários para a verificação da viabilidade técnica e econômico-financeira e fiscalização da presente CONCESSÃO, bem como suas alterações, também será responsável pela auditoria e acompanhamento dos contratos da municipalidade com a CONCESSIONÁRIA.

**CONCESSÃO:** concessão administrativa para prestação dos serviços parceria público-privada (PPP) para modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do município de São Paulo, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas nesta Minuta do Contrato e seus Anexos.

**CONCESSIONÁRIA:** SPE, conforme definido abaixo, constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com a finalidade específica de prestar os serviços públicos objeto da presente CONCESSÃO.

**CONSÓRCIADO(S):** Sociedade, fundo ou integrante do CONSÓRCIO.

**CONSÓRCIO:** Associação de sociedades, fundos ou entidades com o objetivo de participar desta licitação e, em sendo vencedora do certame, com a obrigação de constituir-se em Sociedade de propósito Específico, segundo as leis brasileiras.

**CONCORRÊNCIA:** modalidade de licitação prevista no caput do artigo 10, da Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e pelo artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA:** valor máximo que será pago anualmente à Concessionária pelo PODER CONCEDENTE, incluindo repasse dos valores da COSIP e excluindo as RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, caso esta logre atingir os valores máximos exigidos nas Metas Quantitativas e Indicadores de Desempenho, na forma do Contrato.

**CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA:** valor efetivo que será pago mensalmente à Concessionária, após as apurações mensais do cumprimento das METAS QUANTITATIVAS e dos INDICADORES DE DESEMPENHO, na forma do Contrato.

**CONTRATO:** contrato de prestação do serviço público objeto da CONCESSÃO.

**CONTROLADA:** qualquer pessoa ou fundo de investimento cujo Controle é exercido por outra pessoa ou fundo de investimento e/ou em cujo Conselho de Administração, Diretoria ou Comando possuam pessoas que também tenham, cargo de direção ou comando em outras empresas.

**CONTROLADORA:** qualquer pessoa ou fundo de investimento que exerça Controle sobre outra pessoa ou fundo de investimento.

**CONTROLE:** o poder, detido por pessoa ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, de, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente: 1) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o



caso; e/ou 2) efetivamente dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar.

**COSIP:** Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

**DATA DA ASSUNÇÃO:** dia em que os Bens da Concessão forem transferidos à Concessionária mediante a assinatura de termo de arrolamento e transferência de bens entre a Concessionária e a **PREFEITURA MUNICIPAL**, na forma estabelecida no Anexo 1 da Minuta do Contrato.

**EFICIÊNCIA ENERGÉTICA:** é uma atividade que procura otimizar o uso das fontes de energia. A utilização racional de energia chamada simplesmente de Eficiência Energética, consiste em usar menos energia para fornecer a mesma quantidade de trabalho.

**ENERGIA ELÉTRICA ATIVA:** aquela que pode ser convertida em outra forma de energia, expressa em quilowatts-hora (kWh).

**ENERGIA ELÉTRICA REATIVA:** aquela que circula entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampère-reativo-hora (kvarh).

**EFICIÊNCIA LUMINOSA:** é a relação entre o fluxo luminoso emitido por uma lâmpada e a potência elétrica desta lâmpada.

**FATOR DE CARGA:** razão entre a demanda média e a demanda máxima da unidade consumidora ocorridas no mesmo intervalo de tempo especificado.

**FATOR DE DEMANDA:** razão entre a demanda máxima num intervalo de tempo especificado e a carga instalada na unidade consumidora.

**FATOR DE POTÊNCIA:** razão entre a energia elétrica ativa e a raiz quadrada da soma dos quadrados das energias elétricas ativa e reativa, consumidas num mesmo período especificado.

**FATURAMENTO DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA:** para fins de faturamento da energia elétrica destinada à iluminação pública, o tempo a ser considerado para consumo diário deve ser o disposto em regulamentação da ANEEL.

Hoje sendo de 11 (onze) horas e 52 (cinquenta e dois) minutos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 414/00 da ANEEL. A tarifa aplicável ao fornecimento de energia elétrica para iluminação pública é a Tarifa B4a.

**FLUXO LUMINOSO (LM):** O fluxo luminoso é a quantidade de luz emitida por uma fonte medida em lúmens, na tensão nominal de funcionamento.

**FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS:** as operações de crédito e contribuições diversas de capital à SPE.

**FUNDO GARANTIDOR DA PPP:** tem o objetivo de fornecer garantias de pagamentos de obrigações do parceiro público.

**GARANTIA DA PROPOSTA:** a garantia de cumprimento da proposta a ser apresentada pelas Proponentes, nos termos deste Edital.

**GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:** a garantia do fiel cumprimento das obrigações do Contrato, a ser mantida pela Concessionária em favor da **PREFEITURA MUNICIPAL**, nos montantes e nos termos definidos na Minuta do Contrato.

**ILUMINAÇÃO PREDIAL:** Trata-se das redes de iluminação, incluindo os equipamentos instalados, em todos os prédios públicos de propriedade da Prefeitura Municipal, dos equipamentos de iluminação externa aos prédios e, se assim destacado em anexo próprio, todos os equipamentos de iluminação de propriedade da Prefeitura Municipal que não forem classificados como sendo de “iluminação pública”, incluindo-se os de iluminação meramente decorativa e em áreas externas.

**ILUMINAÇÃO PÚBLICA:** serviço público que tem por objetivo exclusivo prover de claridade os logradouros públicos, de forma periódica, contínua ou eventual.

**ILUMINÂNCIA OU ILUMINAMENTO (E):** é a relação entre o fluxo luminoso incidente numa superfície e a superfície sobre a qual este incide; ou seja é a densidade de fluxo luminoso na superfície sobre a qual este incide. A unidade é o LUX, definido como o iluminamento de uma superfície de 1 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) recebendo de uma fonte puntiforme a 1m (um metro) de distância, na direção normal, um fluxo luminoso de 1 (um) lúmen, uniformemente distribuído.

**INDICADORES DE DESEMPENHO:** conjunto de parâmetros, medidores da qualidade e disponibilidade dos serviços prestados, que determinam o aferimento do

desempenho dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, condicionantes da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA devida à Concessionária.

**INSTALAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA:** conjunto de equipamentos utilizados exclusivamente na prestação do serviço de iluminação pública.

**LED:** O diodo emissor de luz também é conhecido pela sigla em inglês LED (Light Emitting Diode).

**MANUTENÇÃO CORRETIVA:** é a restauração ou correção do funcionamento de equipamento.

**MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** é a manutenção realizada de forma antecipada, com intervalos de tempo definidos, com a intenção de reduzir ou evitar a quebra ou a queda no desempenho do equipamento.

**MANUTENÇÃO PREDITIVA:** a manutenção preditiva, também chamada de manutenção planejada é aquela que visa realizar ajustes no equipamento apenas quando eles precisarem, porém, sem deixá-los falhar. Com um acompanhamento direto e constante é possível prever falhas, saber quando será necessário fazer uma intervenção e; realizar manutenções preditivas, por exemplo, controlando a quantidade de horas de uso de determinado equipamento.

**METAS QUANTITATIVAS:** conjunto de indicadores numéricos do volume de ações efetuadas pela CONCESSIONÁRIA considerando ações de operação (fornecimento da energia necessária para perfeita utilização dos equipamentos das redes), Manutenção (podendo ser considerada Corretiva, Preventiva e Preditiva, relacionadas aos níveis de serviço objetivados pelo Poder Concedente), melhorias (atualização tecnológica projetada), eliminação à demanda reprimida, atendimento ao crescimento vegetativo das bases instaladas, valores que contribuirão para determinar o valor da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA devida à Concessionária, conforme disposta no Anexo 3 deste Contrato.

**MIGRAÇÃO:** considera-se migração da rede de iluminação pública a simples substituição de luminárias alterando-se apenas a tecnologia utilizada, mesmo sem que tenham sido modificados os parâmetros atualmente utilizados, como espaçamento de postes, altura de instalação das luminárias e aumento ou redução da quantidade de luminárias instaladas.

**PERÍCIA TÉCNICA:** atividade desenvolvida pelo órgão metrológico ou entidade por ele delegada ou terceiro legalmente habilitado com vistas a examinar e certificar as condições físicas em que se encontra um determinado sistema ou equipamento de medição.

**PLANO DE NEGÓCIOS:** Conjunto de informações, projeções e análises econômico-financeiras, elaborados pela LICITANTE, cobrindo todo o prazo da Concessão Administrativa e todos os elementos financeiros relativos à execução do Contrato de Concessão.

**PODER CONCEDENTE:** é o Município de São Paulo, Capital do estado de São Paulo, representado pela **PREFEITURA MUNICIPAL**.

**PONTO DE ENTREGA:** é a conexão do sistema elétrico da distribuidora com a unidade consumidora e situa-se no limite da via pública com a propriedade onde esteja localizada a unidade consumidora.

**PONTO DE ENTREGA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA:** quando tratar-se de ativos de iluminação pública, pertencentes ao poder público municipal, o ponto de entrega se situará na conexão da rede elétrica da distribuidora com as instalações elétricas de iluminação pública.

**PRAZO DA CONCESSÃO:** considera-se o prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da DATA DA ASSUNÇÃO.

**PREFEITURA MUNICIPAL:** Significa a Prefeitura do Município de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, ou Poder Concedente.

**PROJEÇÕES FINANCEIRAS:** Conjunto de informações econômico-financeiras incluídas no Plano de Negócios.

**PROPONENTE ou LICITANTE:** qualquer pessoa jurídica, fundo de investimento ou consórcio participante da Concorrência.

**PROPOSTA COMERCIAL:** o conjunto de documentos, que consubstanciam os elementos econômicos que baseiam os valores da CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA requeridos pela Proponente, bem como sua oferta de percentual de participação da PREFEITURA MUNICIPAL nas RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, conforme Anexo 12.

**PROPOSTA TÉCNICA:** Significa a proposta por meio da qual as LICITANTES propuseram os aspectos técnicos admitidos no Edital – Anexo 11 e documentos correlatos, para fins de pontuação na fase de julgamento das propostas técnicas;

**RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS:** quaisquer receitas complementares, acessórias ou alternativas à CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA, auferidas pela CONCESSIONÁRIA, decorrentes da exploração comercial de serviços e projetos associados, assim considerados todos aqueles que para serem explorados se utilizem de qualquer parte da infraestrutura do serviço público objeto da CONCESSÃO.

**REFORMATAÇÃO:** considera-se reformatação de rede de iluminação pública a alteração dos parâmetros atualmente utilizados, como espaçamento de postes, altura de instalação das luminárias e aumento ou redução da quantidade de luminárias instaladas.

**SERVIÇO ADEQUADO:** É o serviço que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, medidos pelos INDICADORES DE DESEMPENHO, bem como a cortesia na sua prestação, tudo nos termos do art. 6º, § 1º, da Lei Federal nº 8.987/95.

**SERVIÇOS ESSENCIAIS:** são considerados serviços ou atividades essenciais aqueles cuja interrupção coloque em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

**SMS:** serviço de mensagens curtas (em inglês: *Short Message Service*, SMS) é um serviço disponível em telefones celulares digitais que permite o envio de mensagens curtas entre estes equipamentos e entre outros dispositivos de mão (*handhelds*), conhecidas popularmente como mensagens de texto.

**SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE):** Sociedade anônima, constituída em conformidade com a lei brasileira, com a finalidade específica de prestar os serviços públicos objeto da presente CONCESSÃO.

**STEP IN RIGHTS:** É a assunção do controle da SPE pelos financiadores do projeto, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade dos serviços.

**UNIDADE CONSUMIDORA:** conjunto composto por instalações, ramal de entrada, equipamentos elétricos, condutores e acessórios, quando do fornecimento em tensão

primária, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em apenas um ponto de entrega, com medição individualizada, correspondente a um único consumidor e localizado em uma mesma propriedade ou em propriedades contíguas.

**VALOR DO INVESTIMENTO:** Valor correspondente aos efetivos desembolsos voltados ao objeto da presente CONCESSÃO, designados no Plano de Negócios da Concessionária, seja como capital próprio ou de terceiros.

**VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO:** corresponde à somatória de 12 (doze) CONTRAPRESTAÇÕES ANUAIS MÁXIMAS relativas aos 30 (trinta) anos do CONTRATO.

Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação:

- as definições do CONTRATO serão igualmente aplicadas nas formas singular e plural;
- os títulos dos capítulos e das cláusulas do CONTRATO e dos Anexos não devem ser usados na sua aplicação ou interpretação;
- no caso de divergência entre o CONTRATO e os Anexos, prevalecerá o disposto no CONTRATO;
- no caso de divergência entre os Anexos, prevalecerão aqueles emitidos pelo PODER CONCEDENTE; e
- no caso de divergência entre os Anexos emitidos pelo PODER CONCEDENTE, prevalecerá aquele de data mais recente.

### **3. DO OBJETO DA CONCESSÃO**

3.1. Constitui objeto deste Edital a concessão administrativa para prestação dos serviços parceria público-privada (PPP) para modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública na ÁREA DE CONCESSÃO, observado o disposto na minuta do CONTRATO e todos os demais ANEXOS do EDITAL e do CONTRATO, em especial as especificações mínimas estabelecidas no Anexo 3 da Minuta do Contrato, o cumprimento das Metas Quantitativas e dos Indicadores de Desempenho, previstos no Anexo 4 da Minuta do Contrato e a proposta comercial do Licitante Vencedor, incluindo as seguintes obrigações:

(i) Índice de Modernização anual mínimo nos termos estipulados no instrumento contratual.

(ii) Contraprestação pecuniária atualizável a cada 3 anos.

(iii) estabelecimento de cronograma de migração da rede pública de iluminação considerando prioritariamente a maior vida útil média dos equipamentos, proximidades de locais de uso de menores, idosos e portadores de necessidades especiais (escolas, hospitais e postos de saúde), entradas e saídas do município, postos policiais e delegacias e elenco de prioridades específicas da administração municipal;

(iii) apresentação e início de implantação, em até 120 (cento e vinte) dias contados a partir da assinatura deste Contrato, de planos de Manutenção Corretiva, Preventiva e Preditiva para todas as unidades de consumo de energia elétrica do município a cargo da administração municipal;

(v) completa eliminação em até 36 (trinta e seis) meses contados da DATA DA ASSUNÇÃO, da possibilidade de fuga para a atmosfera do poluente Mercúrio (Hg) presente nas lâmpadas de descarga (fluorescentes, vapor de sódio, vapor de mercúrio, vapor metálico, luz mista, etc.);

(vi) implantação em até 12 (doze) meses, contados da DATA DA ASSUNÇÃO de programa de inspeção de qualidade nos equipamentos a serem instalados nas redes de iluminação do município;

(vii) implementação de programas de treinamento e reciclagem para Eficiência Energética junto ao funcionalismo municipal e alunos das redes municipais de educação. Considerar prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) meses para a efetiva adoção do plano de treinamento;

(viii) implantação de plano de manejo e destinação dos resíduos e equipamentos em desuso prevendo descarte eco-sustentável que elimine a possibilidade de derramamento de substâncias nocivas ao meio ambiente. A implementação deverá ser efetivamente identificada em até 240 (duzentos e quarenta) dias contados da DATA DE ASSUNÇÃO.

#### **4. PRAZO DA CONCESSÃO**

4.1. O prazo da Concessão será de 30 (trinta) anos contados a partir da DATA DE ASSUNÇÃO.

4.2. O prazo da Concessão poderá ser prorrogado ou reduzido para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, nos termos das

Cláusulas 16 e 17 abaixo.

4.3. A justificativa referida na Subcláusula 4.2 acima deverá observar o interesse dos Usuários, em especial quanto à continuidade e qualidade da prestação dos serviços de gestão e operação dos serviços de Gestão da Energia e Eficiência Energética Municipal com embasamento ambiental, devendo, ainda, comprovar a pertinência da alteração em termos de economicidade e eficiência.

## 5. BENS DA CONCESSÃO

5.1. Integram a Concessão as edificações componentes da Unidade Gestora Energética, já existentes e que venham a ser construídas no Prazo da Concessão, bem como todo o mobiliário, materiais, equipamentos e demais bens essenciais à prestação dos serviços de gestão e operação dos serviços de Gestão da Eficiência Energética Municipal com embasamento ambiental, que serão transferidos à CONCESSIONÁRIA pelo Termo de Arrolamento e Transferência de Bens, conforme Anexo 1 deste Contrato.

5.1.1. Os equipamentos, tais como ativos das redes de alimentação (fiação, transformadores, disjuntores, fusíveis etc.) e operação e uso (luminárias públicas e internas) de energia elétrica constantes da rede de iluminação pública, decorativa e redes de energia dos prédios públicos municipais, utilizados na prestação dos serviços concedidos e que serão considerados como Bens da Concessão, deverão, no mínimo, atender às especificações descritas no Anexo 2 deste Contrato.

5.1.2. Caberá a CONCESSIONÁRIA dimensionar a quantidade necessária de equipamentos para executar os serviços nas condições exigidas neste Contrato.

5.1.3. Uma vez transcorrida a vida útil dos Bens da Concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá proceder a sua imediata substituição, observada a obrigatoriedade de continuidade da prestação dos serviços da Concessão e o disposto na Subcláusula 5.1.5 abaixo.

5.1.4. A CONCESSIONÁRIA declara ter pleno e inequívoco conhecimento das especificações mínimas dos equipamentos, conforme descrito no Anexo 2 deste Contrato, sendo sua responsabilidade a aquisição, instalação, operação e manutenção



desses equipamentos.

5.1.5. A modificação da especificação referida neste Contrato, deverá ser previamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE, mediante apreciação de requerimento formal apresentado pela CONCESSIONÁRIA, que deverá ser instruído com a justificativa da alteração pretendida e os meios que comprovem a sua adequação aos indicativos e especificações dos serviços, referidos no Anexo 3 deste Contrato.

## 5.2. ASSUNÇÃO DOS BENS DA CONCESSÃO

5.2.1. A CONCESSIONÁRIA declara ter pleno conhecimento da natureza e das condições dos Bens da Concessão que lhe serão transferidos pelo PODER CONCEDENTE na DATA DA ASSUNÇÃO, para os quais assume a responsabilidade de guarda, manutenção e vigilância durante todo o Prazo da Concessão.

## 5.3. RESTRIÇÕES A ALIENAÇÃO E A AQUISIÇÃO

5.3.1. A alienação ou transferência de posse dos Bens da Concessão pela CONCESSIONÁRIA somente será permitida quando previamente autorizada pela CONCEDENTE e não comprometer a continuidade dos serviços prestados e desde que a CONCESSIONÁRIA proceda a sua imediata substituição por outros com condições de operação e funcionamento idênticas ou superiores aos substituídos.

## 5.4. AMORTIZAÇÃO DOS BENS DA CONCESSÃO

5.4.1. Todos os Bens da Concessão ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela CONCESSIONÁRIA no Prazo da Concessão de acordo com os termos da legislação vigente. Ao final da Concessão, Bens que tenham sido adquiridos para substituição e que ainda não tenha sido completamente depreciados, deverão ser indenizados, proporcionalmente, tendo por base o seu custo de substituição.

## 5.5. USO DE BENS REVERSÍVEIS

No ato do firmamento do contrato, existindo bens a serem revertidos, os mesmos serão obrigatoriamente elencados e especificados no Anexo 09 deste instrumento contratual, ficando a concessionária ciente das seguintes disposições:

- (i) Pertencerão ao PODER CONCEDENTE todas as obras, melhorias, benfeitorias e acessões realizadas pela CONCESSIONÁRIA em relação aos BENS REVERSÍVEIS;
- (ii) A CONCESSIONÁRIA utilizará os BENS REVERSÍVEIS para executar o objeto do CONTRATO e está autorizada a utilizá-los para a exploração comercial de serviços e projetos associados, desde que gerem RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS;
- (iii) Os BENS REVERSÍVEIS deverão ser permanentemente inventariados pela CONCESSIONÁRIA;
- (iv) Sem prejuízo do disposto na subcláusula anterior, deverá a CONCESSIONÁRIA apresentar ao PODER CONCEDENTE, até o início de fevereiro de cada ano, relatório circunstanciado que retrate a situação de todos os BENS REVERSÍVEIS;
- (v) A alienação, substituição ou descarte dos BENS REVERSÍVEIS deverá ser previamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE e somente será permitida quando não comprometer a qualidade e a continuidade dos serviços prestados e desde que a CONCESSIONÁRIA proceda a sua imediata substituição por outros com condições de operação e funcionamento idênticas ou superiores aos substituídos;
- (vi) No caso do PODER CONCEDENTE não concordar com a alienação, substituição ou descarte do bem, a CONCESSIONÁRIA deverá reparar a situação de modo a atender às exigências do PODER CONCEDENTE;
- (vii) A CONCESSIONÁRIA deve efetuar a manutenção corretiva e preventiva dos BENS REVERSÍVEIS, de modo a conservá-los em condições adequadas de uso, respeitando as normas técnicas relativas à saúde, segurança, higiene, conforto, sustentabilidade ambiental, acessibilidade, entre outros parâmetros essenciais à sua boa utilização;
- (viii) No caso de dano, de quebra ou extravio dos BENS REVERSÍVEIS, a CONCESSIONÁRIA deverá efetuar o conserto, a substituição ou a reposição do bem no menor prazo possível, observado, no que couber, o disposto no Anexo 2 da Minuta de CONTRATO.

### **CAPÍTULO III - DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES**

#### **6. AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS**

## 6.1. A CONCESSIONÁRIA deverá:

6.1.1. Obter todas as licenças, permissões e autorizações necessárias à plena execução dos serviços objeto da Concessão, incluindo as licenças para operação dos serviços de Gestão da Eficiência Energética;

6.1.2. Cumprir com todas as providências exigidas pelos órgãos competentes, nos termos da legislação vigente, para a obtenção das licenças, permissões e autorizações necessárias à plena execução dos serviços objeto da Concessão, arcando com as despesas e custos correspondentes.

6.1.3. A demora na obtenção de licenças, permissões e autorizações não acarretará responsabilização da CONCESSIONÁRIA, desde que esta tenha cumprido com as exigências pertinentes que lhe couberem no procedimento de obtenção das licenças, permissões e autorizações, em especial quanto ao protocolo do requerimento em tempo razoável para seu trâmite perante os órgãos da Administração Pública, de modo que o fato que deu causa ao atraso não puder, comprovadamente, ser-lhe imputado diretamente.

## 7. FINANCIAMENTO

7.1. A CONCESSIONÁRIA é a única e exclusiva responsável pela obtenção dos financiamentos necessários à operação da Concessão, de modo a cumprir, cabal e tempestivamente, com todas as obrigações assumidas neste Contrato.

7.2. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE cópia autenticada dos contratos de financiamento e de garantia que venha a celebrar, bem como de documentos representativos dos títulos e valores mobiliários que venha a emitir, e quaisquer alterações destes instrumentos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data de assinatura e emissão, conforme o caso.

7.3. Quando da contratação de financiamento, da emissão de títulos de dívida ou da realização de operação de dívida de qualquer outra natureza (inclusive, mas não se limitando a, emissão de debêntures ou títulos, estruturação de FDIC etc.), a CONCESSIONÁRIA deverá prever expressamente e garantir a efetividade da obrigação do financiador ou do estruturador da operação de prover ao PODER CONCEDENTE informações semestrais sobre o acompanhamento das condições financeiras da CONCESSIONÁRIA, especialmente com relação ao

cumprimento de todas as obrigações financeiras estabelecidas nos contratos necessários à realização da operação.

7.4. Competirá ao PODER CONCEDENTE informar aos financiadores e estruturadores das operações referidas na Subcláusula 7.3 acima, concomitantemente à comunicação para a própria CONCESSIONÁRIA, sobre quaisquer eventuais descumprimentos deste Contrato pela CONCESSIONÁRIA.

7.4.1. Para atendimento da Subcláusula 7.4 acima, a CONCESSIONÁRIA deverá fornecer ao PODER CONCEDENTE todos os contatos firmados com os financiadores e estruturadores de operações com quem a CONCESSIONÁRIA tenha contratado operações de financiamento.

7.5. A CONCESSIONÁRIA não poderá invocar qualquer disposição, cláusula ou condição dos contratos de financiamento, ou qualquer atraso no desembolso dos recursos, para eximir-se, total ou parcialmente, das obrigações assumidas neste Contrato.

7.6. A CONCESSIONÁRIA poderá dar em garantia dos financiamentos contratados nos termos desta Cláusula, as ações representativas do Capital Social da SPE, os direitos emergentes da Concessão, tais como as receitas da Contraprestação Mensal Efetiva, desde que não comprometa a operacionalização e a continuidade da execução dos investimentos e dos serviços objeto da Concessão. Contudo, a efetiva troca de acionista controlador dependerá de prévia comunicação e aprovação pelo Poder Concedente, que não a negará sem motivo justo devidamente explicitado.

7.7. A CONCESSIONÁRIA poderá empenhar, ceder ou de qualquer outra forma transferir diretamente ao financiador, conforme os limites e os requisitos legais, os direitos a percepção (i) da Contraprestação Mensal Efetiva, (ii) das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS (exceto a parte do PODER CONCEDENTE) e (iii) das indenizações devidas à CONCESSIONÁRIA em virtude deste Contrato.

7.8. É vedado à CONCESSIONÁRIA:

(i) conceder empréstimos, financiamentos e/ou quaisquer outras formas de transferência de recursos para seus acionistas e/ou Partes Relacionadas, exceto

(a) transferências de recursos a título de distribuição de dividendos, redução do capital, respeitado o limite previsto na Subcláusula 20.8 abaixo, (b) pagamentos de juros sobre capital próprio e/ou (c) pagamentos pela contratação de obras e serviços celebrada em condições equitativas de mercado; e

(ii) prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas Partes Relacionadas e/ou terceiros.

## **8. SERVIÇOS**

### **8.1. DIRETRIZES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.1.1. É obrigação da CONCESSIONÁRIA executar todos os serviços objeto deste Contrato, por si ou por meio de terceiros, por sua conta e risco, com integral atendimento das diretrizes da ANEEL, da regulamentação do PODER CONCEDENTE, das Metas Quantitativas, dos Indicadores de Desempenho e das demais exigências estabelecidas neste Contrato, segundo as melhores práticas e os regulamentos aplicáveis.

8.1.2. A prestação dos serviços será iniciada em até 90 (noventa) dias da assinatura deste Contrato.

8.1.3. As obrigações previstas no Anexo 3 deste Contrato poderão ser flexibilizadas, após comunicado formal da CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, na ocorrência de caso fortuito ou força maior, conforme disposição da Subcláusula 17.2.5 abaixo e, nas quais se demande jornadas de trabalhos e contratação adicional de profissionais, em caráter excepcional.

8.1.4. A CONCESSIONÁRIA assume total responsabilidade pela execução dos investimentos e serviços realizados em desconformidade com o disposto neste Contrato e especificações técnicas mínimas neles estabelecidas, assim como com inobservância dos Indicadores de Desempenho.

8.1.5. O PODER CONCEDENTE se obriga a rescindir, até o término da fase de comissionamento, todos os contratos referentes à gestão e operação dos serviços de Gestão da Eficiência Energética Municipal com embasamento ambiental que estejam em vigor na data de assinatura deste Contrato.

8.1.5.1. A rescisão referida na Subcláusula 8.1.5 acima, não alcançará as obrigações dos contratados referentes a danos e avarias encontradas nos Bens da Concessão, na forma dos respectivos contratos de execução de obras e serviços de engenharia.

8.1.5.2 A rescisão referida na Cláusula 8.1.5 acima não elide a responsabilidade civil dos contratados do PODER CONCEDENTE, na forma da lei e dos respectivos contratos.

8.1.6. A CONCESSIONÁRIA não será obrigada a prestar serviços que não constem neste Contrato e seus Anexos, nem de executá-los de modo diverso daquele previsto nestes instrumentos, salvo autorização expressa do PODER CONCEDENTE e concordância da CONCESSIONÁRIA.

8.1.7. Na hipótese de serviço não originalmente previsto neste Contrato ou seus Anexos, ou de prestação com especificações distintas daquelas previstas originalmente, será promovida a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

8.1.7.1. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA se dispor a prestar serviço originalmente não previsto no Contrato e seus Anexos, ou, se desejar executar de modo distinto serviço já previsto, deverá requerer autorização prévia ao PODER CONCEDENTE, apresentando as razões do seu pleito, com demonstrações das vantagens e garantia do cumprimento das Metas Quantitativas e dos Indicadores de Desempenho, cabendo ao PODER CONCEDENTE negar o requerimento sempre que: (i) a alteração resultar em padrão inferior de desempenho; e/ou (ii) a alteração modificar substancialmente o objeto deste Contrato.

## 8.2. PROGRAMAS DE TREINAMENTO E RECICLAGEM

8.2.1. Além da prestação dos serviços supracitados, a CONCESSIONÁRIA deverá contar com programas de treinamento e reciclagem para Eficiência Energética junto ao funcionalismo municipal e alunos das redes municipais de educação.

8.2.2. A CONCESSIONÁRIA será a única responsável pelas providências junto aos órgãos competentes para fins de implantação e funcionamento das atividades de treinamento e reciclagem.

8.2.3. O prazo máximo para a efetiva adoção do plano de treinamento será de até 48 (quarenta e oito) meses contados da data da assinatura deste Contrato.

### 8.3. PLANO DE MANEJO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS

8.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar plano de manejo e destinação dos resíduos e equipamentos em desuso prevendo descarte eco-sustentável que elimine a possibilidade de derramamento de substâncias nocivas no meio ambiente.

8.3.2. A implementação deverá ser efetivamente identificada em até 240 (duzentos e quarenta) dias contados da DATA DA ASSUNÇÃO.

### 8.4. PUBLICIDADE

8.4.1. Toda publicidade da CONCESSIONÁRIA, será realizada em veículos de mídia e meios de divulgação para o público geral (televisão, rádio, outdoors, placas, faixas, folhetos, letreiros, dentre outros) deverá ser submetida à aprovação prévia do PODER CONCEDENTE.

8.4.2. Em qualquer peça publicitária ou meio de divulgação, deverá ser dado destaque à logomarca da Prefeitura de São Paulo, ainda que, em conjunto com a logomarca própria da CONCESSIONÁRIA.

8.4.3. A CONCESSIONÁRIA deverá, a pedido do PODER CONCEDENTE, colaborar na divulgação, inclusive com a elaboração de meios próprios (folhetos, anúncios, dentre outros), dos programas de treinamento e reciclagem e campanhas institucionais oficiais do PODER CONCEDENTE e/ou da ANEEL.

### 8.5. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS (Help Desk)

8.5.1. A CONCESSIONÁRIA também deverá implantar um sistema de atendimento aos Usuários, com funcionamento e diretrizes informadas nas especificações técnicas e nos Indicadores de Desempenho, nos termos dos Anexos 3 e 4 deste Contrato, respectivamente.

8.5.1.1. Deverá existir um espaço físico identificado claramente para o atendimento aos Usuários, com condições para a atenção personalizada e reservada.

8.5.1.2. Todas as queixas, reclamações e sugestões de Usuários deverão ser registradas em meio eletrônico (Help Desk), que deverá integrar o Sistema de Informação da Unidade Gestora Energética.

8.5.1.3. Deverá ser permitido o acesso online, devidamente protegido por senha, do PODER CONCEDENTE às informações do Help Desk.

8.5.1.4. Os meios de acesso (número telefônico, endereço de correio eletrônico, dentre outros) ao Help Desk deverão ser amplamente divulgados aos Usuários.

8.5.1.5. A CONCESSIONÁRIA se obriga, sob pena de aplicação de penalidade, a fornecer resposta dentro de um prazo razoável às queixas, reclamações e sugestões dos Usuários, informando-os acerca das providências tomadas a respeito.

8.5.1.6. A falta ou ineficiência no registro no Help Desk das queixas, reclamações e sugestões dos Usuários, bem como das providências tomadas constitui falha gravíssima, conforme disposto na Subcláusula 24.3.4 deste Contrato.

## 9. DECLARAÇÕES

9.1. A CONCESSIONÁRIA declara que obteve, por si ou por terceiros, todas as informações necessárias para o cumprimento de suas obrigações advindas deste Contrato.

9.2. A CONCESSIONÁRIA não será liberada de suas obrigações advindas deste Contrato, tampouco terá direito a ser indenizada pelo PODER CONCEDENTE, em razão de qualquer informação incorreta ou insuficiente que lhe foi fornecida pelo PODER CONCEDENTE ou por qualquer outra fonte, reconhecendo que é sua obrigação realizar os levantamentos para a verificação da adequação e da precisão de qualquer informação que lhe foi fornecida.

9.2.1. O disposto na Subcláusula 9.2 acima não será aplicável na ocorrência de caso fortuito ou força maior, conforme disposição da Subcláusula 17.2.5 abaixo.

9.3. A CONCESSIONÁRIA declara ter conhecimento de que estará obrigada a requisitar a emissão de todas as licenças, autorizações e permissões necessárias ao



exercício das atividades em até 90 (noventa) dias após a Data de Celebração deste Contrato.

## 10. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

10.1. No Prazo da Concessão, e sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste Contrato ou na legislação aplicável, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

10.1.1. Dar conhecimento imediato ao PODER CONCEDENTE de todo e qualquer fato que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da Concessão, ou que, de algum modo interrompa a correta prestação do atendimento aos Usuários.

10.1.2. Apresentar ao PODER CONCEDENTE, no prazo por ele razoavelmente estabelecido, informações adicionais ou complementares que o PODER CONCEDENTE venha formalmente a solicitar.

10.1.3. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar relatórios mensais com informações detalhadas referentes às ações e operações realizadas pela mesma no período, que serão: as ações de instalação e Manutenção Preventiva, Corretiva e Preditiva realizadas, alterações de projeto, dados gerais de consumo, bases instaladas, comparativos referentes aos sistemas usuais e valor-base das bases instaladas.

10.1.4. Apresentar ao PODER CONCEDENTE, em até 45 (quarenta e cinco dias) contados a partir do fim do semestre, suas demonstrações financeiras semestrais completas.

10.1.5. Apresentar ao PODER CONCEDENTE, mensalmente, relatório com as reclamações dos Usuários, bem como as respostas fornecidas e as providências adotadas em cada caso.

10.1.6. Apresentar ao PODER CONCEDENTE, em até 90 (noventa) dias contados a partir do fim do ano corrente, as demonstrações financeiras anuais completas, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme definido pela regulamentação do PODER CONCEDENTE, com destaque para as seguintes informações, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior ao

ano corrente: (i) transações com Partes Relacionadas; (ii) depreciação e amortização de ativos; (iii) provisão para contingências (cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais ou administrativas); (iv) relatório da administração; (v) parecer dos auditores externos e, se existente, do conselho fiscal; e (vi) declaração da CONCESSIONÁRIA contendo o valor do seu capital social integralizado e as alterações na sua composição societária.

10.1.7. Fornecer os relatórios, documentos e informações previstos nas Subcláusulas 10.1.1 a 10.1.8, de forma a permitir sua integração em bancos de dados, em base eletrônica, conforme padrão determinado pelo PODER CONCEDENTE.

10.1.7.1. Ao PODER CONCEDENTE será assegurado o acesso irrestrito e em tempo real ao banco de dados referido na Subcláusula 10.1.7 acima.

10.1.7.2. As vias originais dos relatórios previstos na Subcláusula 9.1.7 acima, após analisadas e aprovadas pelo PODER CONCEDENTE, serão arquivadas na sede da CONCESSIONÁRIA, que deverá mantê-las em arquivo até o fim do Prazo da Concessão.

10.1.8. Divulgar, em seu sítio eletrônico e durante todo o Prazo da Concessão, as seguintes informações: (i) estatísticas mensais de serviços prestados; (ii) lista dos serviços oferecidos; (iii) informações de contato (telefone, endereço de correio eletrônico, formulário eletrônico, endereço de correspondência) para recebimento de reclamações, sugestões e esclarecimento de dúvidas dos Usuários; e (iv) regras dos programas de treinamento.

10.2. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar o monitoramento permanente da prestação dos serviços, especialmente nos itens necessários à apuração do cumprimento de suas obrigações e a avaliação das Metas Quantitativas e dos Indicadores de Desempenho estipulados no Anexo 3 deste Contrato.

10.3. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer às boas práticas de governança corporativa, com a apresentação de contas e demonstrações contábeis padronizadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme definido pela regulamentação do PODER CONCEDENTE.

## 11. CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS E EMPREGADOS

11.1. A CONCESSIONÁRIA será responsável, objetivamente, pela imperícia, por falhas técnicas, pela falta de hígidez financeira e por prejuízos causados pelos seus empregados e por quaisquer terceiros contratados pela CONCESSIONÁRIA para a execução dos serviços da Concessão.

11.2. Os profissionais contratados pela CONCESSIONÁRIA para a prestação dos serviços da Concessão deverão ter comprovada capacidade técnica, com formação adequada ao serviço desempenhado.

11.3. Os contratos entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não se estabelecendo relação de qualquer natureza entre os terceiros e o PODER CONCEDENTE.

11.4. Quando referentes à prestação de serviços relativos ao fornecimento de bens e equipamentos, os contratos entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros deverão, ainda, prever cláusula de sub-rogação ao PODER CONCEDENTE, visando a continuidade da prestação adequada dos serviços da Concessão.

11.5. O PODER CONCEDENTE poderá solicitar, a qualquer tempo, informações sobre a contratação de terceiros para a execução das obras e dos serviços objetos da Concessão, inclusive para fins de comprovação das condições de capacitação técnica e financeira.

11.5.1. O conhecimento do PODER CONCEDENTE acerca de eventuais contratos firmados com terceiros não exime a CONCESSIONÁRIA do cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato.

11.5.2 A CONCESSIONÁRIA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato.

11.6. Todos os empregados e terceiros contratados pela CONCESSIONÁRIA deverão portar identificação (crachás) e aqueles em funções operacionais estar devidamente uniformizados quando estiverem no exercício de suas funções.

## 12. FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO

12.1. A fiscalização da execução deste Contrato será exercida diretamente pelo PODER CONCEDENTE, que terá, no exercício de suas atribuições, livre acesso, em qualquer época, aos dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONCESSIONÁRIA.

12.2. A fiscalização ficará a cargo de servidores ou órgão componente da estrutura do PODER CONCEDENTE, previamente designados e com a atribuição exclusiva de fiscalizar a execução deste Contrato.

12.2.1. A fiscalização poderá ser exercida por órgão regulador próprio do setor, com esta atribuição, conforme designação do PODER CONCEDENTE.

12.3. No exercício da fiscalização referida na Subcláusula 12.2 acima, o PODER CONCEDENTE poderá ser auxiliado por empresa ou profissionais de auditoria especializada, independente e de renome no mercado, que serão escolhidos pelo PODER CONCEDENTE e contratados pela CONCESSIONÁRIA, a quem competirá arcar, integralmente, com os respectivos custos da contratação até o valor de R\$ [.] ([.]).

12.4. Caso o PODER CONCEDENTE emita novas determinações relativas às fiscalizações já previstas, o PODER CONCEDENTE deverá notificar a CONCESSIONÁRIA previamente e por escrito sobre as novas determinações e a CONCESSIONÁRIA terá 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação para adequar-se as novas determinações. Caso a CONCESSIONÁRIA não

concorde com as novas determinações, a CONCESSIONÁRIA poderá ajuizar o recurso cabível.

12.5. O responsável pela fiscalização anotarà em termo próprio de registro as ocorrências apuradas nas fiscalizações, encaminhando-o à CONCESSIONÁRIA para regularização de eventuais faltas ou defeitos verificados.

12.5.1. A não regularização das faltas ou defeitos indicados no termo de registro de ocorrências, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento pela CONCESSIONÁRIA do termo de registro, configurará infração contratual e ensejará a lavratura de auto de infração, sujeitando a CONCESSIONÁRIA à aplicação das penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo de eventual sanção administrativa, civil ou criminal por violação de preceito legal ou infralegal aplicável.

12.5.1.1. O prazo estipulado na Subcláusula 11.5.1 acima poderá ser prorrogado mediante justificativa aceita pelo PODER CONCEDENTE e sem prejuízo a continuidade e adequação dos serviços.

12.5.2. Em caso de omissão da CONCESSIONÁRIA em relação à regularização das faltas ou defeitos indicados no termo de registro de ocorrências, o PODER CONCEDENTE terá a faculdade de corrigir as faltas ou defeitos, diretamente ou por intermédio de terceiro, correndo os respectivos custos por conta da CONCESSIONÁRIA.

12.6. A fiscalização também verificará o cumprimento das METAS QUANTITATIVAS e dos Indicadores de Desempenho pela CONCESSIONÁRIA, para fins de quantificação da Contraprestação Mensal Efetiva, na forma da Subcláusula 14.2 e do Anexo 4 deste Contrato.

12.7. O PODER CONCEDENTE poderá acompanhar a prestação dos serviços da Concessão, podendo razoavelmente solicitar esclarecimentos ou modificações, caso entenda haver desconformidade com as obrigações previstas neste Contrato, em especial quanto ao cumprimento das Metas Quantitativas e dos Indicadores de Desempenho.

12.8. Os esclarecimentos ou modificações solicitados pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA não alterarão, de qualquer forma, a alocação de riscos prevista neste Contrato.

12.9. A CONCESSIONÁRIA será obrigada a reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir, as suas expensas e no prazo fixado pela Subcláusula 12.5.1 acima, os serviços pertinentes à Concessão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

12.9.1. O PODER CONCEDENTE poderá exigir que a CONCESSIONÁRIA apresente um plano de ação visando reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir qualquer serviço da Concessão prestado de maneira viciada, defeituosa ou incorreta, no prazo razoável a ser acordado pelas Partes.

12.9.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações de investimentos pela CONCESSIONÁRIA envolverá a redução da remuneração da CONCESSIONÁRIA, caso represente descumprimento de METAS QUANTITATIVAS ou INDICADORES DE DESEMPENHO, na forma do Anexo 3 deste Contrato.

12.9.3. Em caso de omissão da CONCESSIONÁRIA quanto à obrigação prevista na Subcláusula 12.9.2 acima, ao PODER CONCEDENTE é facultado se valer da GARANTIA DE EXECUÇÃO do Contrato para remediar os vícios, defeitos ou incorreções identificados e não reparados pela CONCESSIONÁRIA.

12.10. Das notificações expedidas pelo PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA poderá exercer seus direitos de defesa na forma da regulamentação vigente.

### **13. DIREITOS DOS USUÁRIOS**

13.1. Sem prejuízo de outros direitos e obrigações previstos em lei, regulamentos do PODER CONCEDENTE e em outros diplomas legais aplicáveis, são direitos dos Usuários:

- (i) receber informações do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA referente à prestação dos serviços para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- (ii) levar ao conhecimento do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes aos serviços prestados;
- (iii) comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela CONCESSIONÁRIA na prestação dos serviços;
- (iv) contar com canais de comunicação efetivos a serem disponibilizados pela CONCESSIONÁRIA, seja em relação a centrais de atendimento físicas, seja por meios eletrônicos (sítio na internet, endereço de correio eletrônico, fac-símile), seja por central de atendimento telefônico. Ao menos uma central de atendimento física, com protocolo, deverá ser disponibilizada e ter o endereço visível no site da CONCESSIONÁRIA; e
- (v) contar com a prestação de serviços de qualidade, com base nas Metas Quantitativas e nos Indicadores de Desempenho referidos no Anexo 3 deste Contrato.

## **CAPÍTULO IV - DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO CONTRATO**

### **14. VALOR DO CONTRATO E REMUNERAÇÃO**

14.1. O valor global deste Contrato é de R\$ [•] ([•]), tendo como referência a data de entrega da Proposta, que corresponde ao somatório das receitas totais projetadas provenientes da operação da Concessão, em valor a preços constantes, com base no valor a ser percebido pelo pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA.

14.1.2. O valor referido na Subcláusula 14.1 acima tem efeito meramente indicativo, não podendo ser utilizado por nenhuma das Partes para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato.

## 14.2. REMUNERAÇÃO

14.2.1. A CONCESSIONÁRIA será remunerada mediante: (i) pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA; e (ii) outras fontes de receitas, nos termos deste Contrato.

14.2.2. A primeira fonte de receita da CONCESSIONÁRIA será advinda do recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA sendo, no entanto, facultado à CONCESSIONÁRIA utilizar outras fontes de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, nos termos deste Contrato.

14.2.3. A CONCESSIONÁRIA declara que o sistema de remuneração previsto neste Contrato representa o equilíbrio entre ônus e bônus da Concessão e a Contraprestação Mensal Efetiva paga à CONCESSIONÁRIA será suficiente para remunerar todos os investimentos, custos operacionais, investimentos, despesas e serviços efetivamente realizados, indicados na Subcláusula 2.1 acima.

## 15. CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA

15.1. Pela execução do objeto deste Contrato, o PODER CONCEDENTE pagará à CONCESSIONÁRIA uma prestação pecuniária, denominada **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA**, cujo valor será calculado com base nesta Cláusula 15 e no Anexo 4 deste Contrato.

15.2. O cálculo da Contraprestação Mensal Efetiva terá como ponto de partida a CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA, correspondente a R\$ [.] ([.]), cujo valor corresponde ao somatório da COSIP, menos o valor a ser pago pelo Poder Concedente de energia elétrica pela iluminação pública, mais o valor a ser bancado pelo Poder Concedente a título de patrocínio pela universalização do serviço de iluminação pública, valor que será segregado, em cada ano do PRAZO DA CONCESSÃO, em 12 (doze) parcelas iguais, equivalentes à CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL MÁXIMA, ou no menor prazo que as normas econômicas de reajuste monetário permitirem.

15.3. O valor da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA poderá variar de acordo com o cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das METAS QUANTITATIVAS e dos INDICADORES DE DESEMPENHO, por meio da redução proporcional da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL MÁXIMA.

15.3.1. Conforme estabelecido pela Subcláusula 15.7.1 abaixo, a partir do momento que os primeiros serviços mínimos de operação definidos no Apêndice 1 do Anexo 3 deste Contrato forem prestados, a CONCESSIONÁRIA até o momento do início da operação fará jus ao pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA em valor correspondente à CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL MÁXIMA.

15.4. O pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA será efetuado até o dia 15 (quinze) de cada mês, mediante depósito pecuniário em conta corrente segregada e gerenciada pelo AGENTE DE PAGAMENTO, na forma do Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas (Anexo 8).

15.4.1. O mecanismo de pagamento descrito na Subcláusula 15.4 obedecerá os termos do Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas, que deverá ser especificado no ato de firmamento deste instrumento contratual obrigatoriamente no Anexo 8 deste Contrato.

15.5. A CONCESSIONÁRIA declara ter pleno conhecimento e reconhece que:

15.5.1. Considerando o caráter objetivo das METAS QUANTITATIVAS e INDICADORES DE DESEMPENHO estabelecidos neste Contrato, o seu resultado indicará as condições da prestação dos serviços da Concessão e a sua conformidade com as exigências legais e contratuais.

15.5.2. A variação da remuneração é um mecanismo pactuado entre as Partes e será aplicado de forma imediata e automática pelo PODER CONCEDENTE, considerando os serviços prestados e as exigências deste Contrato.

15.5.3. A variação da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA nos termos desta Cláusula não constitui penalidade contratual, mas, sim, mecanismo preestabelecido neste Contrato para manutenção da equivalência contratual entre os serviços prestados e a sua remuneração, desde já acordada entre as Partes.

15.5.4. A avaliação do desempenho da Concessão e a correspondente variação da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA não prejudicam a verificação pelo PODER CONCEDENTE de inadimplemento contratual da CONCESSIONÁRIA e consequente aplicação das penalidades previstas neste Contrato, observadas as regras constantes na Subcláusula 24 abaixo.

15.6. No caso de inadimplemento do pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva à CONCESSIONÁRIA, será aplicável o seguinte:

15.6.1. Ao débito será acrescido no valor de 2% (dois por cento) a título de multa e juros, segundo a taxa em vigor para a mora de pagamento de impostos devidos à Fazenda Estadual;

e

15.6.2. No caso de atraso superior a 90 (noventa) dias, será conferida à CONCESSIONÁRIA a faculdade de suspender os investimentos em curso, bem como

as atividades que não sejam estritamente necessárias à continuidade dos serviços, sem prejuízo do direito à rescisão do CONTRATO.

#### 15.7. INÍCIO DA COBRANÇA

15.7.1. O pagamento da Contraprestação Pública pelo PODER CONCEDENTE terá início após a DATA DE ASSUNÇÃO, definidos no Apêndice 1 do Anexo 3.

15.7.2. Para aferir o cumprimento das condições para o início da execução dos serviços da Concessão, o PODER CONCEDENTE deverá realizar vistoria completa das instalações, equipamentos e relação dos profissionais designados para a prestação dos serviços da Concessão. Referida vistoria deverá ser refeita 180 e 365 dias após o início da Concessão.

15.7.3. No caso de o resultado da vistoria indicar que as condições de operação estão presentes e continuam presentes, e que os serviços da Concessão poderão ser prestados de acordo com os indicativos e especificações do Anexo 3, o PODER CONCEDENTE expedirá resolução de autorização para o início e para a continuação do pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva.

15.7.4 Convenciona-se que o período mensal referente a cada contraprestação será calculado entre os dias 1 e o último dia do mês, não se aceitando períodos com início e término em datas diferentes das convenionadas. A única exceção à esta regra poderá ser aceita para o cálculo do primeiro período mensal, sobre o qual será calculado o valor “pro rata temporis” considerando a data de autorização para operação e o último dia do mês corrente.

15.7.5. Na hipótese de a vistoria indicar que não há condições para o início ou para manutenção da execução dos serviços da Concessão, conforme estabelecido no Anexo 3 deste Contrato, o PODER CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA, indicando as exigências a serem cumpridas no prazo razoável a ser estipulado pelas Partes.

15.7.5.1. Se as condições exigidas não forem atingidas de maneira satisfatória por causa imputável exclusivamente ao PODER CONCEDENTE ou a órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, a CONCESSIONÁRIA terá direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, conforme estipulado pela Cláusula 18, ficando, ainda, vedada a aplicação de quaisquer penalidades por descumprimento contratual por esta razão.

#### 15.8. REAJUSTES DA CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA

15.8.1. A Contraprestação Anual Máxima terá o seu primeiro reajuste contratual em 1 (um) ano a contar da data da entrega da Proposta.

15.8.2. A Contraprestação Anual Máxima será reajustada anualmente, ou no menor prazo permitido pelas regras econômicas, para incorporar a variação do IGP-M/FGV.

15.8.3. Em caso de extinção de qualquer dos índices de reajuste previstos neste Contrato, o índice a ser utilizado deverá ser aquele que o substituir. Caso



nenhum índice venha a substituir automaticamente o índice extinto, as Partes deverão determinar o novo índice a ser utilizado.

15.8.3.1. Caso as Partes não cheguem a um acordo em até 45 (quarenta e cinco) dias após a extinção do referido índice de reajuste, o mecanismo de solução de conflitos poderá ser acionado por qualquer das Partes.

## 15.9. REVISÕES ORDINÁRIAS

### 15.9.1. REVISÃO APÓS OS PRIMEIROS 36 MESES DO CONTRATO

Após 30 (trinta) meses, contados da DATA DE ASSUNÇÃO, o PODER CONCEDENTE fará uma revisão das Metas Quantitativas e dos respectivos pesos de atividades, conforme indicados no Anexo 3 deste Contrato, para avaliar a efetiva demanda dos serviços prestados, o perfil efetivo dos casos e verificar a pertinência das metas estabelecidas.

### 15.9.2. REVISÃO A CADA TERCEIRO ANO DO CONTRATO

15.9.2.1. Ao final do 3º (terceiro) ano do Prazo da Concessão, e a cada três anos subsequente, será realizada revisão pelo PODER CONCEDENTE, com intuito de reavaliar a Concessão em relação a sua compatibilidade com as reais necessidades do PODER CONCEDENTE em relação aos serviços prestados e do cenário econômico, preservando-se a alocação de riscos e as regras para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro originalmente estabelecidas neste Contrato.

15.9.2.2. A revisão trienal compreenderá a revisão das Metas Quantitativas e Indicadores de Desempenho, bem como a revisão dos pesos de atividades previstos nas Metas Quantitativas.

15.9.2.3. A revisão trienal servirá, igualmente, para avaliação dos equipamentos empregados na prestação dos serviços da Concessão, com o intuito de apurar sua adequabilidade quantitativa e qualitativa, eventual necessidade de substituição ou de inovação tecnológica.

## 15.10. REVISÃO EXTRAORDINÁRIA

15.10.1. Além do disposto nas Subcláusulas 15.8 e 15.9 acima, a CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA somente poderá sofrer aumentos ou reduções em decorrência de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, cujas hipóteses de cabimento, procedimento aplicável, critérios e princípios encontram-se estabelecidos na Cláusula 18 abaixo.

## 16. RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

16.1. O exercício, pela CONCESSIONÁRIA, de atividades que gerem Receitas Extraordinárias está autorizado, mas deverá ser previamente comunicado ao PODER CONCEDENTE.

16.2. A proposta de exercício de atividades que gerem Receitas Extraordinárias deverá ser apresentada pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, acompanhada de projeto de viabilidade jurídica, técnica e econômico-financeira, bem como da comprovação da compatibilidade da exploração comercial pretendida com as normas legais e regulamentares aplicáveis a este Contrato.

16.3. Uma vez homologada a proposta pelo PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá manter contabilidade específica da(s) atividade(s) geradora(as) das Receitas Extraordinárias, com detalhamento das receitas, custos e resultados líquidos.

16.4. A utilização da infraestrutura, dos bens concedidos e dos bens reversíveis para execução da(s) atividade(s) geradora(as) das Receitas Extraordinárias é desde já autorizada pelo PODER CONCEDENTE, bem como o PODER CONCEDENTE compromete-se a estudar e a conceder novas autorizações que estejam na sua competência e que sejam necessárias e complementares para a efetivação pela CONCESSIONÁRIA, da(s) atividade(s) geradora(as) das Receitas Extraordinárias.

16.5 A CONCESSIONÁRIA poderá ceder a empresa do seu grupo econômico ou cindir-se para criar nova empresa de seu grupo econômico que centralize a(s) atividade(s) geradora(as) das Receitas Extraordinárias. Contudo, a(s) atividade(s) geradora(as) das Receitas Extraordinárias terão sua vigência limitada ao término da Concessão.

16.5.1 Caso a(s) atividade(s) geradora(as) das Receitas Extraordinárias tenham interesse coletivo e estejam sendo disponibilizadas de forma universal ou a uma grande parcela da população do MUNICÍPIO, poderá o PODER CONCEDENTE, em acordo com a CONCESSIONÁRIA, promover a nova licitação dos serviços objetos desta Concessão, ao seu término, em conjunto com a(s) atividade(s) geradora(as) das Receitas Extraordinárias, de forma que não se interrompa o serviço prestado pela(s) atividade(s) geradora(as) das Receitas Extraordinárias.

16.6. A SPE detentora da Concessão, ou a empresa do seu Grupo Econômico que detenha a execução da(s) atividade(s) geradora(as) das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS terão direito à apropriação de [...]% ([.]) do total da receita líquida advinda da RECEITA EXTRAORDINÁRIA.

16.6.1. A parcela restante da receita advinda de RECEITA EXTRAORDINÁRIA, ou seja, [...]% ([.]) será utilizada pela CONCESSIONÁRIA, na ordem de prioridades abaixo, para:

(i) acelerar a troca de tecnologia das luminárias para LED, expandir a universalização da iluminação pública no MUNICÍPIO e instalar câmaras e atividades de monitoramento para auxílio à segurança pública;

(ii) prover infraestrutura necessária para, em conjunto com as empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica, aterrar todos os cabos e fios que

hoje trafegam em postes no MUNICÍPIO e prover de tecnologia digital e de comunicação prédios públicos e escolas municipais.

## 17. REPARTIÇÃO DE RISCOS

17.1. Com exceção das hipóteses da Subcláusula 17.2 abaixo, a CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à Concessão, inclusive, mas sem limitação, pelos seguintes riscos:

17.1.1. obtenção de licenças, permissões e autorizações relativas à Concessão, ressalvada a hipótese da Subcláusula 6.1.3 acima;

17.1.2. custos excedentes relacionados aos serviços objeto da Concessão, exceto nos casos previstos na Subcláusula 17.2 abaixo;

17.1.3. atraso no cumprimento dos cronogramas previstos no Anexo 3 deste Contrato ou de outros prazos estabelecidos entre as Partes ao longo da vigência deste Contrato, exceto nos casos previstos na Subcláusula 17.2 abaixo;

17.1.4. tecnologia empregada pela CONCESSIONÁRIA nos serviços da Concessão;

17.1.5. perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos Bens da Concessão, responsabilidade que não é reduzida ou excluída em virtude da fiscalização do PODER CONCEDENTE. Para tanto, se necessário, deve a CONCESSIONÁRIA contratar os seguros pertinentes;

17.1.6. gastos resultantes de defeitos ocultos em Bens da Concessão;

17.1.7. modificações na legislação, exceto aquelas mencionadas na subcláusula 17.2.7 abaixo;

17.1.8. caso fortuito e força maior que, em condições de mercado, possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência e que não estejam segurados em razão de decisão da CONCESSIONÁRIA;

17.1.8.1. riscos que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, mas que deixem de ser cobertos como resultado direto ou indireto de ação ou omissão da CONCESSIONÁRIA;

17.1.9. recuperação, prevenção, remediação e gerenciamento do passivo ambiental relacionado à destinação final dos equipamentos utilizados nos serviços prestados;

17.1.10. inflação superior ou inferior ao índice utilizado para reajuste da Contraprestação Anual Máxima ou de outros valores previstos neste Contrato para o mesmo período, sem prejuízo da possibilidade de sua revisão (ordinária e/ou extraordinária);

17.1.11. prejuízos causados a terceiros, pela CONCESSIONÁRIA ou por seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra

pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela Concessão; e/ou

17.1.12. imperícia ou falhas na prestação dos serviços da Concessão.

17.2. A CONCESSIONÁRIA não é responsável pelos seguintes riscos relacionados à Concessão, cuja responsabilidade é do PODER CONCEDENTE:

17.2.1. decisão judicial ou administrativa que impeça ou impossibilite a CONCESSIONÁRIA de prestar os serviços, ou que interrompa ou suspenda o pagamento da Contraprestação ou impeça seu reajuste e revisão de acordo com o estabelecido neste Contrato, exceto nos casos em que a CONCESSIONÁRIA houver dado causa a tal decisão;

17.2.2. descumprimento, pelo PODER CONCEDENTE, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando, ao descumprimento de prazos aplicáveis ao PODER CONCEDENTE previstos neste Contrato e/ou na legislação vigente;

17.2.3. atrasos ou inexecução das obrigações da CONCESSIONÁRIA causados pela demora ou omissão do PODER CONCEDENTE e dos demais órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal nas providências que lhe cabem na relação contratual;

17.2.4. atraso no cumprimento do cronograma previsto no Anexo 3 deste Contrato, por razões imputáveis aos responsáveis pela finalização;

17.2.5. caso fortuito ou força maior que, em condições de mercado, não possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência;

17.2.6. alteração, pelo PODER CONCEDENTE, dos encargos atribuídos à CONCESSIONÁRIA neste Contrato, incluindo serviços descritos no Anexo 3 deste Contrato;

17.2.7. alterações na legislação e regulamentação, inclusive acerca de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos e das exigências para gestão e operação de unidades gestoras energéticas, que alterem a composição econômico-financeira da CONCESSIONÁRIA, excetuada a legislação dos impostos sobre a renda;

17.2.8. interrupções do sistema de distribuição de energia que comprometam o atingimento das Metas Quantitativas e dos Indicadores de Desempenho da Concessão; e

17.2.9. fatores externos e imprevisíveis a este Contrato que acabem impactando na demanda prevista e, conseqüentemente, no desempenho da CONCESSIONÁRIA na apuração da META QUANTITATIVA estabelecida no Anexo 3 deste Contrato.

17.3. A CONCESSIONÁRIA declara: (i) ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos neste Contrato; e (ii) ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua Proposta.

17.4. A CONCESSIONÁRIA não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos por ela assumidos neste Contrato venham a se materializar.

## 18. RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

18.1. Sempre que atendidas as condições deste Contrato e mantida a repartição de riscos nele estabelecida, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

18.2. A CONCESSIONÁRIA somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses previstas na Subcláusula 17.2.1 a Subcláusula 17.2.11 acima.

18.3. O PODER CONCEDENTE poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro quando cabível nos termos da legislação vigente aplicável.

18.4. Em ambos os casos, a Parte postulante deverá enviar à Parte postulada uma notificação de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data em que tomar conhecimento da ocorrência da hipótese ensejadora da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Na referida Notificação, a Parte Postulante deverá fornecer detalhes sobre a hipótese ensejadora da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, bem como, se for o caso, informações sobre:

- (i) a data da ocorrência e provável duração da hipótese ensejadora da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro;
- (ii) a estimativa da variação de investimentos, custos ou despesas, ou variação de receitas;
- (iii) qualquer alteração necessária nos serviços objeto deste Contrato;
- (iv) a eventual necessidade de aditamento deste Contrato; e
- (v) a eventual necessidade de liberação do cumprimento de quaisquer obrigações, de qualquer das Partes.

18.4.1. Dentro de 20 (vinte) dias a contar da data da entrega da notificação, as Partes estabelecerão um prazo para que a Parte postulante faça a comprovação dos fatos e das condições que ensejaram a solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e, caso a Parte postulante seja a CONCESSIONÁRIA, à CONCESSIONÁRIA caberá comprovar também:

18.4.2.1. que a hipótese ensejadora da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro foi a causa direta dos investimentos, custos ou despesas adicionais, ou descumprimento das Metas Quantitativas ou dos Indicadores de Desempenho previstos no Anexo 3 deste Contrato; e/ou

18.4.2.2. que os investimentos, custos ou despesas adicionais, o descumprimento das Metas Quantitativas ou dos Indicadores de Desempenho previstos no Anexo 3 deste Contrato ou a liberação do cumprimento de certas obrigações contratuais não puderam e não poderiam ser evitados, mitigados ou recuperados pela CONCESSIONÁRIA, por seus contratados, atuando com diligência, prudência e perícia, por meio da adoção de medidas que estivessem ou estejam a seu alcance, incluindo, quando for o caso, o uso de avaliações de mercado e demonstração de como a hipótese vem afetando os preços cobrados por outros negócios semelhantes ao objeto deste Contrato.

18.4.3. Nos casos em que a Parte postulante for a CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE examinará as informações fornecidas pela CONCESSIONÁRIA e decidirá, no prazo de até 90 (noventa) dias, pelo cabimento ou não da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

18.4.4. O prazo referido na Subcláusula 18.4.3 acima poderá ser prorrogado, justificadamente, a critério do PODER CONCEDENTE.

18.5. Ao final do procedimento indicado na Subcláusula 18.4 acima, caso a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro tenha sido julgada cabível, o PODER CONCEDENTE deverá adotar, a seu exclusivo critério, uma ou mais das seguintes formas de recomposição:

- (i) aumento ou redução do valor da Contraprestação Anual Máxima, inclusive para fins de compensação dos custos e despesas adicionais ou da perda de receita efetivamente ocorrida em função do fato de desequilíbrio econômico-financeiro;
- (ii) alteração do Prazo da Concessão, respeitados os limites da legislação vigente ;
- (iii) modificação, de forma proporcional, de certas obrigações contratuais da Parte postulante, diretamente relacionadas à hipótese ensejadora da recomposição; e/ou
- (iv) pagamento à CONCESSIONÁRIA, pelo PODER CONCEDENTE, dos investimentos, custos ou despesas adicionais que tenham sido efetivamente incorridos ou do valor equivalente a perda de receita efetivamente ocorrida.

18.6. Os processos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro não poderão alterar a alocação de riscos originalmente prevista neste Contrato.

18.7. O processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será realizado de forma que seja nulo o valor presente líquido do Fluxo de Caixa Marginal projetado em razão do evento que ensejou a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, considerando (i) os fluxos dos dispêndios marginais resultantes do evento que deu origem à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro; e (ii) os fluxos das receitas marginais resultantes da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

18.8. Para fins de determinação dos fluxos dos dispêndios marginais, serão utilizados critérios de mercado para estimar o valor dos investimentos, custos e despesas resultantes do evento que deu causa ao reequilíbrio econômico-financeiro.

18.9. Na hipótese de novos investimentos ou aumento dos serviços solicitados pelo PODER CONCEDENTE e não previstos na quantidade solicitada neste Contrato, o PODER CONCEDENTE poderá requerer à CONCESSIONÁRIA, previamente ao processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a elaboração do projeto básico dos serviços, considerando que:

(i) o projeto básico deverá conter todos os elementos necessários à precificação do investimento e às estimativas do impacto da obra sobre as receitas da CONCESSIONÁRIA, segundo as melhores práticas e critérios de mercado, tudo de acordo com as normas técnicas e diretivas eventualmente estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE sobre o assunto;

(ii) o PODER CONCEDENTE estabelecerá o valor limite do custo dos projetos e estudos a serem considerados para efeito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

18.10. Ressalvadas as hipóteses de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstas na Subcláusula 17.2.1 a 17.2.9 acima, as hipóteses de reajuste previsto na Subcláusula 15.8 e as hipóteses de revisão previstas nas Subcláusulas 15.09 e 15.10, não haverá qualquer outra espécie de revisão das condições originalmente estabelecidas neste Contrato.

## **CAPÍTULO V - DOS SEGUROS E GARANTIAS**

### **19. SEGUROS**

19.1. Durante o Prazo da Concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá contratar e manter em vigor as apólices de seguro indicadas na Subcláusula 19.7 abaixo, conforme condições estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE e de acordo com a legislação vigente.

19.1.1. As apólices devem ser contratadas com seguradoras e resseguradoras de primeira linha.

19.2. Nenhum serviço poderá ter início ou prosseguir sem que a CONCESSIONÁRIA apresente ao PODER CONCEDENTE comprovação de que as apólices dos seguros exigidos neste Contrato estão em vigor e observam as condições estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE, conforme legislação vigente.

19.2.1. Em até 15 (quinze) dias antes da assinatura deste Contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE cópia das apólices de seguro conforme Subcláusula 19.7. abaixo.

19.3. O PODER CONCEDENTE deverá figurar como um dos cossegurados nas apólices de seguros referidas neste Contrato, devendo o cancelamento, suspensão, modificação ou substituição de quaisquer apólices ser previamente autorizado pelo PODER CONCEDENTE.

19.4. Os recursos provenientes da indenização deverão ser utilizados para garantir a continuidade da operação, exceto nos casos em que: (i) o evento segurado resulte em

caducidade da Concessão; e/ou (ii) quando o PODER CONCEDENTE vier a responder pelo sinistro, hipótese em que as apólices de seguros deverão prever a sua indenização direta.

19.5. As apólices de seguros poderão estabelecer como beneficiária da indenização instituição financeira credora da CONCESSIONÁRIA.

19.6. Pelo descumprimento da obrigação de contratar ou manter atualizadas as apólices de seguro exigidas, o PODER CONCEDENTE aplicará multa, conforme regulamentação, até apresentação das referidas apólices ou do respectivo endosso, sem prejuízo de outras medidas previstas neste Contrato.

19.7. Durante o Prazo da Concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá contratar e manter em vigor os seguintes seguros:

19.7.1. Seguro de Risco de Engenharia para Instalação e Montagem, incluindo cobertura de testes, riscos do fabricante (quando não houver garantia do fabricante), e responsabilidade civil extensiva a danos causados na obra civil;

19.7.2. Seguro de Riscos Operacionais e/ou Nomeados, incluindo no mínimo cobertura de danos materiais de incêndio (inclusive em consequência de tumulto), raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos e de equipamentos eletrônicos e cobertura de lucros cessantes de (despesas fixas) decorrente de incêndio (inclusive em consequência de tumulto), raio, explosão de qualquer natureza com período indenizatório mínimo de 6 (seis) meses;

19.7.3. Seguro de cascos da frota de veículos com cobertura compreensiva pelo valor de mercado; e

19.7.4. Seguro de responsabilidade civil, cobrindo a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, bem como seus administradores, empregados, funcionários, subcontratados, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais, pessoais ou morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão, inclusive, mas não se limitando, a danos involuntários pessoais, mortes, danos materiais causados a terceiros e seus veículos, devendo tal seguro ser contratado com limites de indenização compatíveis com os riscos assumidos para danos a terceiros .

19.8. Os montantes cobertos pelos seguros indicados na Subcláusula 19.7 acima deverão ser suficientes para a reposição a valores de novo ou a estado de novo e, seus respectivos cálculos deverão ser submetidos e comprovados ao PODER CONCEDENTE.

19.9. A CONCESSIONÁRIA deverá informar ao PODER CONCEDENTE todos os bens cobertos pelos seguros e a forma de cálculo do limite máximo de indenização de cada apólice de seguro.

19.10. A CONCESSIONÁRIA é responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto neste Contrato.



19.11. Nas apólices de seguros deverá constar a obrigação de as seguradoras informarem, imediatamente, à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE, as alterações nos contratos de seguros, principalmente as que impliquem o cancelamento total ou parcial do(s) seguro(s) contratado(s) ou redução das importâncias seguradas.

19.12. As apólices de seguro deverão ter vigência mínima de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura deste Contrato, devendo ser renovadas sucessivamente por no mínimo 12 (doze) meses durante o Prazo da Concessão.

19.13. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de seu vencimento, documento comprobatório de que as apólices dos seguros foram renovadas ou serão automática e incondicionalmente renovadas imediatamente após seu vencimento.

19.13.1. Caso a CONCESSIONÁRIA não encaminhe os documentos comprobatórios da renovação dos seguros no prazo previsto, o PODER CONCEDENTE poderá contratar os seguros e cobrar da CONCESSIONÁRIA o valor total do seu prêmio a qualquer tempo ou considerá-lo para fins de recomposição do reequilíbrio econômico deste Contrato, sem eximir a CONCESSIONÁRIA das penalidades previstas neste Contrato.

19.13.2. Nenhuma responsabilidade será imputada ao PODER CONCEDENTE caso ele opte razoavelmente por não contratar seguro cuja apólice não foi apresentada no prazo previsto pela CONCESSIONÁRIA.

19.14. A CONCESSIONÁRIA, com autorização prévia do PODER CONCEDENTE, poderá alterar coberturas ou outras condições das apólices de seguro, visando a adequá-las às novas situações que ocorram durante a vigência deste Contrato.

## 20. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA

20.1. A CONCESSIONÁRIA deverá manter, em favor do PODER CONCEDENTE, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato no montante de R\$ [.] ([.]), correspondente a 5% do valor total estimado do contrato.

20.1.1. A Garantia de Execução do Contrato será reajustada anualmente, na mesma data dos reajustes da CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA e reduzida proporcionalmente ao prazo restante da Concessão.

20.2. A CONCESSIONÁRIA permanecerá responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento de eventuais multas e indenizações, independentemente da utilização da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

20.3. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a critério da CONCESSIONÁRIA, poderá ser prestada individualmente ou conjuntamente, desde que a soma do conjunto alcance o valor determinado na Subcláusula 20.1 acima, nas seguintes modalidades:

20.3.1. caução, em dinheiro ou títulos da dívida pública federal;

20.3.2. fiança bancária, na forma do modelo que integra o Anexo 5 deste Contrato; ou

20.3.3. seguro-garantia, cuja apólice deve observar, no mínimo, o conteúdo do Anexo 6 deste Contrato.

20.4. A Garantia de Execução do Contrato deverá ter vigência mínima de 1 (um) ano a contar da data da assinatura deste Contrato, sendo de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA mantê-la em plena vigência e de forma ininterrupta durante todo o Prazo da Concessão, devendo para tanto promover as renovações e atualizações que forem necessárias.

20.4.1. Qualquer modificação no conteúdo da Garantia de Execução do Contrato deverá ser previamente submetida à aprovação do PODER CONCEDENTE.

20.4.2. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE em até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência da Garantia de Execução do Contrato, documento comprobatório de que a Garantia de Execução do Contrato foi renovada e teve seu valor reajustado na forma da Subcláusula 20.1.1 acima.

20.5. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste Contrato e na regulamentação vigente, a Garantia de Execução do Contrato poderá ser utilizada nos seguintes casos:

20.5.1. Quando a CONCESSIONÁRIA não realizar as obrigações de investimentos previstas neste Contrato ou as providências necessárias ao atendimento das Metas Quantitativas e dos Indicadores de Desempenho, ou executá-las em desconformidade com o estabelecido;

20.5.2. Quando a CONCESSIONÁRIA não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma deste Contrato e dos regulamentos do PODER CONCEDENTE;

20.5.3. Nos casos de devolução de Bens Reversíveis em desconformidade com as exigências estabelecidas neste Contrato, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento deste Contrato e dos indicativos definidos no Anexo 2 deste Contrato e demais exigências estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE;

20.5.4. Quando a CONCESSIONÁRIA não contratar com a empresa ou profissionais de auditoria independentes indicados pelo PODER CONCEDENTE, na forma da Subcláusula 12.3 acima e o PODER CONCEDENTE for obrigado a contratar em seu lugar.

20.5.5. Quando o PODER CONCEDENTE for obrigado a contratar os seguros previstos neste Contrato, diante da omissão da CONCESSIONÁRIA, na forma da Subcláusula 19.13.1 acima.

20.6. A Garantia de Execução deste Contrato também poderá ser executada, sem qualquer outra formalidade além do envio de notificação pelo PODER CONCEDENTE, sempre que a CONCESSIONÁRIA não adotar providências em até 10 (dez) dias úteis para sanar inadimplemento de obrigação legal, contratual ou regulamentar, o que não eximirá a CONCESSIONÁRIA das responsabilidades que lhe são atribuídas por este Contrato.

20.7. Sempre que o PODER CONCEDENTE utilizar a Garantia de Execução do Contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá proceder a reposição do seu montante integral, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua utilização, sendo que, durante este prazo, a CONCESSIONÁRIA não estará eximida das responsabilidades que lhe são atribuídas por este Contrato.

20.8. A CONCESSIONÁRIA deverá comprovar um capital social integralizado de no mínimo 5% (cinco por cento) do valor do contrato, até a assinatura deste Contrato.

## **21. GARANTIA DO PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA**

21.1. Nos termos do art. 8º, I, da Lei Federal nº 11.079/2004, as obrigações pecuniárias contraídas pelo PODER CONCEDENTE, quando da celebração deste Contrato, serão adimplidas por meio da transferência de recursos apartados (FUNDO GARANTIDOR DA PPP), provenientes de futuras receitas destinadas ao MUNICÍPIO, por todo o Prazo da Concessão, conforme sistemática prevista no Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas, que constitui o Anexo 8 deste Contrato.

## **CAPÍTULO VI - DA ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSIONÁRIA**

### **22. TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE**

22.1. A CONCESSIONÁRIA deve comunicar imediatamente ao PODER CONCEDENTE eventuais alterações ocorridas na sua composição societária descrita no Anexo 7 deste Contrato, existente à época de assinatura deste Contrato, inclusive quanto aos documentos constitutivos e posteriores alterações, respeitadas as obrigações definidas neste Contrato referentes à transferência do controle da CONCESSIONÁRIA.

22.1.1. Qualquer transferência no controle da CONCESSIONÁRIA deverá ser previamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE nos termos da lei e, ressalvada a hipótese de assunção do controle pelos financiadores, descrita na Cláusula 22 abaixo, não poderá ocorrer em período inferior a 2 (dois) anos após a data da assinatura deste Contrato.

## 23. ASSUNÇÃO DO CONTROLE PELOS FINANCIADORES

23.1. Os contratos de financiamento da CONCESSIONÁRIA poderão outorgar aos financiadores, de acordo com as regras de direito privado aplicáveis, o direito de assumir o controle da CONCESSIONÁRIA em caso de inadimplemento contratual pela CONCESSIONÁRIA dos referidos contratos de financiamento ou deste Contrato.

23.1.1. Quando configurada inadimplência do financiamento por parte da CONCESSIONÁRIA, que possa dar ensejo à transferência mencionada na Subcláusula 23.1 acima, o financiador deverá notificar a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, informando sobre a inadimplência e abrindo à CONCESSIONÁRIA um prazo de 15 (quinze) dias para quitar o valor devido.

23.1.2. Decorrido o prazo referido na Subcláusula 22.1.1 acima sem que a CONCESSIONÁRIA efetue o pagamento de sua dívida, os financiadores poderão assumir a Concessão, comunicando formalmente sua decisão ao PODER CONCEDENTE com antecedência prévia de 5 (cinco) dias, devendo:

- (i) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste Contrato, do Edital e seus Anexos; e
- (ii) informar que atendem aos requisitos de regularidade jurídica e fiscal necessários à assunção dos serviços objeto do Contrato.

23.2. A assunção referida na Subcláusula 23.1.2 acima também poderá ocorrer no caso de inadimplemento da CONCESSIONÁRIA na execução deste Contrato, que inviabilize ou coloque em risco a Concessão, sendo que a transferência aos financiadores terá por objetivo promover a reestruturação financeira da CONCESSIONÁRIA e assegurar a continuidade da operação da Concessão.

23.3. Os contratos de financiamento apresentados ao PODER CONCEDENTE deverão indicar os dados de contato dos financiadores com o intuito de que estes sejam comunicados da eventual instauração de processo administrativo pelo PODER CONCEDENTE para investigação de inadimplemento contratual pela CONCESSIONÁRIA.

23.4. Eventual transferência posterior do controle da CONCESSIONÁRIA pelos financiadores a terceiros dependerá de autorização prévia do PODER CONCEDENTE, condicionada à demonstração de que o destinatário da transferência atende às exigências técnicas, financeiras e de regularidade jurídica e fiscal exigidas pelo Edital, consideradas proporcionalmente ao estágio de execução deste Contrato.

23.5. A assunção do controle da CONCESSIONÁRIA nos termos desta Cláusula não alterará as obrigações da CONCESSIONÁRIA e de seus controladores perante o PODER CONCEDENTE. Todavia, os financiadores não serão responsáveis pelas obrigações que sejam de responsabilidade direta da CONCESSIONÁRIA e dos antigos acionistas da CONCESSIONÁRIA.

## CAPÍTULO VII - SANÇÕES

### 24. PENALIDADES

24.1. O não cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das Cláusulas deste Contrato, de seus Anexos e do Edital, da legislação e regulamentação aplicáveis ensejará, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e de outras penalidades eventualmente previstas na legislação e na regulamentação vigentes, a aplicação das seguintes penalidades contratuais indicadas no Anexo 10 deste contrato, acrescidas às seguintes:

- (i) advertência;
- (ii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- (iii) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com O Poder Público, enquanto perdurarem os motivos da punição;
- (iv) multas, quantificadas e aplicadas na forma desta Cláusula.

24.2. Na aplicação das sanções, o PODER CONCEDENTE observará as seguintes circunstâncias, com vistas a garantir a sua proporcionalidade:

- (i) a natureza e a gravidade da infração;
- (ii) os danos dela resultantes para os Usuários e para o PODER CONCEDENTE;
- (iii) as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração;
- (iv) as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- (v) a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução deste Contrato;
- (vi) os antecedentes da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventuais reincidências.

24.3. A gradação das penalidades observará as seguintes escalas:

24.3.1. A infração será considerada leve, quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis da CONCESSIONÁRIA e das quais ela não se beneficie;

24.3.2. A infração será considerada média, quando decorrer de conduta inescusável, mas efetuada pela primeira vez pela CONCESSIONÁRIA, sem a ela trazer qualquer benefício ou proveito, nem afetar um número significativo de Usuários;

24.3.3. A infração será considerada grave quando o PODER CONCEDENTE constatar presente um dos seguintes fatores:

- (i) ter a CONCESSIONÁRIA agido com má-fé;

- (ii) da infração decorrer benefício direto ou indireto para a CONCESSIONÁRIA;
- (iii) a CONCESSIONÁRIA for comprovadamente reincidente na infração;
- (iv) o número de Usuários atingidos ou o prejuízo dela decorrente for significativo;
- (v) prejuízo econômico significativo para o PODER CONCEDENTE.

24.3.4. A infração será considerada gravíssima quando o PODER CONCEDENTE constatar, diante das circunstâncias do serviço e do ato praticado pela CONCESSIONÁRIA, que seu comportamento reveste-se de grande lesividade ao interesse público, por prejudicar, efetiva ou potencialmente, a vida ou a incolumidade física dos Usuários, a saúde pública, o meio ambiente, o erário público ou a continuidade dos serviços objeto da Concessão.

24.4. A sanção de multa por evento faltoso será quantificada conforme os parâmetros estabelecidos nas Subcláusulas 24.2 e 24.3 acima.

24.4.1. Nos casos de atraso no início da operação da Concessão por culpa exclusiva da CONCESSIONÁRIA, será aplicada multa diária até o devido início da operação.

24.4.2. A aplicação da multa estipulada na Subcláusula 24.4.1 acima não será cabível se o atraso no início da operação for decorrente da não obtenção pela CONCESSIONÁRIA de todas as autorizações governamentais necessárias estipuladas na Cláusula 6 acima e, desde que a CONCESSIONÁRIA tenha tomado todas as providências para a obtenção das referidas autorizações.

24.5. A exceção das infrações gravíssimas previstas na Subcláusula 24.3.4 acima, não será aplicada multa nos casos em que o comportamento faltoso da CONCESSIONÁRIA já tenha ensejado o descumprimento dos Indicadores de Desempenho previstos no Anexo 3 deste Contrato e, consequentemente, a redução de sua remuneração.

24.6. O valor das multas aplicadas poderá ser revertido, a critério do PODER CONCEDENTE, em benefício dos Usuários atingidos, para reparação dos danos causados pela infração contratual ou legal ou para o aprimoramento da qualidade dos serviços objeto da Concessão.

24.7. O PODER CONCEDENTE poderá igualmente optar pela substituição da multa pelo estabelecimento de novas obrigações que atinjam as finalidades previstas no item anterior, desde que sejam, no mínimo, proporcionais ao valor da multa correspondente à infração.

24.8. A aplicação das multas aludidas nas Subcláusulas anteriores não impede que o PODER CONCEDENTE declare a caducidade deste Contrato, observados os procedimentos nele previstos, ou aplique outras sanções nele previstas.

24.9. Caso a CONCESSIONÁRIA não proceda ao pagamento de multas no prazo estabelecido neste Contrato, o PODER CONCEDENTE utilizará a Garantia de Execução do Contrato.

24.10. As penalidades serão aplicadas de ofício pelo PODER CONCEDENTE, garantido o devido processo administrativo, especialmente o direito a ampla defesa e ao contraditório, e observado o disposto na legislação vigente, incluindo as normas do PODER CONCEDENTE.

23.11. Sem prejuízo do disposto na Subcláusula 30.1 (ii) abaixo, caso o PODER CONCEDENTE não honre pontualmente com quaisquer dos pagamentos devidos à CONCESSIONÁRIA, ao valor em aberto devido à CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE haverá o acréscimo de multa de 2% (dois por cento) e juros segundo a taxa que estiver em vigor para a mora no pagamento de impostos devidos à Fazenda Estadual.

## **CAPÍTULO VIII - DA INTERVENÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO**

### **25. INTERVENÇÃO DO PODER CONCEDENTE**

25.1. O PODER CONCEDENTE poderá intervir por até 180 (cento e oitenta dias) na CONCESSIONÁRIA nas hipóteses abaixo, quando devidamente justificadas, cabendo à CONCESSIONÁRIA a manutenção da prestação dos serviços da Concessão enquanto perdurar a intervenção:

- (i) cessação ou interrupção, total ou parcial, da prestação dos serviços da Concessão, conforme estabelecido em regulamento emitido pelo PODER CONCEDENTE;
- (ii) deficiências graves no desenvolvimento das atividades abrangidas pela Concessão;
- (iii) situações nas quais a operação oferecer riscos à continuidade da adequada prestação dos serviços objeto da Concessão ;
- (iv) situações que ponham em risco o meio ambiente e a segurança dos Usuários ou Bens da Concessão;
- (v) descumprimento injustificado das obrigações dispostas neste Contrato; e
- (vi) não apresentação das apólices de seguro obrigatórias, conforme disciplinado pela Cláusula 18 acima.

25.2. A intervenção far-se-á por decisão do Chefe do Executivo, mediante publicação oficial que conterá a designação do interventor, o prazo e os limites da intervenção.

25.3. Decretada a intervenção, o PODER CONCEDENTE, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurará processo administrativo que deverá estar concluído no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, para comprovar as causas determinantes da intervenção e apurar as respectivas responsabilidades, assegurado à CONCESSIONÁRIA amplo direito de defesa.

25.4. Cessada a intervenção, se não for extinta a Concessão, os serviços objeto deste Contrato voltarão a ser de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

25.5. A CONCESSIONÁRIA se obriga a disponibilizar ao PODER CONCEDENTE todos os Bens da Concessão imediatamente após a decretação da intervenção.

25.6. A ocorrência de intervenção pelo PODER CONCEDENTE não desonera as obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA junto aos seus financiadores e, por motivo justificado em prol do interesse público, o PODER CONCEDENTE poderá abdicar da intervenção em favor da assunção do controle da CONCESSIONÁRIA por esses financiadores, consoante a Cláusula 23 acima.

25.7. As RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS obtidas durante o período da intervenção serão utilizadas prioritariamente para a cobertura dos investimentos, custos e despesas necessários para restabelecer o normal funcionamento das atividades objeto da Concessão.

25.8. Durante o período em que durar a intervenção, o PODER CONCEDENTE se ressarcirá dos gastos que tiver com a intervenção, por meio de desconto deste valor da parcela de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA devida à CONCESSIONÁRIA.

25.9. Se eventualmente as RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS não forem suficientes para cobrir o valor dos investimentos, dos custos e das despesas decorrentes da Concessão incorridas pelo PODER CONCEDENTE, este poderá:

- (i) se valer da Garantia de Execução do Contrato para cobri-las, integral ou parcialmente; e/ou
- (ii) descontar das parcelas vincendas da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA a ser recebida pela CONCESSIONÁRIA, o valor dos investimentos, dos custos e das despesas incorridas pelo PODER CONCEDENTE.

## 26. CASOS DE EXTINÇÃO

26.1. A Concessão extinguir-se-á por: (i) advento do termo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação; ou (vi) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

26.2. Extinta a Concessão, serão revertidos ao PODER CONCEDENTE todos os Bens Reversíveis, indicados no Anexo 9 deste Contrato, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e, cessarão para a CONCESSIONÁRIA todos os direitos emergentes deste Contrato. Eventuais indenizações de Bens Reversíveis ainda não amortizados, será devida proporcionalmente pelo seu valor de substituição, mas a indenização só será paga após a assunção da Concessão por outro Concessionário ou de forma definitiva pelo PODER CONCEDENTE e após a efetiva compensação de multas e demais prejuízos ocasionados ao PODER PÚBLICO e/ou a terceiros.



26.2.1. No caso de bens arrendados ou locados pela CONCESSIONÁRIA, necessários para a gestão e operação dos serviços de Gestão da Eficiência Energética Municipal com embasamento ambiental, o PODER CONCEDENTE poderá, a seu exclusivo critério, suceder a CONCESSIONÁRIA nos respectivos contratos de arrendamento ou locação de tais bens.

26.3. Em até 180 (cento e oitenta) dias antes do término da Concessão, a CONCESSIONÁRIA elaborará relatório pormenorizado a respeito dos Bens Reversíveis (de reversão obrigatória e facultativa) arrolados no Anexo 9 deste Contrato, indicando os seus quantitativos, estado e vida útil remanescente.

26.4. Em até 60 (sessenta) dias após o recebimento do relatório referido na Subcláusula anterior, o PODER CONCEDENTE indicará à CONCESSIONÁRIA, dentre os bens de reversão facultativa, aqueles que pretende manter como de sua propriedade.

26.4.1. O PODER CONCEDENTE deverá, no prazo da Subcláusula 26.4 acima, realizar avaliação da condição dos BENS REVERSÍVEIS, de modo a apurar sua adequação às especificações do Anexo 2 deste Contrato.

26.4.2. A seleção de bens de que trata a Subcláusula 26.4. acima não acarretará nenhum custo adicional ao PODER CONCEDENTE, diante da completa amortização dos BENS REVERSÍVEIS referidos. Apenas os Bens ainda não completamente amortizados serão objeto de indenização pelo seu valor de reposição e apenas no percentual ainda não amortizado.

26.5. A CONCESSIONÁRIA encarregar-se-á do descarte ou reutilização dos BENS REVERSÍVEIS não selecionados pelo PODER CONCEDENTE, comprometendo-se a reverter a Unidade Gestora Energética livre e desembaraçada destes Bens Reversíveis quando do término da Concessão, sem, contudo, comprometer a continuidade dos serviços objeto da Concessão.

26.6. Na extinção da Concessão, haverá imediata assunção dos serviços relacionados à Concessão pelo PODER CONCEDENTE, ou outro ente por ele indicado, que ficará autorizado a ocupar as instalações e a utilizar todos os Bens Reversíveis.

26.7. De acordo com os prazos e condições estabelecidos pelo PODER CONCEDENTE, terceiros serão autorizados a realizar pesquisas de campo quando se aproximar o término do Prazo da Concessão, para fins de realização de estudos para a promoção de novos procedimentos licitatórios e/ou realização de novas obras.

## 27. ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

27.1. Encerrado o Prazo da Concessão, a CONCESSIONÁRIA será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à Concessão celebrados com terceiros, assumindo todos os encargos, responsabilidades e ônus daí resultantes.

27.2. A CONCESSIONÁRIA deverá tomar todas as medidas razoáveis e cooperar plenamente com o PODER CONCEDENTE para que os serviços objeto da Concessão continuem a ser prestados de acordo com este Contrato de forma ininterrupta, bem como prevenir e mitigar qualquer inconveniência ou risco à saúde ou segurança dos Usuários e dos funcionários do PODER CONCEDENTE.

27.3. Na hipótese de advento do termo contratual, a CONCESSIONÁRIA não fará jus a qualquer indenização relativa a investimentos vinculados aos Bens da Concessão em decorrência do término do Prazo da Concessão, exceto o determinado em consonância com o disposto na Subcláusula 5.4.1 acima.

## 28. ENCAMPAÇÃO

28.1. O PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer tempo, encampar a Concessão, por motivos de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento de indenização, a ser calculada nos termos da Subcláusula 28.2 abaixo.

28.2. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA em caso de encampação cobrirá:

28.2.1. as parcelas dos investimentos realizados, inclusive em obras de manutenção, bens e instalações, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento deste Contrato, deduzidos os ônus financeiros remanescentes;

28.2.2. a desoneração da CONCESSIONÁRIA em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamentos por esta contraídos com vistas ao cumprimento deste Contrato, mediante, conforme o caso: (a) prévia assunção, perante as instituições financeiras credoras, das obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA, em especial quando a receita figurar como garantia do financiamento; ou (b) prévia indenização à CONCESSIONÁRIA da totalidade dos débitos remanescentes desta perante as instituições financeiras credoras; e

28.2.3. todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais.

28.3. O PODER CONCEDENTE determinará a indenização devida à Concessionária antes da encampação da Concessão.

## 29. CADUCIDADE

29.1. O PODER CONCEDENTE poderá declarar a caducidade da Concessão na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

- (i) a decretação, por sentença judicial transitada em julgado, de falência da CONCESSIONÁRIA ou da condenação de seus diretores e administradores, em atos na sua direção e/ou administração, por sonegação de tributos ou corrupção;
- (ii) descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de proceder à reposição do montante integral da Garantia de Execução do Contrato, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da sua utilização pelo PODER CONCEDENTE; o cancelamento ou rescisão da Garantia de Execução do Contrato; e/ou a não renovação da Garantia de Execução do Contrato com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do seu vencimento;
- (iii) descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das obrigações de contratar ou manter contratados os seguros previstos neste Contrato;
- (iv) operação com desempenho inferior a 70% (setenta por cento) da Meta Quantitativa ou dos Indicadores de Desempenho, previstos no Anexo 3 deste Contrato, por razões de ineficiência imputáveis à CONCESSIONÁRIA, durante 2 (dois) trimestres consecutivos;
- (v) operação com desempenho inferior a 70% (setenta por cento) da Meta Quantitativa ou dos Indicadores de Desempenho, previstos no Anexo 4, por razões de ineficiência imputáveis à CONCESSIONÁRIA, por 5 (cinco) trimestres, independentemente da consecutividade; e
- (vi) descumprimento de obrigações contratuais, pela CONCESSIONÁRIA, recorrente ou reincidente 2 (duas) vezes ou mais em período inferior a 3 (três) meses, após o envio da notificação mencionada na Cláusula 29.4 abaixo.

29.2. O PODER CONCEDENTE não poderá declarar a caducidade da Concessão com relação ao inadimplemento da CONCESSIONÁRIA: (a) resultante dos eventos relativos aos riscos da Concessão cuja responsabilidade seja do PODER CONCEDENTE; ou (b) causado pela ocorrência de caso fortuito ou força maior.

29.3. A declaração de caducidade da Concessão deverá ser precedida da verificação do inadimplemento contratual da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

29.4. Não será instaurado processo administrativo de caducidade sem prévia notificação à CONCESSIONÁRIA, sendo-lhe dado, em cada caso, prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

29.5. Instaurado o processo administrativo e comprovado o inadimplemento, a caducidade será declarada pelo PODER CONCEDENTE, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo e de acordo com as Subcláusulas 29.8 e 29.9 abaixo.

29.6. Declarada a caducidade e paga a respectiva indenização, não resultará para o PODER CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos

encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.

29.7. A declaração de caducidade acarretará, ainda:

a) a execução da Garantia de Execução do Contrato, para ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE; e

b) retenção de eventuais créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE.

29.8. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA em caso de caducidade restringir-se-á ao valor dos investimentos vinculados aos Bens Reversíveis e na proporção ainda não amortizada.

29.9. Do montante previsto na Subcláusula anterior serão descontados:

(i) os prejuízos comprovadamente causados pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE e aos Usuários e/ou terceiros;

(ii) as multas contratuais aplicadas à CONCESSIONÁRIA que não tenham sido pagas até a data do pagamento do montante previsto na Subcláusula 29.8 acima;

e

(iii) quaisquer valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de caducidade.

## 30. RESCISÃO

30.1. A rescisão deste Contrato poderá ocorrer nos seguintes eventos, desde que a CONCESSIONÁRIA notifique o PODER CONCEDENTE de sua intenção:

(i) expropriação, sequestro ou requisição de uma parte substancial dos ativos ou participação societária da CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE ou por qualquer outro órgão público;

(ii) descumprimento contratual pelo PODER CONCEDENTE com relação ao pagamento de qualquer montante superior ao equivalente a 2% (dois por cento) do valor deste Contrato, que seja devido nos termos deste Contrato e que não seja efetuado em até 30 (trinta) dias da respectiva data de vencimento; ou

(iii) descumprimento de obrigações pelo PODER CONCEDENTE que gere um desequilíbrio econômico-financeiro deste Contrato cujo procedimento de recomposição econômica-financeira não seja concluído nos prazos estabelecidos neste Contrato por motivos imputáveis ao PODER CONCEDENTE.

30.2. Se o PODER CONCEDENTE não sanar o descumprimento contratual a que deu causa dentro de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação enviada pela CONCESSIONÁRIA, este Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da

CONCESSIONÁRIA, mediante procedimento arbitral nos termos da Subcláusula 32.2 abaixo.

30.3. Os serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA só poderão ser interrompidos ou paralisados após a sentença do juízo arbitral que decretar a rescisão deste Contrato.

30.4. Na ocorrência de rescisão baseada nas hipóteses previstas na Subcláusula 30.1 acima, o PODER CONCEDENTE indenizará a CONCESSIONÁRIA por todos os serviços que a CONCESSIONÁRIA houver executado até a data em que a rescisão for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, descontados, todavia, quaisquer valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.

30.5. Para fins do cálculo indicado na Subcláusula 30.4 acima, considerar-se-ão os valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.

## 31. ANULAÇÃO

31.1. O PODER CONCEDENTE deverá declarar a nulidade deste Contrato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, se verificar ilegalidade em sua formalização ou na Licitação.

31.2. Na hipótese descrita na Subcláusula anterior, se a ilegalidade for imputável apenas ao próprio PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA será indenizada pelo que houver executado até a data em que a nulidade for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, descontados, todavia, quaisquer valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração da nulidade.

## 32. EVENTO CONTINUADO DE FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

32.1. Este Contrato poderá ser extinto em razão de força maior ou caso fortuito superveniente a DATA DE ASSUNÇÃO, regularmente comprovado, cujos efeitos perdurem por um período superior a 1 (um) ano e impeçam a regular execução deste Contrato pela CONCESSIONÁRIA.

32.2. Na hipótese descrita na Subcláusula anterior, a CONCESSIONÁRIA será indenizada pelo que houver executado até a data em que este Contrato for extinto e por outros prejuízos regularmente comprovados, descontados, todavia, quaisquer valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos de força maior ou caso fortuito.

## CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS

### 33. RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

#### 33.1. COMISSÃO TÉCNICA

33.1.1. Para a solução de eventuais divergências de natureza técnica e/ou de natureza econômico-financeira durante a execução deste Contrato, será constituída, nos 30 (trinta) dias seguintes a sua formalização, por ato do PODER CONCEDENTE, uma Comissão Técnica, composta por 4 (quatro) membros, todos com conhecimentos aprofundados na matéria objeto da divergência e indicados por ocasião desta dada divergência, na forma desta Cláusula.

33.1.2. A Comissão Técnica será competente para emitir pareceres fundamentados sobre questões submetidas pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, relativas às divergências que venham a surgir quanto aos aspectos técnicos e aos aspectos econômico-financeiros durante a execução deste Contrato.

32.1.3. Os membros da Comissão Técnica serão designados da seguinte forma:

- (i) 2 membros indicados pelo PODER CONCEDENTE;
- (ii) 2 membro pela CONCESSIONÁRIA;
- (iii) 1 membro, com comprovada especialização na matéria objeto da divergência, que será escolhido de comum acordo entre as Partes, quando da ocorrência da divergência.

33.1.4. O procedimento para solução de divergências iniciar-se-á mediante a comunicação de solicitação de pronunciamento da Comissão Técnica a outra Parte, e será processado da seguinte forma:

- (i) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da comunicação referida no item anterior, a Parte reclamada apresentará as suas alegações relativamente à questão formulada;
- (ii) o parecer da Comissão Técnica será emitido em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento, pela Comissão Técnica, das alegações apresentadas pela Parte reclamada;
- (iii) os pareceres da Comissão Técnica serão considerados aprovados se contarem com o voto favorável da maioria de seus membros;

33.1.5. Toda a divergência suscitada deverá ser encaminhada à Comissão Técnica juntamente com cópia de todos os documentos necessários para a solução da demanda.

33.1.6. Todas as despesas necessárias ao funcionamento da Comissão Técnica serão arcadas pela CONCESSIONÁRIA.

33.1.7. A submissão de qualquer questão à Comissão Técnica não exoneram as Partes de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais e às determinações do PODER CONCEDENTE.

33.1.8. A decisão da Comissão Técnica será vinculante para as Partes, até que sobrevenha eventual decisão arbitral ou judiciária sobre a divergência.

33.1.9. Caso aceita pelas Partes, a solução amigável proposta pela Comissão Técnica poderá ser incorporada a este Contrato mediante assinatura de termo aditivo.

33.1.10. A mediação será considerada prejudicada se a solução amigável não for apresentada pela Comissão Técnica, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do pedido de instauração do procedimento ou se qualquer das Partes se recusarem a participar do procedimento, não indicando seu(s) representante(s) no prazo máximo de 15 (quinze) dias, ou ainda, se a qualquer tempo os membros indicados por qualquer das Partes declararem que não é possível prosseguir na mediação da Comissão Técnica.

## 33.2. ARBITRAGEM

33.2.1. As Partes obrigam-se a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer controvérsia e/ou disputa entre as Partes, oriunda ou relacionada a este Contrato e/ou a quaisquer contratos, documentos, Anexos ou acordos a ele relacionados.

33.2.2. A arbitragem será submetida ao Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC"), segundo as regras previstas no seu regulamento vigente na data em que a arbitragem for iniciada.

33.2.3. A arbitragem será conduzida na Capital do Estado de São Paulo, utilizando-se a língua portuguesa como idioma oficial para a prática de todo e qualquer ato.

33.2.4. A lei substantiva a ser aplicável ao mérito da arbitragem será a lei brasileira.

33.2.5. O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, cabendo a cada Parte indicar um árbitro. O terceiro árbitro será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes. A presidência do tribunal arbitral caberá ao terceiro árbitro. Na hipótese de a arbitragem envolver mais de 2 (duas) Partes, seja no pólo ativo, seja no pólo passivo, a escolha dos árbitros deverá seguir o previsto no regulamento de arbitragem do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC").

33.2.6. Não havendo consenso entre os árbitros escolhidos por cada Parte, o terceiro árbitro será indicado pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC"), observados os termos e condições aplicáveis previstos no seu regulamento de arbitragem.

33.2.7. Caso seja necessária a obtenção das medidas coercitivas, cautelares ou de urgência antes da constituição do tribunal arbitral, ou mesmo durante o procedimento de mediação, as Partes poderão requerê-las diretamente ao competente órgão do Poder Judiciário. Caso tais medidas se façam necessárias

ou perdurem após a constituição do tribunal arbitral, deverão ser requeridas e/ou reapreciadas pelo tribunal arbitral.

33.2.8. As decisões e a sentença do tribunal arbitral serão definitivas e vincularão as Partes e seus sucessores.

33.2.9. A Parte vencida no procedimento de arbitragem arcará com todas as custas do procedimento, incluindo os honorários dos árbitros e com um valor razoável de gastos com advogados da parte vencedora, a ser arbitrado pelo tribunal arbitral.

33.2.10 A decisão final do tribunal arbitral será proferida na cidade de São Paulo e a parte vencida terá 15 dias para executá-la espontaneamente. A inexecução da decisão arbitral ensejará a aplicação automática de uma multa no valor de 40% do total da condenação, podendo a parte vencedora iniciar imediatamente a execução da condenação de multa após o 16 dias da prolação da decisão final arbitral.

### 33.3. PROCESSO ADMINISTRATIVO

33.1. Não obstante o acima exposto, a CONCESSIONÁRIA terá resguardado o direito ao devido processo administrativo contra decisões do PODER CONCEDENTE.

### 34. DISPOSIÇÕES GERAIS

34.1. A CONCESSIONÁRIA deverá observar e respeitar todas as resoluções e demais regras do PODER CONCEDENTE, consideradas, no entanto, as peculiaridades e especificidades inerentes às normas e regulamentação aplicáveis às concessões e respeitando os termos deste Contrato.

34.2. O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial, de qualquer direito que assista a qualquer das Partes em decorrência deste Contrato, não importa em renúncia, nem impede o seu exercício posterior a qualquer tempo, nem constitui novação da respectiva obrigação ou precedente.

34.3. Se qualquer disposição deste Contrato for considerada ou declarada nula, inválida, ilegal ou inexecutável em qualquer aspecto, a validade, a legalidade e a exequibilidade das demais disposições contidas no Contrato não serão, de qualquer forma, afetadas ou restringidas por tal fato.

34.3.1. As Partes negociarão de boa-fé a substituição das disposições inválidas, ilegais ou inexecutáveis por disposições válidas, legais e exequíveis, cujo efeito econômico seja o mais próximo possível ao efeito econômico das disposições consideradas inválidas, ilegais ou inexecutáveis.

34.4. Cada declaração e garantia feita pelas Partes no presente Contrato deverá ser tratada como uma declaração e garantia independente, e a responsabilidade por qualquer falha será apenas daquele que a realizou e não será alterada ou modificada pelo seu conhecimento por qualquer das Partes.



34.5. As comunicações e as notificações entre as Partes serão efetuadas por escrito e remetidas: (i) em mãos, desde que comprovadas por protocolo; (ii) por fax, desde que comprovada a recepção; (iii) por correio registrado, com aviso de recebimento; (iv) por e-mail, desde que a parte que o recebeu responda acusando o seu recebimento. Neste caso não serão consideradas respostas automática do servidor de mensagem ou do programa, mas apenas respostas elaboradas pela parte destinatária da mensagem.

34.5.1. Consideram-se, para os efeitos de remessa das comunicações, na forma desta Subcláusula, os endereços indicados no preâmbulo e os seguintes números de fax e endereços eletrônicos:

34.5.1.1. PODER CONCEDENTE: [•]

34.5.1.2. CONCESSIONÁRIA: [•]

34.5.2. Qualquer das Partes poderá modificar o seu endereço e número de fax, mediante simples comunicação à outra Parte.

34.6. Este Contrato e a Concessão serão regidos e interpretados de acordo com as leis do MUNICÍPIO, do Estado de São Paulo e da República Federativa do Brasil e, especialmente pelas seguintes leis: (i) Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; (ii) Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; (iii) Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995 e nº 8.666, de 21 de junho de 1993; sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

34.7. Todos os documentos relacionados a este Contrato e à Concessão deverão ser redigidos em, ou oficialmente traduzidos para a língua portuguesa. Em caso de qualquer conflito ou inconsistência, a versão em língua portuguesa deverá prevalecer.

34.8. Os prazos estabelecidos em dias neste Contrato contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis.

34.9. Fica desde já eleito o Foro da Comarca de São Paulo para as medidas liminares e de execução das decisões arbitrais, bem como aquelas que não possam ser resolvidas mediante a Comissão Técnica ou por procedimento de arbitragem, nos termos das Subcláusulas 33.1 e 33.2 acima.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes assinam este Contrato em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, considerada cada uma delas um original.

São Paulo, [•] de [•] de 2014.

---

PODER CONCEDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

FERNANDO HADDAD

PREFEITO MUNICIPAL

---

## ANEXO 1 – TERMO DE ARROLAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE BENS

### Termo de Arrolamento e Transferência de Bens

Aos [•] de [•] de [•], pelo presente instrumento, de um lado, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º \_\_\_\_\_, com sede nesta cidade, no Viaduto do Chá, n.º \_\_, Centro, denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º [•] e inscrito no CPF/MF sob n.º [•] (doravante denominado “PODER CONCEDENTE”) e, de outro lado, na qualidade de contratada [DENOMINAÇÃO SOCIAL], sociedade por ações, com sede em [Município], Estado de [•], na [endereço], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda, sob nº [•], com seus atos constitutivos arquivados na [•], sob NIRE nº [•], neste ato devidamente representada pelos seus [cargo], Srs. [•], [qualificação] (doravante “CONCESSIONÁRIA”);

Considerando que:

- A [Concessionária] foi constituída, em [•] de [•] de [•], pela [Proponente] vencedora da Licitação para concessão administrativa para prestação dos serviços parceria público-privada (PPP) para modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do município de São Paulo, (conforme definido no Contrato de Concessão mencionado abaixo), de acordo com publicação do Diário Oficial do Estado de São Paulo de [•] de [•] de [•];
- O Contrato de Concessão foi celebrado em [•] de [•] de [•], conforme publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de [•] de [•] de [•] (“Contrato de Concessão”); e
- A Subcláusula 5.1 do Contrato de Concessão determina a transferência, pelo MUNICÍPIO, dos Bens da Concessão a Concessionária na DATA DE ASSUNÇÃO, a Prefeitura e a Concessionária, no presente ato, celebram o termo de arrolamento e

transferência dos bens utilizados para a Gestão da Eficiência Energética Municipal com embasamento ambiental, abaixo arrolados:

[.]

[.]

[.]

[.]

São Paulo, [.] de [.] de 2014

## **ANEXO 2- ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS EQUIPAMENTOS**

Os equipamentos, tais como ativos das redes de alimentação (fiação, transformadores, disjuntores, fusíveis etc.) e operação e uso (luminárias públicas e internas) de energia elétrica constantes da rede de iluminação pública, decorativa e redes de energia dos prédios públicos municipais, utilizados na prestação dos serviços concedidos e que serão considerados como Bens da Concessão, deverão, no mínimo, atender às especificações descritas abaixo:

Todos os equipamentos a serem utilizados pela CONCESSIONÁRIA deverão atender ao disposto abaixo:

### **1. Implantação de Tecnologia LED como padrão.**

Todas as redes de iluminação utilizadas pelo PODER CONCEDENTE deverão ser migradas para a tecnologia LED conforme cronograma indicado neste contrato e anexos. Não será admitida a manutenção de luminárias que utilizem lâmpadas incandescentes ou lâmpadas à descarga e que utilizem Vapor de Mercúrio ou outros gases de efeito estufa em sua fabricação, podendo gerar derramamento destes no meio ambiente sob qualquer forma. Eventualmente, para manutenção de características históricas ou artísticas, na iluminação de prédios históricos ou parques, poderá ser utilizada tecnologia que não LED, mas devendo-se evitar, sempre que possível, o uso de lâmpadas com gases que possam produzir o efeito estufa.

Características mínimas exigidas pelo contrato:

#### **i. Luminárias e lâmpadas LED para Iluminação Pública, interno e decorativo:**

- Serão aceitas luminárias públicas LED dos modelos MonoLED ou de múltiplos LED's.
- Todas as luminárias deverão ter identificação completa contendo características técnicas e de uso.
- Em caso de equipamentos importados (Não fabricados no Brasil), eles deverão conter identificação externa marcada indelevelmente de que se trata de equipamento importado.

- Todas as luminárias públicas LED a serem implementadas deverão atender às Normas Nacionais e na inexistência destas, de normas Internacionais vigentes.
- A CONCESSIONÁRIA compromete-se a apresentar prova de que todos os produtos e equipamentos utilizados tenham sido analisados e aprovados para uso em laboratório nacional oficial ou com acreditação no INMETRO. Esta exigência será exigível após 36 meses da assinatura do contrato de concessão.
- Em caso de reprovação de algum modelo de equipamento e que já tenha sido instalado, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar plano de substituição dos mesmos por equipamentos adequados conforme descrito acima em até 180 dias contados a partir da data de verificação de inadequação às normas nacionais e/ou internacionais se for o caso.

#### Programas de manutenção

A CONCESSIONÁRIA deverá adotar Planos de Manutenção Corretiva e Preventiva visando minimizar custos e efeitos de intervenções técnicas nos equipamentos urbanos de uso público ou nas instalações prediais.

Os planos de manutenção de luminárias públicas deverão prever interferência mínima nas condições de tráfego e todas as manutenções pré-programadas deverão ser informadas ao PODER CONCEDENTE com tempo hábil para preparação do local ou em caso de necessidade interdições do trânsito.

#### Sistemas de identificação visando redução de ações predatórias e furtos

Após o período de concessão todo o acervo instalado deverá ser devolvido ao Poder Público e este necessitará ter implementados sistemas de identificação visando minimizar a possibilidade de furtos ou desvios de utilização dos mesmos.

a. Com isso, os principais componentes do conjunto deverão receber sistema de identificação de origem e numeração continuada aplicada aos mesmos de forma indelével e facilmente identificável em caso de perda ou furto.

Outras informações referentes às:

a. Características e nível de atualização das tecnologias propostas;

- b. Referências, descrições e imagens de instalações similares efetuadas ou não pelo proponente ;
- c. Memoriais descritivos sintéticos referentes aos equipamentos a serem instalados. Estes memoriais deverão conter as quantidades de equipamentos instalados e a abrangência de cada equipamento a ser aplicado no projeto. Os memoriais deverão necessariamente ser entregues em formato digital .pdf
- d. O projeto que deverá ser assinado e executado por profissional (Engenheiro Eletricista ou Eletrônico) devidamente habilitado e credenciado junto ao referido Conselho, sendo exigido o recolhimento da respectiva ART (Anotações de Responsabilidade Técnica), conforme Lei Federal 6.496/77 e Art. 3º da resolução do 425/98 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
- e. Documentação comprobatória de que de que o Engenheiro Elétrico ou Eletrotécnico Responsável pela execução dos serviços de implantação do sistema é devidamente registrado no CREA, sendo que esta comprovação deve demonstrar que este profissional faz parte do seu quadro de funcionários ou contratado para execução dos serviços sendo responsável por todas as atividades técnicas, contempladas no âmbito de suas atribuições legais.
- f. Tal comprovação se dará por meio da carteira de trabalho do mesmo, do contrato social em vigor (em sendo sócio da empresa), ou da apresentação de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum.
- g. Memorial descritivo completo da instalação do sistema e os impactos junto aos usuários da via durante o período de implantação.
- h. Sobre os impactos negativos (Bloqueios, etc...) a Concessionária deverá propor soluções diferenciadas objetivando a eliminação ou minimização dos impactos.

### **ANEXO 3 - METAS, INDICATIVOS E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

A CONCESSIONÁRIA atenderá aos requisitos e prazos abaixo discriminados:

- Migração de todas (exceto as que por motivos estéticos e históricos não sejam recomendáveis) as redes de Iluminação Pública, para sistema de iluminação pela tecnologia LED em conformidade com o disposto no Contrato e na Proposta Vencedora da Licitação;
- Migração de todas as redes de iluminação Predial para sistema de iluminação pela tecnologia LED;
- completa eliminação em até 36 (trinta e seis) meses contados da DATA DA ASSUNÇÃO, da possibilidade de fuga para a atmosfera do poluente Mercúrio (Hg) presente nas lâmpadas de descarga (fluorescentes, vapor de sódio, vapor de mercúrio, vapor metálico, luz mista etc.);
- implantação em até 12 (doze) meses, contados da DATA DA ASSUNÇÃO de programa de inspeção de qualidade nos equipamentos a serem instalados nas redes de iluminação do município;
- implementação de programas de treinamento e reciclagem para Eficiência Energética junto ao funcionalismo municipal e alunos das redes municipais de educação. Considerar prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) meses para a efetiva adoção do plano de treinamento;
- implantação de plano de manejo e destinação dos resíduos e equipamentos em desuso prevendo descarte eco-sustentável que elimine a possibilidade de derramamento de substâncias nocivas ao meio ambiente. A implementação deverá ser efetivamente identificada em até 240 (duzentos e quarenta) dias contados da DATA DE ASSUNÇÃO.



## Apendice 1 - Cronograma e Serviços Mínimos para Início da Operação

A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar em até 180 dias contados da DATA DE ASSUNÇÃO os seguintes documentos:

- Cronograma detalhado para a migração da rede pública de iluminação considerando prioritariamente a maior vida útil média dos equipamentos, proximidades de locais de uso de menores, idosos e portadores de necessidades especiais (escolas, hospitais e postos de saúde), entradas e saídas do município, postos policiais e delegacias e elenco de prioridades específicas do PODER CONCEDENTE;
- Cronograma detalhado para a migração da rede predial de iluminação considerando prioridades operacionais e as específicas do PODER CONCEDENTE;
- Início de implantação, de planos de Manutenção Corretiva, Preventiva e Preditiva para todas as unidades de consumo de energia elétrica do município a cargo do PODER CONCEDENTE;
- Listagem contendo o nome e função de todos funcionários, prestadores de serviço e terceirizados, descrevendo sua atuação perante o objeto deste contrato;
- Publicação na internet de sítio exclusivo na internet para o projeto, contendo metas básicas e cronograma básico de implantação do projeto. No mesmo sítio constará o endereço eletrônico para acolhimento de perguntas, sugestões, dúvidas, reclamações, indicações, observações, e outras comunicações que possam ser encaminhadas por usuários e cidadãos residentes ou não no Município.

## Apêndice 2: Metas Quantitativas

Deverão ser realizados pela CONCESSIONÁRIA os seguintes serviços/instalações:

- Substituição de [...] luminárias públicas existentes para luminárias sob a tecnologia LED;
- Substituição de [...] luminárias em uso predial atualmente existentes para lâmpadas e luminárias sob a tecnologia LED;
- Verificação, manutenção, otimização do consumo e se for o caso, substituição de ventiladores e aparelhos de condicionamento de ar atualmente existentes por equipamentos de melhor desempenho energético (Menor consumo de energia). Todas as substituições por corretiva (Defeitos) já deverão prever a troca por equipamentos de melhor desempenho energético (Menor consumo de energia);
- Verificação e manutenção ou troca quando necessárias de [...] tomadas de energia atualmente existentes;
- Atendimento de toda demanda reprimida indicada pelo PODER CONCEDENTE com consequente ajuste proporcional de valores da contraprestação mensal Efetiva;
- Atendimento de toda demanda originada pelo crescimento vegetativo do Município durante o período de concessão e dos órgãos da PODER CONCEDENTE conforme indicada pela PODER CONCEDENTE, com consequente ajuste proporcional de valores da contraprestação mensal Efetiva;

### Apêndice 3: Indicadores de Desempenho

Abaixo relacionados os níveis de serviço e indicativos de atuação da CONCESSIONÁRIA.

Todos os índices abaixo se referem a uma medição a realizar-se somente após o término do 12º mês de concessão:

#### Serviços comuns:

- Instalação de ponto de iluminação pública em poste pré-existente:

Em até 15 dias corridos contados da solicitação formal pelo PODER CONCEDENTE;

- Instalação de ponto de iluminação pública em local onde não há poste pré-existente:

Em até 45 dias corridos contados da solicitação formal pelo PODER CONCEDENTE;

- Instalação de ponto de iluminação predial:

Em até 15 dias corridos contados da solicitação formal pelo PODER CONCEDENTE;

- Instalação de ponto de iluminação decorativa/refletor:

Em até 45 dias corridos contados da solicitação formal pelo PODER CONCEDENTE;

#### Serviços informativos:

- Defeito ou falha individual em ponto de iluminação pública:

Em até [...] minutos após a ocorrência por disponibilização da informação em sitio da internet;

- Abertura de Ordem de Serviço para reparo de defeito ou falha individual em ponto de iluminação pública:

Em até [...] minutos após a ocorrência por disponibilização da informação em sitio da internet e envio de mensagem eletrônica (e-mail) para gestor do contrato pelo PODER CONCEDENTE;

Serviços de manutenção e reparos:

- Conserto de defeito ou falha individual em ponto de iluminação pública:

Em até 24 horas após a ocorrência;

- Conserto de defeito ou falha individual em ponto de iluminação predial:

Em até 24 horas após a informação da ocorrência;

- Conserto de defeito ou falha individual em ponto de iluminação decorativa ou de refletores:

Em até 48 horas após a informação da ocorrência;

Nível de serviço desejado a partir do 36º Mês da concessão:

- Iluminação pública: mínimo de 98% operando normalmente;
- Iluminação predial: mínimo de 98% operando normalmente (desconsiderar defeitos não informados pelos usuários);

Para a formação de preços e custos a proponente deverá considerar o plano de penalidades descrito abaixo:

Serão impostas penalidades em caso de não atendimento aos indicadores e níveis de serviço projetados:

Serviços comuns:

- Instalação de ponto de iluminação pública em postepre-existente:

Em até 15 dias corridos contados da solicitação formal pelo PODER CONCEDENTE. Após o prazo determinado, desconto de 0,025% do valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência;

- Instalação de ponto de iluminação pública em local onde não há poste préexistente:

Em até 45 dias corridos contados da solicitação formal pelo PODER CONCEDENTE. Após o prazo determinado, desconto de 0,020% do valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência.

- Instalação de ponto de iluminação predial:

Em até 15 dias corridos contados da solicitação formal pelo PODER CONCEDENTE. Após o prazo determinado, desconto de 0,010% do valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência.

- Instalação de ponto de iluminação decorativa/refletor:

Em até 45 dias corridos contados da solicitação formal pelo PODER CONCEDENTE. Após o prazo determinado, desconto de 0,015% do valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência.

Serviços informativos:

- Defeito ou falha individual em ponto de iluminação pública:

Em até [...] minutos após a ocorrência por disponibilização da informação em sitio da internet. Após o prazo determinado, desconto de 0,010% do valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência.

- Abertura de Ordem de Serviço para reparo de defeito ou falha individual em ponto de iluminação pública:

Em até [...] minutos após a ocorrência por disponibilização da informação em sitio da internet e envio de mensagem eletrônica (e-mail) para gestor do contrato pelo PODER CONCEDENTE. Após o prazo determinado, desconto de 0,020% do valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência.

Serviços de manutenção e reparos

- Conserto de defeito ou falha individual em ponto de iluminação pública:

Em até 24 horas após a ocorrência. Após o prazo determinado, desconto de 0,010% do valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência.

- Conserto de defeito ou falha individual em ponto de iluminação predial:

Em até 24 horas após a informação da ocorrência. Após o prazo determinado, desconto de 0,010% do valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência.

- Conserto de defeito ou falha individual em ponto de iluminação decorativa ou refletores:

Em até 48 horas após a informação da ocorrência. Após o prazo determinado, desconto de 0,015% do valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência.

Nível de serviço desejado a partir do 36º Mês da concessão:

- Iluminação pública: mínimo de 98% operando normalmente dentro dos horários determinados

Nível de serviço inferior ao projetado:

A cada 1,00% a menor no nível de serviço, será efetuado um desconto de 1,00% sobre o valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência.

Somente serão admitidas, no máximo, [.] ocorrências similares a cada mês. Em caso de maior número de ocorrências, o Comitê Gestor das PPPs no Município poderá aplicar outras sanções cabíveis, como a aplicação de multa contratual de 5% sobre o valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à aplicação da penalidade.

Deverão ser desconsiderados os casos de defeitos ocasionados comprovadamente por fenômenos atmosféricos, acidentes, depredação por terceiros, problemas/falhas/situações independentes da ação da SPE etc.

Nesse caso, a SPE deverá apresentar justificativas ao Comitê Gestor das PPPs no Município e estas serão aceitas ou não, conforme a documentação apresentada ou a constatação inequívoca dos fatos.

- Iluminação predial: mínimo de 98% operando normalmente (desconsiderar defeitos não informados pelos usuários)

Nível de serviço inferior ao projetado:

A cada 1,00% a menor no nível de serviço, será efetuado um desconto de 0,50% sobre o valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência.

Somente serão admitidas, no máximo, [.] ocorrências similares a cada mês. Em caso de maior número de ocorrências, o Comitê Gestor das PPPs no Município poderá aplicar outras sanções cabíveis, como a aplicação de multa contratual de 5% sobre o valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à aplicação da penalidade.

Deverão ser desconsiderados os casos de defeitos ocasionados comprovadamente por fenômenos atmosféricos, acidentes, depredação por terceiros, problemas/falhas/situações independentes da ação da SPE etc.

Nesse caso, a SPE deverá apresentar justificativas ao Comitê Gestor das PPPs no Município e estas serão aceitas ou não, conforme a documentação apresentada ou a constatação inequívoca dos fatos.

## Apêndice 4

### Serviço de Atendimento aos Usuários (Help Desk)

A Proponente deverá detalhar a forma como pretende implementar um sistema de atendimento aos usuários internos e usuários externos.

Tal sistema deverá consistir de pelo menos duas vias de comunicação e deverá ser parte do sistema de gestão operacional do projeto.

#### Atendimento telefônico

O atendimento telefônico deverá funcionar 24 horas por dia ininterruptamente e permitir a interação direta dos usuários com operadores humanos da central de atendimento por período mínimo diário de 12 horas.

Considera-se que nas 12 horas nas quais não há interação seja disponibilizado sistema de gravação e arquivo das solicitações dos usuários.

A ligação local deverá ser gratuita para os usuários internos e externos e poderá ser tarifada normalmente para ligações fora do município.

Poderá ser utilizado atendimento automático através de sistemas de URA para acolhimento de informação de defeitos, solicitação de reparos com tráfego máximo pela URA de até 150 segundos.

O tempo máximo de espera desde a conexão da ligação e o atendimento pela URA deverá ser de no máximo 15 segundos.

#### Atendimento por internet

A proponente deve implantar um sítio eletrônico (Web site) onde os usuários poderão ter acesso a informações sobre o projeto, níveis de disponibilidade do sistema e relatórios pré-formatados de ações realizadas pela SPE.

O nível de disponibilidade do web site deverá ser de no mínimo 97%.



A proponente deverá disponibilizar um endereço eletrônico (email) para encaminhamento de reclamações, sugestões, solicitações de reparos etc.

O e-mail deverá ter sistema de resposta automática e tempo de retorno personalizado (resposta por operador humano) entre as 8:00h e 17:59h de até 3 horas e os e-mails recebidos entre 18:00h e 7:59h deverão ser respondidos no dia subsequente entre 8:00h e 13:00h.

A proponente deverá informar como será o acesso (direto ou através de web site) ao endereço eletrônico disponibilizado.

Outros tipos de atendimento aos usuários:

A proponente poderá sugerir outros tipos de meio de atendimento e interações com os usuários, como:

- Internet – Redes sociais (Twitter, Facebook etc.)
- Internet – BLOG
- Internet – Mensagens instantâneas (Ex: MS Messenger, Yahoo Messenger, ICQ etc.)
- Mensagens de texto SMS

NOTA: Todos os meios de contato entre a SPE Gestora do programa e os usuários deverão ser divulgados amplamente.

#### **ANEXO 4 - CÁLCULO DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA**

CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA: valor efetivo que será pago mensalmente à CONCESSIONÁRIA, após as apurações mensais do cumprimento das METAS QUANTITATIVAS e dos INDICADORES DE DESEMPENHO, na forma deste Contrato.

Para cálculo do Valor da Contraprestação Mensal Efetiva deverá ser considerada a formula:

$$VT = VA \cdot 30$$

$$VM = \frac{VA}{12}$$

Onde:

VM – Valor da Contraprestação Mensal Efetiva

VA – Valor anual

PE- Prazo de Execução

VT- Valor total do contrato

Obs.: Destes valores serão subtraídos os referentes a eventuais penalidades constantes da cláusula 24 e do Anexo 3 deste Contrato, bem como acrescidas eventuais valores aportados pelo PODER CONCEDENTE em decorrência do disposto na Cláusula 18.5 e 21 do Contrato.

## **ANEXO 5 - MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA**

[local], [•] de [•] de 2012

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Fazenda – Seção de Tesouraria

Rua [.]

São Paulo - SP

Ref.: Carta de Fiança Bancária nº [•] (“Carta de Fiança”) no valor de R\$ [•] ([•])

1. Pela presente Carta de Fiança, o Banco [•], com sede em [•], inscrito no CNPJ/MF sob nº [•] (“Banco Fiador”), diretamente por si e por seus eventuais sucessores, obriga-se perante o MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO como fiador solidário da [•], com sede em [•], inscrita no CNPJ/MF sob nº [•] (“Afiançada”), com expressa renúncia dos direitos previstos nos artigos nºs 827, 835, 837, 838 e 839, da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), pelo fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Afiançada no procedimento licitatório descrito no Edital de Concessão nº [•], cujos termos, disposições e condições o Banco Fiador declara expressamente conhecer e aceitar.

2. Obriga-se o Banco Fiador a pagar à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO o valor total de R\$ [•]([•]) (“Fiança”) no caso de a Afiançada descumprir quaisquer de suas obrigações, decorrentes da Lei ou do Edital de Concessão nº [•], incluindo a recusa em assinar o Contrato de Concessão ou não atendimento das exigências para a sua assinatura, nas condições e no prazo estabelecidos no referido Edital.

3. Obriga-se, ainda, o Banco Fiador, no âmbito do valor acima identificado, pelos prejuízos causados pela Afiançada, incluindo, mas não se limitando, a multas aplicadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO relacionadas ao certame

licitatório, comprometendo-se a efetuar os pagamentos oriundos destes prejuízos quando lhe forem exigidos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento, pelo Banco Fiador, da notificação escrita encaminhada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

4. O Banco Fiador não alegará nenhuma objeção ou oposição da Afiançada ou por ela invocada para o fim de se escusar do cumprimento da obrigação assumida perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO nos termos desta Carta de Fiança.

5 Na hipótese de a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente Carta de Fiança, fica o Banco Fiador obrigado ao pagamento das despesas arbitrais, judiciais ou extrajudiciais.

6 A Fiança vigorará pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados do último dia do Período para Recebimento dos Envelopes, conforme as condições mencionadas no item 8 do Edital de Concessão nº [•].

7 Declara o Banco Fiador que:

7.1 A presente Carta de Fiança está devidamente contabilizada, observando integralmente os regulamentos do Banco Central do Brasil atualmente em vigor, além de atender aos preceitos da Legislação Bancária aplicável;

7.2 Os signatários deste instrumento estão autorizados a prestar a Fiança em nome da Instituição Financeira e em sua responsabilidade; e

7.3 Está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Cartas de Fiança, e que o valor da presente Carta de Fiança, no montante de R\$ [•] ([•]), encontra-se dentro dos limites que lhe são autorizados pelo Banco Central do Brasil.

8 Os termos que não tenham sido expressamente definidos nesta Carta de Fiança terão os significados a eles atribuídos no Edital de Concessão nº [•].

---

[assinatura dos representantes legais com firma reconhecida]

---

Testemunha

---

Testemunha

## **ANEXO 6 – MODELO DE SEGURO GARANTIA**

### Termos e Condições Mínimas do Seguro-Garantia

#### 1 Tomador

##### 1.1 Proponente

#### 2 Segurado

2.1 O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

#### 3 Objeto do Seguro

3.1 Garantir a indenização, no montante de R\$ [•] ([•]), no caso de o Proponente descumprir quaisquer de suas obrigações decorrentes da Lei ou do Edital, incluindo a recusa em assinar o Contrato de Concessão ou não atendimento das exigências para a sua assinatura, nas condições e no prazo estabelecidos no Edital.

#### 4 Instrumento

4.1 Apólice de Seguro-Garantia emitida por seguradora devidamente constituída e autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, observando os termos dos atos normativos da SUSEP.

#### 5 Valor da Garantia

5.1 A Apólice de Seguro-Garantia deverá prever o montante de indenização de R\$ [•] ([•]).

#### 6 Prazo

6.1 A Apólice de Seguro-Garantia deverá ter prazo de vigência de no mínimo um ano, não podendo ser resolvida sem aquiescência do Segurado em prazo inferior ao da sua vigência, sendo de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA mantê-la em plena vigência e de forma ininterrupta durante todo o Prazo da Concessão, devendo para tanto promover as renovações e atualizações que forem necessárias.

## 7 Disposições Adicionais

7.1 A Apólice de Seguro-Garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:

- Declaração da Seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do Edital de Concessão nº [•];
- Declaração da Seguradora de que efetuará o pagamento dos montantes aqui previstos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos relacionados pela Seguradora como necessários à caracterização e à regulação do sinistro;
- O direito de o Segurado exigir da Seguradora a indenização devida pelo descumprimento pelo Tomador das obrigações cobertas pela Apólice de Seguro Garantia, quando resultar infrutífera a notificação feita ao Tomador.

8 Os termos que não tenham sido expressamente definidos neste Anexo terão os significados a eles atribuídos no Edital.

**ANEXO 7 – COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA E ATOS CONSTITUTIVOS DA  
CONCESSIONÁRIA**

## **ANEXO 8 – CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE DE PAGAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS**

Minuta a ser discutida com o Agente Financeiro, o qual será o Agente de Pagamento. Deverá ser destacada uma conta para o recebimento da COSIP, de forma que os valores lá segregados sejam repassados pelo Banco ao CONCESSIONÁRIO, nos termos do Contrato, sem que haja possibilidade de bloqueio automático do repasse pelo PODER CONCEDENTE.



## **ANEXO 9 – ROL DE BENS REVERSÍVEIS**

Rol de bens reversíveis a ser estabelecido no ato contratual obedecendo ao estipulado na cláusula 5.5 do Contrato.

## **ANEXO 10 – SANÇÕES E PENALIDADES**

### Penalidades

Para a formação de preços e custos a proponente deverá considerar o plano de penalidades a ser implantado por intermédio do contrato de concessão.

Serão impostas penalidades em caso de não atendimento aos indicadores e níveis de serviço projetados:

### Serviços comuns

- Instalação de ponto de iluminação pública em poste pré-existente:

Em até 15 dias corridos contados da solicitação formal pela Administração Municipal. Após o prazo determinado, desconto de 0,025% do valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência.

- Instalação de ponto de iluminação pública em local onde não há poste pré-existente:

Em até 45 dias corridos contados da solicitação formal pela Administração Municipal. Após o prazo determinado, desconto de 0,020% do valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência.

- Instalação de ponto de iluminação decorativa/refletor:

Em até 45 dias corridos contados da solicitação formal pela Administração Municipal. Após o prazo determinado, desconto de 0,015% do valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência.

#### Serviços informativos

- Defeito ou falha individual em ponto de iluminação pública:

Em até [...] minutos após a ocorrência por disponibilização da informação em sitio da internet. Após o prazo determinado, desconto de 0,010% do valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência.

- Abertura de Ordem de Serviço para reparo de defeito ou falha individual em ponto de iluminação pública:

Em até [...] minutos após a ocorrência por disponibilização da informação em sitio da internet e envio de mensagem eletrônica (e-mail) para gestor do contrato pela Administração Municipal. Após o prazo determinado, desconto de 0,020% do valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência.

#### Serviços de manutenção e reparos:

- Conserto de defeito ou falha individual em ponto de iluminação pública:

Em até 24 horas após a ocorrência. Após o prazo determinado, desconto de 0,010% do valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência.

- Conserto de defeito ou falha individual em ponto de iluminação predial:

Em até 24 horas após a informação da ocorrência. Após o prazo determinado, desconto de 0,010% do valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência.

- Conserto de defeito ou falha individual em ponto de iluminação decorativa ou refletores:

Em até 48 horas após a informação da ocorrência. o Após o prazo determinado, desconto de 0,015% do valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência.

Nível de serviço desejado a partir do 36º Mês da concessão:

- Iluminação pública: mínimo de 98% operando normalmente dentro dos horários determinados.

Nível de serviço inferior ao projetado:

A cada 1,00% a menor no nível de serviço, será efetuado um desconto de 1,00% sobre o valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à ocorrência. Somente serão admitidas, no máximo, 5 ocorrências similares a cada mês. Em caso de maior número de ocorrências, o Comitê Gestor das PPPs no Município poderá aplicar outras sanções cabíveis, como a aplicação de multa contratual de 5% sobre o valor calculado para a fatura mensal no mês subsequente à aplicação da penalidade.

Deverão ser desconsiderados os casos de defeitos ocasionados comprovadamente por fenômenos atmosféricos, acidentes, depredação por terceiros, problemas/falhas/situações independentes da ação da SPE etc. Nesse caso, a SPE deverá apresentar justificativas ao Comitê Gestor das PPPs no Município e estas serão aceitas ou não, conforme a documentação apresentada ou a constatação inequívoca dos fatos.

## ANEXO 11 – MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA

Em relação ao índices mínimos constantes do Edital, a PROPONENTE por intermédio da Presente Proposta compromete-se, por sua conta e risco, sem que referida antecipação possa vir a ser objeto de pleitos relacionados ao Equilíbrio Econômico-Financeiro do CONTRATO, antecipar as metas mínimas, em:

- Redução acima de \_\_\_\_% (\_\_\_\_ por cento) no consumo médio de energia elétrica, em até 36 meses contados da DATA DA ASSUNÇÃO;
- Migração de \_\_\_\_% (\_\_\_\_) das redes de iluminação Pública, para sistema de iluminação pela tecnologia LED em até \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses contados da DATA DA ASSUNÇÃO;
- Migração de \_\_\_\_% (\_\_\_\_) das redes de iluminação Predial, para sistema de iluminação pela tecnologia LED em até \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses contados da DATA DA ASSUNÇÃO;
- Estabelecimento de cronograma de migração da rede pública de iluminação considerando prioritariamente a maior vida útil média dos equipamentos, proximidades de locais de uso de menores, idosos e portadores de necessidades especiais (escolas, hospitais e postos de saúde), entradas e saídas do município, postos policiais e delegacias e elenco de prioridades específicas da Administração Municipal;
- Apresentação e início de implantação em até \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias contados a partir da DATA DA ASSUNÇÃO, de planos de Manutenção Corretiva, Preventiva e Preditiva para todas as unidades de consumo de energia elétrica do município a cargo da administração municipal;
- Completa eliminação em até \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses contados da DATA DA ASSUNÇÃO, da possibilidade de fuga para a atmosfera do poluente mercúrio (Hg) presente nas lâmpadas de descarga (fluorescentes, vapor de sódio, vapor de mercúrio, vapor metálico, luz mista etc.);

- Implantação em até 12 (doze) meses, contados da DATA DA ASSUNÇÃO de programa de inspeção de qualidade nos equipamentos a serem instalados nas redes de iluminação do município;
- Implementação em conjunto com o PODER CONCEDENTE, de programas de treinamento e reciclagem para Eficiência Energética junto ao funcionalismo municipal e alunos das redes municipais do Município de São Paulo.
- Implantação de plano de manejo e destinação dos resíduos e equipamentos em desuso prevendo descarte eco-sustentável que elimine a possibilidade de derramamento de substâncias nocivas ao meio ambiente. A implementação deverá ser efetivamente identificada em até \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias contados da DATA DA ASSUNÇÃO.

## **ANEXO 11 – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

A PROPOSTA COMERCIAL deverá constar o percentual (com dias casas decimais) do valor bruto das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS que a LICITANTE propõe ceder à CONCESSÃO e ao PODER CONCEDENTE, obedecido os valores mínimos existentes no Edital:

- a) Do primeiro ao quinto ano da CONCESSÃO [.]%
- B) Do sexto ao décimo ano da CONCESSÃO [.]%
- C) Do décimo-primeiro ao vigésimo ano da CONCESSÃO [.]%
- D) Do vigésimo-primeiro ano da concessão ao término da CONCESSÃO [.]%

A proposta comercial deverá ainda conter:

14.3.1.1 O PLANO DE NEGÓCIOS e as METAS QUANTITATIVAS, bem como o cronograma físico-financeiro da MIGRAÇÃO devem estar condizentes com os valores previstos de CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA, somados com a previsão de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS a serem cedidas para a CONCESSÃO.

Declaração de que caso as receitas extraordinárias previstas pela LICITANTE não se realizem, por qualquer motivo que seja, a LICITANTE assume o risco integral de aportar à CONCESSÃO os valores necessários para que o PLANO DE NEGÓCIOS e as METAS QUANTITATIVAS não sejam prejudicadas pela falta de recursos advindas das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS previstas pela LICITANTE como parte de sua proposta. Neste ato tratado como risco ordinário e exclusivo do LICITANTE.

## **ANEXO 12 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTO EQUIVALENTE**

[local], [•] de [•] de 2012

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Fazenda – Seção de Tesouraria

Rua [.]

São Paulo - SP

Ref.: Declaração de Inexistência de Documento Equivalentes

Prezados Senhores,

Em atendimento ao item [.] de Habilitação do Edital em referência, a [inserir denominação social da Proponente], por seus representantes abaixo assinados, declara, sob as penas da legislação aplicável, por si, por seus sucessores e cessionários, que em seu país de origem não existe documento equivalente ao [.] , mas que sua situação referente a [.] atende ao disposto no Edital, porque [.] .

---

[Proponente]

[representante legal]